VINCULAR:

Uma resposta arquitetônica às demandas infantojuvenis e à provisoriedade dos abrigos institucionais

Trabalho Final de Graduação

Mariele Fernandes de Oliveira

VINCULAR:

Uma resposta arquitetônica às demandas infantojuvenis e à provisoriedade dos abrigos institucionais

Trabalho Final de Graduação
Arquitetura e Urbanismo

Mariele Fernandes de Oliveira
Orientadora: Prof. Me. Aline Alves Anhesim

Presidente Prudente | 2018

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que estão passando ou passaram por alguma situação de vulnerabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Claudete Fernandes, por todo amor, carinho, apoio e dedicação. Você é minha fonte de inspiração, o maior exemplo de mãe e mulher. Minha admiração pela sua força e coragem é infinita. Obrigada por sempre fazer o possível e o impossível para que todos os meus sonhos se realizem, por caminharmos juntas nas dificuldades e nas conquistas.

Ao meu tio, Jucelino Fernandes, pela participação ativa na minha educação desde os meus primeiros anos de vida, pelas incontáveis vezes que se dispôs a me ajudar. Ao meu pai, Marco Antônio C. de Oliveira, pelo carinho, atenção e suporte.

Ao meu melhor amigo, que também é o meu amor, Murilo Senhuki Esposto, por esses sete anos de companheirismo. Obrigada por todos os momentos de afeto, cuidado, risadas, compreensão, motivação e por sempre se fazer presente, me acompanhando e aconselhando neste grande ciclo de aprendizado.

Ao Murilo Oliveira Ferreira de Araújo, por ter se tornado, logo no começo desta graduação, o irmão que eu não tive, por deixar o dia a dia da vida acadêmica muito mais descontraído. Ao Luís Guilherme Tiburcio da Silva, pelos conselhos e pela maneira bem humorada de me fazer enxergar a vida.

A toda Turma XI, em especial, a Bárbara Pozza Scudeller, Fernanda Jesus de Brito, Luccas Pinheiro e Bruna Hamanaka.

A minha orientadora de TFG, Aline Alves Anhesim, pela paciência e dedicação com que me orientou, ensinou, pelas correções e por todo seu apoio. A minha orientadora de Iniciação Científica, Carolina Lotufo Bueno-Bartholomei, pelos ensinamentos, palavras de motivação e por acreditar em mim.

A Jéssica Degrande, Júlia Degrande, Jacqueline Rodrigues, Rafael Nicolosi e Renan Barbosa. A Marli Teodolino de Faria, Gisele Pereira e Neusa Hasegawa.

A Ana Silvia Bortoletto Vieira Luiz e Antônio Carlos Luiz pela oportunidade e por todo o conhecimento compartilhado nos meses de estágio.

"Olhe em meus olhos para que você saiba o que é viver uma vida sem saber como uma vida normal é."

Short Term 12

RESUMO

Fatores, como o atendimento massificado, assistencialista e autoritário às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, como também a negligência pública quanto às necessidades básicas infantojuvenis, contribuíram na construção de um amplo debate, após a década de 1980, sobre os direitos dessa parcela da população. Assim, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado no Brasil, abrangendo, além dos direitos das crianças e dos adolescentes, diretrizes quanto ao funcionamento das instituições de acolhimento. A criação do ECA determinou importantes mudanças no cenário da temática. O Estatuto enfatiza, por exemplo, que as instituições de acolhimento devem privilegiar a reintegração da criança e do adolescente na vida familiar e comunitária. No entanto, estudos tem ressaltado as dificuldades de implementação prática das disposições normativas e legislatórias, pois os atendimentos atuais, comumente, repetem paradigmas de antigos orfanatos e asilos. Quando o ambiente institucional não facilita o estabelecimento de vínculos afetivos, não atende as crianças e adolescentes em relação as suas demandas de proteção, segurança e cuidado, nota-se um prejuízo no desenvolvimento psicológico dos mesmos. Considerando essas questões, este Trabalho Final de Graduação (TFG) apresenta um projeto arquitetônico de um abrigo institucional infantojuvenil, com um espaço de socialização para os acolhidos e para a comunidade local. A entidade foi projetada para a cidade de São Joaquim da Barra/SP. O intuito foi que os espaços favorecessem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e adolescentes. A metodologia foi composta por revisão bibliográfica, análise de correlatos, visitas de campo e por fim, compatibilização, através do projeto arquitetônico, dos princípios teóricos e das práticas averiguadas.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Desenvolvimento psicológico. Arquitetura dos abrigos institucionais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO NO BRASIL 18
2.2 MODALIDADES DE ACOLHIMENTO E PROGRAMA 28
2.3 QUADRO ATUAL DO ACOLHIMENTO NO BRASIL 33
2.4 DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTOJUVENIL 37
2.5 ARQUITETURA E PSICOLOGIA 47
2.5.1 Apropriação espacial 50
2.5.2 Identidade 54
2.5.3 Espaço e lugar 56
2.5.4 Casa, significado e importância 60
2.5.5 Abrigo e as sugestões da Arquitetura e da Psicologia 63

3 ANÁLISE DE CORRELATOS 71
3.1 CASA VELLORE 72
3.2 CASA RANA 78
3.3 CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO 84

4 LEVANTAMENTO DE DADOS MUNICIPAIS 91
4.1 SÃO JOAQUIM DA BARRA 92

4.2 QUADRO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO 94
4.3 PROACLE 95

5 ESCOLHA DO LOTE 101
5.1 PONTUAÇÃO E DEFINIÇÃO DO LOTE 107
5.2 O LOTE 109

6 ESTUDO PRELIMINAR 115
6.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES 116
6.2 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA 120

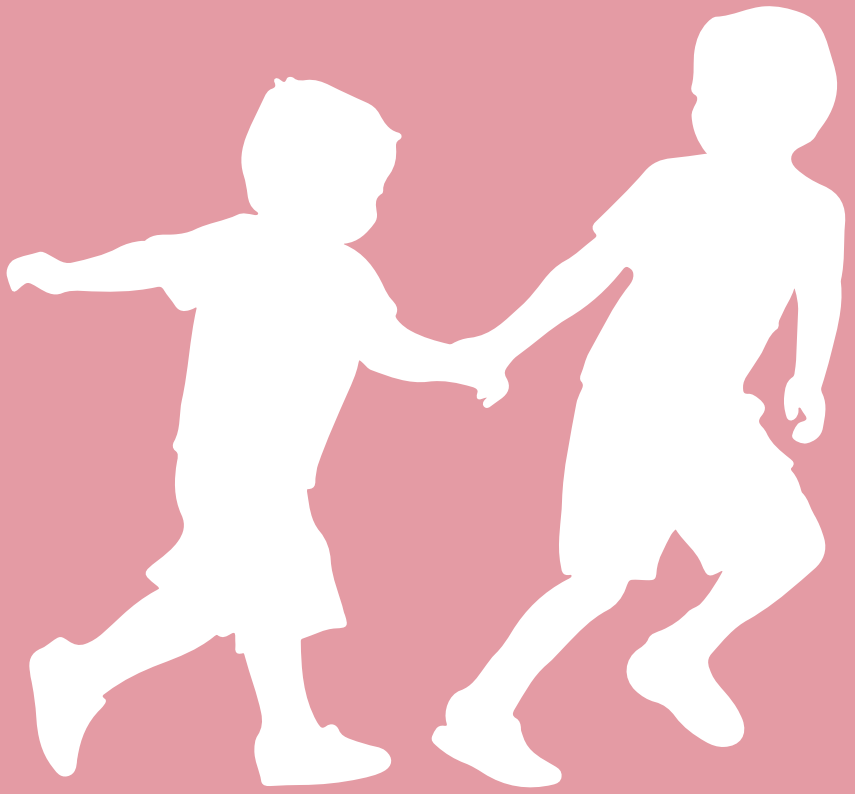
7 PROJETO 127
7.2 DIRETRIZES PROJETUAIS 128
7.3 CONCEITO E PARTIDO 131
7.5 PROCESSO CRIATIVO 135
7.6 PROPOSTA 141

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 167

REFERÊNCIAS 169

1

INTRODUÇÃO



Nos dias atuais, a discussão sobre a importância da infância e da juventude no desenvolvimento humano é frequente. São nessas fases em que o indivíduo, além de se desenvolver do ponto de vista físico, adquire características que influenciarão nas suas relações sociais, aprendizado e maneira de lidar com as circunstâncias presentes e futuras.

Entretanto, a inclusão da cidadania de crianças e adolescentes nas pautas dos debates políticos e sociais do Brasil é recente, de acordo com Rizzini e Pilotti (2009). Os direitos fundamentais infantojuvenis, como à saúde, educação, lazer e respeito, só foram reconhecidos legalmente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No caso das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o acolhimento institucional (abrigo ou casa-lar) é uma das medidas assistenciais e provisórias previstas pelo ECA. Alguns dos deveres dessas entidades é atender os acolhidos em pequenos grupos e favorecer para que eles convivam com suas famílias e comunidades.

Todavia, autores, como Luvizaro e Galheiros (2011) e Rossetti-Ferreira et al. (2012), tem relatado as dificuldades de aplicação das leis e normas que tratam da organização e do funcionamento das instituições de acolhimento. Ainda hoje, são encontradas práticas que eram recorrentes nas chamadas instituições totais (antigos orfanatos, asilos e semelhantes), como o atendimento massificado, despersonalizado e que, em vez de promover, restringe os vínculos familiares e comunitários.

Diante dos numerosos casos de negligência e abandono infantojuvenil, surgem

estudos nacionais e internacionais, como os de Arpini (2003) e Bronfenbrenner (1996), referentes ao impacto da institucionalização no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos acolhidos. Especialistas ressaltam o quanto o ambiente institucional é ambíguo no sentido de oferecer proteção ou risco dependendo de como o jovem é recebido.

Assim, surge a questão: como a instituição de acolhimento deve atender as demandas físicas e psicológicas das crianças e adolescentes? E como a Arquitetura pode contribuir com esse processo?

O cuidado com que as crianças e adolescentes são tratados na entidade e a qualidade física dos espaços são de notória relevância. É nesse último ponto que a Arquitetura se manifesta. Esforços permanentes são necessários para que as instituições ofereçam segurança, proteção e oportunidades de desenvolvimento aos acolhidos, até que seus impasses sejam solucionados.

A partir dessa reflexão, o objetivo geral do trabalho foi elaborar um projeto arquitetônico de um abrigo institucional em São Joaquim da Barra/SP, que favorecesse o desenvolvimento psicológico dos acolhidos, de forma a harmonizar as necessidades existentes às normas e leis em vigência. Também foi projetado um espaço de socialização na entidade, a fim de atender a um dos importantes princípios do ECA - o de incentivo à convivência familiar e comunitária.

Em uma visita de campo a única instituição de acolhimento do município, foram notadas práticas incompatíveis com as leis e recomendações normativas sobre o tema, como a falta de espaços apropriados para brincadeiras, estudos e que

oportunizem a vida em comunidade. Tendo em vista o estado de muitas instituições de acolhimento no Brasil e do abrigo institucional de São Joaquim da Barra, que atende cinco municípios da região, este Trabalho Final de Graduação (TFG) se justifica.

A metodologia foi composta por: 1. Fundamentação teórica dos principais autores que abordam a história do atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, as modalidades de acolhimento e o programa de necessidade dos abrigos, a verificação de normas e leis sobre o assunto, conceitos básicos de desenvolvimento psicológico infantojuvenil e a relação entre a Arquitetura e a Psicologia. 2. Estudo de referências projetuais com o intuito de entender as complexidades envolvidas na concepção projetual, o programa de necessidades e as soluções arquitetônicas adotadas. 3. Levantamento de dados municipais. 4 Compilação e interpretação das informações obtidas. Por fim, compatibilização, através do projeto arquitetônico, dos princípios teóricos e das práticas averiguadas.

O trabalho está estruturado em 8 capítulos: a fundamentação teórica, no capítulo 2. A análise de correlatos, no capítulo 3. O levantamento de dados municipais, no capítulo 4. A escolha do lote, no capítulo 5. O estudo preliminar, no capítulo 6. O projeto, no capítulo 7. As considerações finais, no capítulo 8. Por último, as referências bibliográficas utilizadas.

2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



2.1 PERCURSO HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO NO BRASIL

A colonização europeia difundiu uma série de tradições morais nas Américas. Dentre as doutrinas, o modelo familiar padrão, isto é, monogâmico, alicerçado nos preceitos religiosos e indestrutível, bem como a preservação da honra das mulheres, culminaram na prática de abandono dos filhos, os chamados expostos. A dificuldade financeira de muitas famílias era outra causa frequente do aumento dos casos de desamparo infantil (MARCÍLIO, 2006).

O atendimento às crianças órfãs e desprotegidas da colônia foi influenciado pela organização administrativa e institucional de Portugal. Conforme Rizzini e Rizzini (2004), os jesuítas foram os principais educadores do Brasil até 1759, ano em que foram expulsos pelo Marquês de Pombal. No entanto, suas ações foram voltadas unicamente às crianças indígenas, filhos dos grandes proprietários e, no máximo, órfãos de legítimo casamento trazidos da metrópole (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Marcílio (2006) classifica a proteção à infância desvalida do período colonial até meados do século XIX como "fase caritativa". Ao encontrar uma criança abandonada, o procedimento inicial era batizá-la para que sua alma fosse salva. Não havia planos estruturados para educar e profissionalizar as crianças e adolescentes desamparados. Em síntese, as ações caritativas tinham cunho religioso e não intencionavam mudanças sociais.

A criação de expostos em casas da família foi uma das formas de assistência

mais disseminada na história brasileira. Os filhos de criação tinham maior chance de sobrevivência e de oportunidades futuras. Porém, em um contexto de escravidão, muitos se tornaram mão de obra gratuita e complementar. De acordo com Marcílio (2006, p. 139): "[...] ora [os filhos de criação] eram aceitos como filhos da família, ora se confundiam com os serviçais da casa onde eram criados. "

Do ponto de vista legal, as Câmaras Municipais eram as responsáveis pelo cuidado dos órfãos e enjeitados desde 1521. A incumbência das Câmaras era auxiliar financeiramente as famílias dispostas a cuidar dos pequenos, encontrar amas de leite e remunerá-las, ou estabelecer convênios com as Santas Casas de Misericórdia. Na prática, as contribuições foram irrisórias. Inúmeras crianças morreram precocemente ou foram viver nas ruas, sujeitas à prostituição, mendicância ou criminalidade (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Em relação às instituições destinadas à infância desprotegida, a Roda dos Expostos foi um sistema de recolhimento de bebês abandonados que perdurou do período colonial até a metade do século XX. A Roda funcionava como um cilindro instalado na parede do estabelecimento, onde as crianças eram colocadas do lado de fora e, por meio de um giro, entravam no edifício, evitando a identificação do autor do abandono (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MÁRCÍLIO, 2006).

A Roda enfrentou sérias dificuldades financeiras. Consequentemente, os ambientes eram, em sua maioria, precários e insalubres. Enquanto higienistas e reformadores estavam combatendo esse método na Europa, devido à alta taxa de mortalidade e pela suspeita de estimular o enjeitamento dos recém-nascidos, as

Casas dos Expostos multiplicavam-se no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

A assistência às crianças e adolescentes sem-família foi, em quase sua totalidade, vinculada às Misericórdias, que eram constituídas por leigos da irmandade. Além da Roda dos Expostos, aos poucos foram surgindo instituições para crianças maiores, como os Recolhimentos para meninas e os colégios internos para meninos, ambos respaldados na instrução religiosa e no confinamento (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Os filhos de escravos e os indígenas tiveram pouca participação nas instituições do Império brasileiro. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), os internatos atendiam as crianças órfãs e expostas de maneira diferenciada. A distinção ocorria entre meninos e meninas, crianças de "legítimo matrimônio" e "indigentes" e crianças brancas e negras, cada uma delas com seus respectivos programas na conjuntura de uma sociedade fortemente hierarquizada e escravocrata.

No caso das meninas, os Recolhimentos tinham a pretensão de resguardar a honra e a virtude feminina. Para isso, o contato das internas com o mundo exterior era rigidamente controlado. A educação orientava-se para o casamento e para os serviços domésticos. Com a Abolição da Escravatura, o governo, a sociedade e especialistas se aliaram para estimular a criação e a manutenção desses estabelecimentos. O motivo era óbvio: fornecimento de domésticas bem preparadas e a um baixo custo à elite (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Quanto ao atendimento de meninos, poucas instituições foram criadas, pelo

menos até meados do século XIX. A educação era voltada à profissionalização. Surgiram as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Companhias do Arsenal da Guerra. As primeiras recebiam crianças recolhidas nas ruas. Já os Arsenais eram destinados aos órfãos e meninos cujas famílias não tinham condições de educá-los. A pedagogia das entidades era militar, baseada no ritmo e na disciplina (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLO, 2006).

Marcílio (2006) denomina como "fase filantrópica" o período de assistência para crianças e adolescentes desamparados que vai século XIX até a década de 1960. As correntes filosóficas do Iluminismo, liberalismo, os ideais de "ordem e progresso" do positivismo e a medicina higienista fundamentaram as ações sociais da época.

As primeiras mudanças na política de atendimento à infância órfã e desvalida decorreram da criação de Asilos após o ano de 1850. Essas instituições tinham como peculiaridade a existência de Estatutos que dispunham sobre a organização espacial interna e o ensino primário e profissionalizante dos jovens. No século XIX, também apareceram as Casas dos Educandos Artífices, com funções similares às dos asilos (MÁRCÍLIO, 2006).

Com o advento da República, iniciou-se uma atuação mais consistente do Estado no planejamento e na execução de políticas de atendimento ao "menor" - termo usado para caracterizar a criança destituída de direitos como cidadãos e alvo das políticas de controle e contenção social. Em contrapartida, o termo "criança" era empregado para os filhos das famílias privilegiadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

De acordo com Marcílio (2006), a filantropia seria - para os políticos, intelectuais e elite - o caminho ideal para solucionar, de forma lógica, os conflitos sociais. Assim, grandes estabelecimentos de internação foram construídos no país, as chamadas instituições totais para "menores". O objetivo era retirar as crianças órfãs, pobres e abandonadas da rua e da criminalidade para educá-las, discipliná-las e prepará-las para a vida em sociedade, para o trabalho e para constituírem família.

Algumas das caraterísticas dos estabelecimentos totais eram: prédios de amplas dimensões; longos corredores; muitos dormitórios e com um grande número de camas; localização distante dos centros urbanos; tratamento que desconsiderava as diferenças individuais; atividades e serviços prestados no interior da própria instituição, como consultórios médicos e salas de aula; regime autoritário, disciplinar, controlador e prisional (MELLO, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Nas palavras de Mello (2004, p. 139), esse local era:

> [...] um ambiente tipicamente institucional voltado à ampla intervenção e "reforma" no modo de ser e viver dos abrigados, uma vez que as instituições tinham como objetivo transformá-los em indivíduos mais adequados às exigências da sociedade da época.

A Figura 01 mostra alguns exemplos de instituições totais e da já citada Roda dos Expostos. Através das fotografias, é possível perceber, por exemplo, a localização rural desses estabelecimentos e o número excessivo de crianças atendidas.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), os internatos também foram popularizados entre as famílias de baixa renda, que queriam oferecer uma condição













Figura 01 - Exemplo de instituição total e da Roda dos Expostos. Acervo fotográfico da Santa Casa de São Paulo, s/d; Instituto Camargo Corrêa, 2006

de vida melhor aos seus filhos. Não se pensavam em políticas públicas para lidar com a falta de recursos financeiros das camadas sociais desprivilegiadas.

O governo passou a ser cobrado cada vez mais para que os institutos assistenciais fossem centralizados. Nessa circunstância, inaugurou-se o primeiro Juízo de Menores do país e aprovou-se o Código de Menores, em 1927. O Código determinava que as crianças e os adolescentes abandonados, órfãos ou "delinquentes" estariam, a partir de então, sob responsabilidade legal do Estado (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Com o início do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, a intervenção do poder público na assistência de crianças e adolescentes passou a ser uma questão de defesa nacional. Em 1941, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) foi inaugurado no país (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), a responsabilidade do SAM era sistematizar e orientar os serviços de assistência às crianças e adolescentes desamparados e "delinquentes". Todavia, o programa desviou das funções previstas, sendo palco de corrupção, maus tratos aos internos e favorecimento de interesses alheios, o que gerou consequências diretas na vida dos jovens.

> As dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do Serviço são depositadas no assistido, considerado "incapaz", "sub-normal de inteligência e de afetividade", e sua "agressividade", superestimada. [...] A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 33-34).

Marcílio (2006) define a terceira e última fase de assistência aos "menores" como "fase do Bem-Estar-Social", iniciada em 1960, mas que coexistiu com as fases caritativa e filantrópica. A partir de então, o poder público adquiriu uma postura definitivamente ativa no atendimento da infância pobre e desviante.

Como resposta ao fracasso do SAM e à urbanização crescente e desestruturada, que por sua vez, resultou no aumento da marginalização, em 1964, surgiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no contexto da Ditadura Militar. A FUNABEM foi um órgão central normativo destinado a implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a fornecer recursos para as instituições conveniadas (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Assim, para executar as premissas da FUNABEM, as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) e outros estabelecimentos semelhantes foram inaugurados. A maioria dos institutos já existiam desde o fim do século XIX e foram apenas repassados para a gerência dos governos estaduais, como os antigos Asilos (MARCÍLIO, 2006).

O Código de Menores de 1979 oficializou as atribuições da FUNABEM. Tal como já ocorria desde o Código de Menores de 1927, o de 1979 não diferenciou as medidas aplicadas ao "menor" negligenciado daquelas aplicadas ao "menor" autor de infrações. Ambos eram considerados "menores em situação irregular" (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; PILOTTI, 2009; FUNDAÇÃO CASA, 2010).

Ao generalizar as determinações legais de proteção e controle penal, o Código de Menores contribuiu para estigmatizar os jovens recolhidos. Mesmo após a

promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que diferenciou as medidas de acolhimento das medidas socioeducativas, a institucionalização permaneceu, por muito tempo, rotulada negativamente (ARPINI, 2003; RIZZINI; RIZZINI, 2004; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011).

Apesar do PNBEM propor a valorização da vida familiar, a integração com a comunidade e a internação somente em último caso, o número de internações de crianças e adolescentes aumentou de forma significativa no período. O motivo desse crescimento está associado ao rígido controle social da época, já que crianças na rua em tempos de "segurança nacional" não eram vistas com bons olhos (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Além de um atendimento autoritário e que desrespeitava os direitos humanos e do crescimento acelerado de internações, um outro fator que motivou as críticas direcionadas à FUNABEM foi que, em São Paulo, por exemplo, muitas crianças foram encaminhadas a entidades no interior do estado, comprometendo, dessa forma, os laços afetivos das mesmas com suas famílias. As famílias, ao mesmo tempo, viam suas responsabilidades como pais cada vez mais diminutas, segundo Rizzini e Rizzini (2004).

A partir de 1980, com base nas experiências más sucedidas das instituições de "menores", na discussão internacional sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, em estudos que tratavam das consequências da institucionalização no desenvolvimento psicológico infantojuvenil, nos protestos dos próprios internados e em um momento histórico de transição política em direção a redemocratização do

país, iniciaram-se intensos debates sobre a questão da proteção, apoio e educação das crianças e adolescentes, que, por sua vez, conduziram a avanços na temática.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, declara que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente seus direitos, como também protegê-los da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Em 1990 foi aprovada a lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, as crianças e os adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Entre algumas das proposições do ECA em relação à institucionalização de crianças e adolescentes, está a diferença entre acolhimento institucional e internação. O primeiro tem caráter provisório e excepcional, assegurando a preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar (Art. 92 e 101); é voltado à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Já a internação é entendida como uma medida socioeducativa de privação de liberdade (Art. 112 e 121).

Após a promulgação do ECA, outras conquistas no campo da proteção à infância e à juventude foram: a Lei Orgânica da Assistência Social (lei nº 8.742/1993); a criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (CONANDA e CNAS, 2006); a Lei de Adoção (lei nº 12.010/2009); e a Lei das Políticas Públicas para a Primeira Infância (lei nº 13.257/2016).

O PNCFC, em consonância com o ECA, reforçou a importância da comunidade

e da família, de origem ou substituta, na vida da criança e do adolescente. Isso muito se distinguiu da visão estereotipada do passado, em que os pais dos acolhidos eram vistos pela sociedade, em geral, como irresponsáveis e insensíveis (RIZZINI; RIZZINI, 2004; BRASIL, 2006).

Em suma, durante um longo período histórico, a institucionalização infantojuvenil foi marcada por um atendimento desumano, rígido e assistencialista. As mudanças desse quadro datam do período pós ditadura militar, em que novas políticas sociais foram definidas. Políticas essas pautadas no convívio familiar, na integração com a comunidade e no respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. Apesar dos avanços normativos e legislatórios, pesquisas, como de Arpini (2003), Luvizaro e Galheiros (2011) e Rossetti-Ferreira et al. (2012), mostram que a aplicação da teoria em prática tem sido um processo lento e complexo.

2.2 MODALIDADES DE ACOLHIMENTO E PROGRAMA

O documento Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009) e o Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2015) classificam os tipos de acolhimento, estabelecem orientações metodológicas, definem o programa de necessidades, as dimensões mínimas para serem usadas nos projetos arquitetônicos, e fornecem outras recomendações técnicas.

Todas as modalidades de acolhimento devem atender aos seguintes princípios (BRASIL, 1990; 2009):

a) Ser provisória e aplicada somente em último caso;
b) Preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
c) Integrar a criança em família substituta quando os recursos de manutenção na família natural forem esgotados;
d) Combater qualquer forma de discriminação dos acolhidos;
e) Oferecer assistência personalizada e individualizada;
f) Desenvolver atividades em regime de coeducação;
g) Manter grupos de irmãos na mesma unidade;
h) Evitar a transferência das crianças para outras entidades;
i) Garantir a liberdade de crença e religião de cada indivíduo;
j) Respeitar a autonomia da criança e do adolescente;
k) Preparar o adolescente para o desligamento institucional.

Os serviços de acolhimento, em geral, devem ter aspecto semelhante a uma residência, não possuírem placas indicativas da natureza institucional do equipamento e estarem próximos, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes acolhidos. O Quadro 01 apresenta resumidamente as particularidades de cada modalidade de acolhimento – Abrigo Institucional, Casa-Lar, Famílias Acolhedoras e Repúblicas – com base nos

documentos citados no início deste tópico.

Quadro 01 - Modalidades de Acolhimento. Brasil, 2009; Brasil, 2015. Editado pela Autora, 2017

MODALIDADES DE ACOLHIMENTO	CARACTERÍSTICAS		
	Público alvo	Capacidade de atendimento	Objetivo
Abrigo institucional	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 20 usuários	Acolher crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à medida protetiva de abrigo.
Casa-Lar	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 10 usuários	Acolher crianças e adolescentes em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/ cuidador residente em uma casa que não é sua.
Famílias Acolhedoras	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	1 usuário ou 1 grupo de irmãos	Acolher criança e/ ou adolescente em residências de famílias acolhedoras cadastradas
Repúblicas	Adolescentes de 18 a 21 anos	Até 6 usuários	Oferecer apoio e moradia subsidiada para adolescentes em processo de desligamento de instituições de acolhimento e que não tenham possibilidade de retorno à família de origem, integração em família substituta e meios para auto sustentação.

Embora as casas-lares ofereçam um atendimento um pouco mais individualizado, já que atende no máximo 10 acolhidos, o objetivo deste trabalho é projetar um abrigo institucional. Essa escolha foi em detrimento das necessidades específicas de São Joaquim da Barra/SP, tendo em vista que a única instituição de acolhimento da cidade atende mais quatro municípios da região quando solicitada. Maiores detalhes sobre o funcionamento da entidade de acolhimento municipal serão verificados no capítulo 4.

O Quadro 02 apresenta o programa de necessidades dos abrigos institucionais e a dimensão mínima dos espaços. Além de respeitar a legislação federal, estadual e municipal, os projetos de instituições de acolhimento deverão estar de acordo com decretos e normas sobre acessibilidade, especialmente com as proposições da Norma Brasileira 9050 (NBR 9050).

ATÉ 10 USUÁRIOS	DIMENSÃO MÍNIMA (m²)	DE 11 A 20 USUÁRIOS	DIMENSÃO MÍNIMA (m²)
1 Sala de Coordenação / Almoxarifado	12,00	—	-
1 Sala – atendimento individual	9,00	—	-
1 Sala de estudo (para 5 pessoas)	6,00	1 Sala de estudo (para 10 pessoas)	10,00
1 Sala de estar	12,00	—	22,00

Quadro 02 - Programa de necessidades dos abrigos institucionais. Brasil, 2015. Editado pela Autora, 2017

2 Quartos/ 4 usuários em cada – com 2 beliches	21,00	5 Quartos/4 usuários em cada – com 2 beliches	52,50
1 Quarto/ 2 usuários – camas normais	11,00	Não consta	Não consta
1 Quarto – cuidador/ turno	4,00	2 Quartos - 2 cuidadores/turno	8,00
1 Banheiro feminino adaptado (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	3,60	–	–
1 Banheiro masculino adaptado (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	3,60	–	–
1 Banheiro feminino (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	2,50	–	–
1 Banheiro masculino (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	2,50	–	–
1 Sala de jantar/ refeitório	12,00	–	22,00
1 Cozinha	10,50	–	–
1 Área de serviço (lavanderia + passadeira)	5,00	–	–
Varanda - opcional	9,00	–	14,00
Total com acréscimo de 10% áreas de circulação	114,70 + 11,47=126,00	–	163,20 + 16,32=180,00

Observações:
1. Quando o serviço exigir cuidadores na equipe, deve ser previsto ambiente para descanso desses trabalhadores, que atuam por turno;

2. Na área total não está computada as áreas das paredes;
3. Esses parâmetros mínimos são para edificações de apenas um pavimento, isto é, pavimento térreo.

2.3 QUADRO ATUAL DO ACOLHIMENTO NO BRASIL

Apesar das diretrizes e recomendações quanto ao funcionamento das instituições de acolhimento, são frequentes os casos em que a assistência se contradiz com as leis e normas sobre o assunto. Jauczura (2008), Luvizaro e Galheigo (2011) e Rossetti-Ferreira et al. (2012) afirmam que, em geral, a aplicação das disposições previstas pelo ECA e por outras políticas de proteção à infância e à juventude ainda é um desafio no Brasil.

Jauczura (2008) afirma que, na prática, o acolhimento institucional (abrigos institucionais e casas-lares) é a primeira medida de proteção a ser tomada em casos de ameaça ou violação dos direitos infantojuvenis, embora seja a sétima medida prevista pelo art. 101 do ECA.

Uma ampla pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 2012 a 2013, comprova a predominância do acolhimento institucional no atendimento de crianças e adolescentes em risco pessoal e social. As entidades de acolhimento possuíam capacidade de atender até 45.569 crianças e adolescentes em 2013, enquanto outros serviços, como Família Acolhedora, totalizavam 817 cadastros (BRASIL, 2013).

Dentre as duas modalidades de acolhimento institucional, o abrigo é prevalente. Em 2013, na região sudeste, 84,1% da assistência ocorria em abrigo institucional, contra 15,9% em casas-lares. No estado de São Paulo, por exemplo, 8.688 crianças e adolescentes estavam em abrigos e somente 800 acolhidos em casas-lares (BRASIL, 2013).

Em relação ao período de institucionalização, apesar do § 2 do art. 19 do ECA definir que a permanência da criança e do adolescente não se prolongará por mais de dois anos em programas de acolhimento, Siqueira e Dell'Aglio (2006), Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b) e Luvizaro e Galheigo (2011) ressaltam que a duração da institucionalização pode prolongar-se por anos, o que pode interferir no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos acolhidos.

Nos abrigos, aproximadamente 50% dos acolhidos permanecem na instituição de 6 meses a 2 anos e 35% são mantidos nas entidades por mais de 2 anos. Ou seja, apenas 15% das crianças e adolescentes permanecem nesses estabelecimentos por até 6 meses (BRASIL, 2013). Portanto, o princípio da provisoriedade do acolhimento institucional, proposto pelo ECA, não é cumprido em considerável parte dos casos.

Mais de 75% das entidades de acolhimento pesquisadas pelo CNMP declararam que havia acolhidos que não recebiam visita dos pais ou responsáveis por mais de dois meses. A menor frequência de visitas fragiliza os vínculos familiares, o que, consequentemente, reduz a probabilidade da criança e do adolescente retornarem à sua família de origem, prolongando o período de institucionalização (BRASIL, 2013).

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b), Vectore e Carvalho (2008) e Rossetti-

Ferreira et al. (2012) concordam que as políticas públicas devem ser efetivas no fortalecimento dos vínculos familiares. Jauczura (2008) acrescenta que a comunidade tem um importante papel de colaborar com a implementação dessas políticas de proteção social.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), dados de crianças internadas nos séculos XIX e XX demonstram que um dos motivos mais frequentes de internação era unicamente a dificuldade financeira dos pais, que enxergavam na instituição a melhor forma de garantir o sustento e a educação dos filhos.

Rossetti-Ferreira et al. (2012) verificaram que a escassez de recursos financeiros ainda é uma das razões para o acolhimento institucional. Esse fator, segundo o art. 23 do ECA, não constitui motivo para tal medida, devendo a criança ou o adolescente, juntamente com a sua família, serem incluídas em programas de proteção, apoio e promoção social.

A Figura 02 traz um gráfico com os principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes. A carência de recursos materiais da família ou do responsável corresponde ao significativo valor de 26% dessas razões. A primeira causa do acolhimento é por dependência química/alcóolica dos responsáveis, seguido por negligência e abandono pelos mesmos (BRASIL, 2013).

Os dados do gráfico ressaltam a imprescindibilidade das entidades de acolhimento oferecerem serviço de qualidade às crianças e adolescentes, pois suas histórias anteriores às medidas de proteção comumente são marcadas por dificuldades, mágoa, temor do presente e do futuro. Siqueira e Dell'Aglio (2006) afirmam que são

necessárias políticas públicas direcionadas às instituições a fim de contribuir com a melhoria do atendimento às crianças e adolescentes.



Figura 02 - Gráfico com os principais motivos de acolhimento. Brasil, 2013. Editado pela Autora, 2017

Ao todo, 29.321 crianças e adolescentes estavam vivendo em abrigos e casas-lares em 2013 e 1.019 atendidos em acolhimento familiar (BRASIL, 2013). Ou seja, mais de 30.000 crianças e adolescentes estavam afastados dos pais ou responsáveis em decorrência dos motivos citados no gráfico da Figura 02.

Enfim, são muitas as ambiguidades que permeiam os discursos e as práticas presentes nas instituições, o que, consequentemente, compromete o desenvolvimento dos acolhidos. Diante desse cenário, as políticas públicas adquirem um papel de extrema relevância no combate aos problemas sociais ligados à pobreza e má distribuição de renda no Brasil, que, por sua vez, estão diretamente relacionados à vulnerabilidade social de muitas famílias (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

A organização espacial dos abrigos também é um importante fator a ser considerado. Se a maioria das crianças e dos adolescentes em risco pessoal e social são encaminhados às instituições de acolhimento, especialmente aos abrigos institucionais, como esses espaços devem ser projetados? Quais as necessidades que devem ser atendidas? Em que medida a espacialidade pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses jovens? Essas e outras questões serão discutidas nos próximos tópicos.

2.4 DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO INFANTOJUVENIL

Como foi mostrado no tópico anterior, a assistência institucional às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, ainda hoje e não raramente, é marcada por um atendimento prolongado e despersonalizado. Nesse contexto, surgem estudos nacionais e internacionais referentes ao impacto da institucionalização no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos acolhidos.

O psicólogo Urie Bronfenbrenner (1996), em seu livro "A Ecologia do

Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados", defende a ideia de que o desenvolvimento humano ocorre e é influenciado por um contexto ambiental, denominado pelo autor como "ambiente ecológico".

Este abrange a atuação ativa da pessoa em desenvolvimento, a influência direta e indireta de outros indivíduos, objetos, espaços e convenções sociais. O ambiente ecológico é composto pelo encaixe de estruturas interdependentes, organizadas nos seguintes níveis: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. A organização das estruturas do ambiente ecológico está demonstrada na Figura 03.

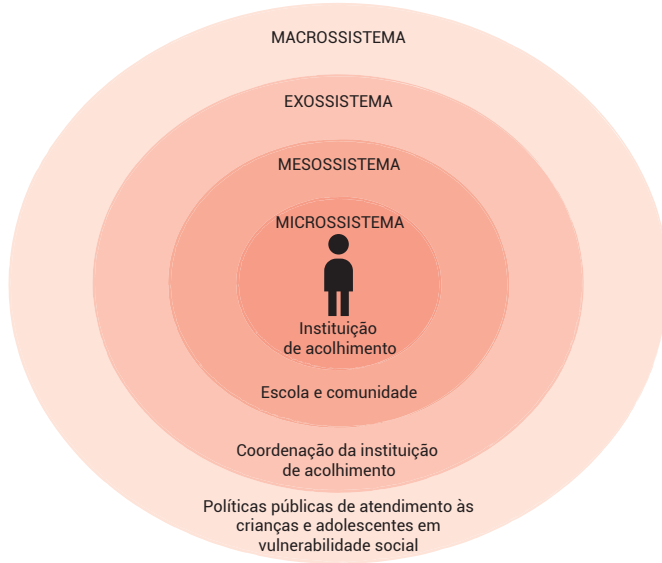


Figura 03 - Estruturas do ambiente ecológico. Bronfenbrenner, 1996; Savi, 2008. Adaptado pela Autora, 2017

O microssistema diz respeito às influências proximais, isto é, a influência das atividades, dos papéis e das relações interpessoais existentes em um ambiente

com características físicas e materiais específicas. A instituição de acolhimento é o microssistema central do ambiente ecológico dos acolhidos, onde eles desempenham diversas atividades e interações com outras crianças e adultos (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004; SIQUEIRA; DELL' AGLIO, 2006).

O mesossistema é a associação de dois ou mais microssistemas, nos quais o indivíduo participa ativamente. Para os acolhidos, o mesossistema é composto pela escola, pela instituição de acolhimento e pelos amigos da vizinhança, por exemplo. O exossistema diz respeito ao impacto das circunstâncias nas quais o indivíduo não atua de forma ativa, como as decisões tomadas pela coordenação da entidade de acolhimento.

Por último, o macrossistema se refere à conexão de todos os níveis anteriores vinculados aos valores ideológicos e culturais da sociedade em questão. As políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social exemplificam a influência desse sistema.

As interações sociais existentes nos microssistemas formam uma rede de apoio social, que são importantes para o desenvolvimento humano. A rede de apoio social das crianças e adolescentes é composta pelos seus pais, tios, avós, vizinhos, amigos e, no caso das crianças abrigadas, pelos cuidadores, acolhidos e outros profissionais da instituição (BRONFENBRENNER, 1996; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Entretanto, para que o microssistema se mantenha estruturado e a rede de apoio social seja efetivamente benéfica no desenvolvimento, é preciso que as

relações sejam dotadas, na maior intensidade possível, das seguintes características: reciprocidade, equilíbrio de poder e laços afetivos, conforme Bronfenbrenner (1996) e Siqueira e Dell'Aglio (2006).

Na reciprocidade, o que um indivíduo faz influencia na ação do outro e vice-versa. A reciprocidade estimula a aquisição de habilidades interativas e o aumento da noção de interdependência nas crianças pequenas (BRONFENBRENNER, 1996).

O equilíbrio de poder é a distribuição do nível de poder em uma relação. Em uma interação, um dos membros pode ser mais influente do que o outro e isso favorece para que o ser em desenvolvimento aprenda a lidar com as diferentes relações de poder. Nas instituições de acolhimento, por exemplo, o cuidador é mais influente do que a criança.

Porém, a condição ótima para a aprendizagem e para o desenvolvimento psicológico ocorre quando esse equilíbrio de poder é alterado gradativamente em favor da pessoa em desenvolvimento, no caso, quando o acolhido tem a oportunidade de, aos poucos, exercer o controle sobre a situação (BRONFENBRENNER, 1996).

Na relação afetiva, os sentimentos positivos e recíprocos entre os membros de uma interação favorecem o desenvolvimento psicológico e, dependo do grau da relação afetiva, ela é capaz de motivar o processo de aprendizagem até mesmo na ausência de um dos membros da relação.

Portanto, em uma instituição de acolhimento, a criação de vínculos entre os seus membros – crianças, adolescentes, cuidadores e outros profissionais – deve ser valorizada nos planos de trabalho e nos espaços da entidade, de acordo com

Bronfenbrenner (1996) e Siqueira e Dell'Aglio (2006).

A presença de vínculos afetivos tem sido um dos temas mais citados nos estudos sobre o impacto positivo ou negativo das instituições de acolhimento. Segundo Arpini (2003), a transitoriedade dessas entidades dificulta que as crianças e os adolescentes tenham relações afetivas permanentes e profundas, sendo que uma das suas maiores necessidades é justamente possuir vínculos duradouros que os apoiem e os motivem na construção de suas histórias.

Apesar dessa transitoriedade, a autora constatou que muitos jovens retornavam à instituição após sua saída da mesma, mantendo, de alguma forma, os laços sociais ali formados. Portanto, nas palavras de Arpini (2003, p. 75):

> Se acreditarmos que as relações são resultado de construções afetivas, onde ser compreendido, ser aceito, ser respeitado, ser amado é a base necessária para um percurso satisfatório, então poderemos pensar a instituição de uma forma diferente, tornando-a uma alternativa viável para a construção de sujeitos. Acreditamos que isso se dará através da recuperação da solidariedade e da construção de laços afetivos, o que é, em última instância, o alicerce de nossa subjetividade.

Nesse sentido, a redução da dimensão física da moradia institucional pode atuar como um facilitador na criação de vínculos afetivos, pois espaços menores favorecem uma maior proximidade entre as pessoas, de acordo com Carvalho (2000). Além disso, quando as crianças são atendidas em grupos menores, assim como o ECA propõe e as casas-lares funcionam, aumenta-se a probabilidade de sentimentos

positivos serem desenvolvidos entre os membros do grupo e os funcionários do abrigo.

Bronfenbrenner (1996) afirma que a instituição pode prejudicar a criança e o adolescente quando as possibilidades de interação entre cuidadora-criança forem diminutas, quando o ambiente físico limita as oportunidades de locomoção e quando oferece poucos objetos para as crianças utilizarem nas suas atividades intelectuais e recreativas.

Carvalho (2000), Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b) também reforçam a importância dos cuidadores na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, já que esses assumem a função de protegê-los e orientá-los. Por conseguinte, os funcionários tendem a se tornar um modelo de referência nas ações dos acolhidos.

Tendo em vista a importância dos adultos nas instituições, Yunes, Miranda e Cuello (2004), Siqueira e Dell'Aglio (2006), Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b), Jauczura (2008) e Vectore e Carvalho (2008) acentuam a necessidade de valorizar e capacitar continuamente os cuidadores e outros profissionais da área, visando qualificar o atendimento dos acolhidos.

Consequentemente, torna-se fundamental pensar na criação de espaços que estimulem os diálogos e as brincadeiras, não só entre as crianças, como também entre acolhidos e cuidadores. Isso pode ser alcançado, por exemplo, através da combinação de mobiliários infantis e adultos, espaços internos e ao ar livre para dinâmicas em grupo ou outras atividades conjuntas.

Yunes, Miranda e Cuello (2004) reiteram que a falta de um cuidado institucional

que considere as múltiplas necessidades inerentes ao desenvolvimento infantojuvenil, somado a permanência duradoura de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, constituem-se como "fatores de risco". Esses fatores aumentam a possibilidade do indivíduo adquirir problemas físicos, emocionais e/ou sociais.

Ainda sob o ponto de vista negativo das instituições de acolhimento, Bronfenbrenner (1996) ressalta que os efeitos da institucionalização são mais nocivos e prolongados quanto mais precoce for o recolhimento, em especial antes do bebê atingir seis meses de idade, isto é, antes da criança ser capaz de desenvolver uma intensa relação afetiva com a mãe ou com outra figura materna.

Nesse sentido, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) e Jauczura (2008) assinalam para as controvérsias existentes na literatura em relação aos impactos da institucionalização. Há pesquisadores que consideram a permanência nesses estabelecimentos como a causa de vários distúrbios, como depressão, dificuldades cognitivas e de socialização, muitas vezes associadas a falta da mãe ou de outro cuidador primário.

Estudos mais antigos verificados por Siqueira e Dell'Aglio (2006) apontavam para a relação entre a institucionalização de crianças e adolescentes e a existência de dificuldades cognitivas, como déficit intelectual, além de outros problemas comportamentais. Bronfenbrenner (1996) afirma que, por mais que a instituição ofereça um meio ambiente seguro, ela tende a gerar efeitos nocivos na vida dos acolhidos, mesmo após a desligamento institucional.

Entretanto, para outros autores, a ausência de estímulos que favoreçam a

aquisição de certas habilidades cognitivas e sociais é provavelmente mais nociva do que a ruptura de vínculos familiares. Siqueira e Dell'Aglio (2006), por exemplo, sugerem que os efeitos negativos do acolhimento estão associados à falta de estímulos e oportunidades de brincadeiras nas instituições totais, como também aos efeitos das adversidades antes da institucionalização, como o abandono e a violência familiar.

Tizard e Rees (1974) concordam com esse posicionamento. Ao pesquisarem sobre desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças de 4 anos de idade que passaram por instituições, concluíram que a diversidade de estímulos, juntamente com o oferecimento de brinquedos, livros e diálogos, é essencial para o desenvolvimento infantil, independentemente se a trajetória da criança foi marcada por acolhimento institucional.

Finalmente, há autores que entendem que as instituições podem atuar como fatores de proteção ou risco, dependendo de como os jovens são acolhidos e de suas histórias prévias ao ingresso na instituição. Jauczura (2008) afirma que a entidade de acolhimento deve ser visualizada através de uma ampla perspectiva que inclua os fatores positivos e negativos no desenvolvimento.

Arpini (2003), por exemplo, ressalta a importância da reinserção familiar na vida dos acolhidos, como propõem as diretrizes legislatórias pertinentes. No entanto, a autora sugere um novo olhar para as entidades como um local que ofereça segurança e proteção às crianças e adolescentes.

Segundo a última autora, as instituições remodeladas pelo ECA têm possibilitado uma alternativa de grande relevância diante dos casos de abandono e

violência que os acolhidos viviam, proporcionando-lhes tranquilidade e apoio até que seus impasses sejam solucionados. Siqueira e Dell'Aglio (2006) também destacam que a institucionalização foi avaliada como um evento positivo na vida de alguns participantes de pesquisas relacionadas à temática.

Arpini (2003) e até mesmo Bronfenbrenner (1996), baseado em uma série de estudos teóricos e práticos, concordam que, às vezes, o ambiente familiar é tão caótico que a instituição pode favorecer a recuperação e o desenvolvimento psicológico dos acolhidos. Nesses casos, a instituição de acolhimento torna-se a fonte de apoio social mais próxima e organizada dos mesmos (ARPINI, 2003).

Em uma pesquisa realizada por Siqueira e Dell'Aglio (2010) com 155 crianças e adolescentes institucionalizados, a análise dos resultados indicou que a maioria declarava possuir boa satisfação de vida. Isso sugere que as condições de vida na instituição, como educação, lazer e vestuário, muitas vezes são melhores do que as de suas origens.

Todavia, ainda no mesmo estudo, foi constatado que a percepção positiva das instituições reduz conforme o aumento de idade dos acolhidos, talvez pela maior capacidade crítica e reflexiva de avaliar a situação na qual se encontram. Desse modo, as autoras salientam a necessidade de mecanismos sociais que reforcem a provisoriedade dessa medida de proteção.

Em outras palavras, embora o acolhimento deva ser evitado, as instituições foram e continuam sendo uma realidade no mundo. Quando isso acontece, tal como as leis orientam, os vínculos familiares devem ser estimulados para o retorno da

criança ao seu ambiente de origem, ou, quando não for possível, o encaminhamento para uma família adotiva.

Porém, o período em que o indivíduo permanece acolhido merece uma atenção especial, a fim de que seja o menos agressivo possível, segundo Mello (2004). Isso se relaciona diretamente à qualidade do ambiente institucional, que deve possibilitar o amplo desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como a proteção da sua integridade física, moral e psíquica.

Bronfenbrenner (1996) afirma que um ambiente físico e social que permita o indivíduo executar atividades significativas, favoreça as interações recíprocas e a criação de vínculos afetivos, consequentemente, tem seu potencial de desenvolvimento elevado. Logo, a instituição é um ambiente onde inúmeras atividades e interações podem ocorrer, favorecendo, por conseguinte, a criação de relações interpessoais recíprocas, de equilíbrio de poder e afeto, conforme Siqueira e Dell'Aglio (2006).

Tizard e Rees (1974) demonstram que quando as condições institucionais são melhoradas, oferecendo qualidade no ambiente físico e cuidado no atendimento, o pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes torna-se possível. Somado a esse aspecto, Rizzini e Rizzini (2004) e Vectore e Carvalho (2008) ressaltam a importância das crianças e dos adolescentes terem voz ativa nas entidades de acolhimento.

No caso da qualidade ambiental, a arquitetura adquire um papel de extrema relevância. Medidas como a criação de espaços lúdicos para brincadeiras, individuais para guardar objetos pessoais, espaços ao ar livre para recreação, entre outras áreas confortáveis, que serão detalhadas no próximo tópico, podem reduzir os efeitos da

longa permanência institucional. É preciso que os projetos favoreçam diálogos, trocas de experiências, sentimento de bem-estar e segurança física e emocional (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006; CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007a;).

Mello (2004) e Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) alertam para o fato de que as instituições de abrigo podem, portanto, compor uma dualidade entre proteção e risco. Riscos podem ocorrer especialmente quando esses locais reproduzem traços das chamadas instituições totais, como o atendimento massificado, a repressão de intimidade, a estigmatização, o limite às oportunidades e às escolhas pessoais.

Concluindo, é fundamental compreender que a instituição atua como a morada para crianças e adolescentes em risco pessoal e social, mesmo que por um limitado período de tempo. Desse modo, deve respeitar as características individuais dos acolhidos, bem como suas opiniões, autonomia, necessidades de cuidado e carinho, de forma a potencializar as condições para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos mesmos (LUVIZARO e GALHEIGO, 2011).

2.5 ARQUITETURA E PSICOLOGIA

Aliar aspectos técnicos, físicos e psicológicos é dever do arquiteto, segundo o renomado arquiteto finlandês Alvar Aalto (1982). Esse pensamento se concretizou especialmente após o início da "nova" fase do Modernismo, caracterizada por um maior interesse na ampliação dos métodos racionais do Modernismo. O intuito era resolver os problemas psicológicos e humanos dos projetos.

A colaboração entre a arquitetura, o urbanismo e a psicologia oferece múltiplas possibilidades de projeto, especialmente com a Psicologia Ambiental. Como resultado dessa interdisciplinaridade, tem-se uma maior aproximação do projeto ambiental com o seu próprio usuário, o que influencia diretamente na qualidade de vida e no conforto psicológico do sujeito (DEL RIO, 2002).

A Psicologia Ambiental procura compreender como o indivíduo percebe e lida com o seu ambiente e como o contexto ambiental age sobre o seu comportamento. Os aspectos físicos do local são priorizados, já que a ação humana se altera de acordo com o espaço onde a pessoa está (MOSER, 1998; CAMPOS-DE-CARVALHO, 2006). Para Moser (1998, p. 6), "o descontentamento do indivíduo com o seu ambiente pode facilitar a emergência de certas doenças, sejam mentais ou físicas".

Ainda pelo último autor, a Psicologia Ambiental originou de duas áreas de conhecimento. A primeira delas foi a Arquitetura, principalmente na Inglaterra e nos países nórdicos. Já em países como Itália, Alemanha e França, a matéria surgiu da Psicologia Geral. Isso evidencia a relação direta da Psicologia Ambiental com o trabalho de arquitetos e urbanistas, além de outros profissionais, como geógrafos e sociólogos.

Projetar é uma atividade complexa, que envolve decisões, visualização dos espaços arquitetônicos na mente e no papel e comprometimento do profissional com a concepção de uma forma material que contenha um ideal. A forma arquitetônica construída torna-se um meio ambiente para o homem. A partir disso, o espaço passa a afetar seus usuários, tendo capacidade de aperfeiçoar as sensações e percepções

humanas (TUAN, 1983).

Tuan (1983) faz uma interessante analogia entre a Arquitetura e a linguagem, afirmando que assim como as palavras possuem e conservam os sentimentos e sem elas as emoções são momentâneas; na ausência da Arquitetura, os sentimentos sobre os espaços permanecem indefinidos e efêmeros. Sob essa perspectiva, entende-se o porquê do meio ambiente construído, tal como a linguagem, ser capaz de definir e aperfeiçoar a sensibilidade, aguçar e expandir a consciência humana.

Ainda com base no último autor, o meio ambiente construído estabelece as funções sociais e as relações existentes nele e com ele, pois cria condições para que as pessoas se identifiquem e atuem de uma determinada maneira. Em outras palavras, a Arquitetura possui uma ligação estreita com o comportamento humano e com o modo pelo qual os indivíduos percebem seu ambiente.

Segundo Savi (2008), perceber o ambiente não significa comprometer-se com a verdadeira realidade, pois o processo perceptivo compreende uma série de elementos objetivos e subjetivos, como forma, função, textura, ventilação, cor, temperatura ambiental, iluminação, sonoridade, sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), movimento, símbolos, sensações e crenças (OKAMOTO, 2002 apud SAVI, 2008).

> A percepção ambiental dá-se por meio desses múltiplos estímulos sensoriais e, mesmo inconscientemente, o homem percebe e interpreta-os, apreendendo o meio físico e social. Assim, a todo instante o ambiente atua sobre o modo como se apreendem os fatores contextuais. Pessoas e redes de significações sofrem mútuas e contínuas transformações, combinando fragmentos de experiências passadas, percepções presentes e expectativas

> futuras com as características físicas e sociais do contexto vivencial (SAVI, 2008, p. 78).

Del Rio (2002) afirma que os processos perceptivos do homem sobre o seu ambiente permitem que o mesmo compreenda onde ele se encontra. Isso torna possível a criação de referências espaciais e sociais, o que leva o indivíduo a adotar comportamentos específicos. Enfim, a percepção ambiental atua de maneira efetiva na apropriação do espaço e na construção da identidade pessoal e do lugar.

2.5.1 Apropriação espacial

Cavalcante e Elias (2011, p. 63) definem a apropriação como "um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. " Segundo as autoras, a apropriação espacial ocorre quando o indivíduo modela um ambiente de acordo com as suas necessidades.

Para o arquiteto holandês Herman Hertzberger (1999), na concepção de um projeto de arquitetura, urbanismo ou design pode-se criar condições para que aflore um maior senso de responsabilidade e envolvimento dos usuários com o arranjo e com a mobília do espaço.

Uma das maneiras utilizadas e sugeridas pelo arquiteto para favorecer a apropriação em ambientes nos quais a permanência é temporária – como são os abrigos institucionais - é deixar alguns componentes inacabados para que os próprios

usuários os completem conforme suas preferências ou criar elementos que podem ser manipulados de diversas maneiras. Assim, os usuários tornam-se moradores.

No Alojamento para Estudantes, em Weesperstraat e na Escola Montessori, em Delft, ambos na Holanda, Hertzberger (1999) apresenta soluções que podem ser usufruídas de diversas maneiras. No Alojamento, blocos de concreto com luz rentes ao chão foram destinados não apenas à iluminação, também podem ser utilizados como bancos, superfícies de trabalho ou até mesas de refeições (Figura 04).

Na Escola, acima ou adjacente às portas entre as salas de aula e o pátio, há saliências que podem acomodar vasos de plantas, livros, esculturas de barro ou qualquer outro objeto com dimensões adequadas ao recinto. A primeira imagem da Figura 05 mostra uma das portas da Escola Montessori em que a saliência foi utilizada para a colocação de plantas e flores, conferindo um caráter mais humano ao espaço.

No pátio do jardim de infância, o arquiteto projetou uma cavidade quadrada preenchida por blocos de madeira soltos, que podem ser tirados e compor diferentes arranjos, provocando sensações como a descida de um vale ou um refúgio. A segunda imagem da Figura 05 mostra crianças brincando nesse espaço.

De acordo com Savi (2008), a apropriação espacial é influenciada por alguns reguladores, como territorialidade, privacidade e aglomeração. Eles são diretamente afetados pela institucionalização, em decorrência do número de crianças e adolescentes atendidos. Os reguladores estão interligados e influenciam no desenvolvimento humano. A seguir, eles serão explicados resumidamente.

A territorialidade é definida como um espaço em que as pessoas reconhecem,





Figura 04 - Blocos de concreto no Alojamento para Estudantes. Hertzberger, 1999





Figura 05 - Escola Montessori. Hertzberger, 1999

demarcam, possuem e defendem. É natural que o ser humano busque ocupar os melhores lugares, de onde possam exercer certo controle sobre as interações sociais. Essa demarcação territorial pode ser executada, por exemplo, através de divisórias e/ou disposição do mobiliário.

Privacidade é uma forma de controlar o isolamento ou distanciamento dos outros. As crianças necessitam de menor privacidade em comparação aos adolescentes. Uma das principais formas usadas para regular a privacidade é permanecer em um espaço, como o dormitório, com a porta fechada (ALTMAN, 1980 apud SAVI, 2008).

Tendo em vista que os ambientes das instituições de abrigo são compartilhados entre diversas crianças, adolescentes, funcionários e outros, é importante a criação de mecanismos para potencializar a privacidade dos usuários, como a possibilidade de personalização dos ambientes e a propriedade da cama e espaços individuais nos armários.

A aglomeração é a sensação de incômodo devido ao número excessivo de pessoas em um local. É oposta, portanto, à ideia de privacidade e dificulta a apropriação espacial. A familiaridade reduz o estresse causado pela aglomeração. Porém, em ambientes primários, como residências, ela é ainda mais prejudicial. Para reverter esse quadro nas instituições de abrigo, é importante se atentar à densidade desse espaço, para que os acolhidos não se sintam oprimidos pela quantidade de usuários e funcionários.

Conforme Savi (2008), a apropriação exige ainda que o ambiente tenha uma

complexidade compatível com o nível de desenvolvimento da pessoa, o que pode ser controlado pelos tipos de objetos, espaço disponível, grau de manipulação e mistério. Diferentes objetos, materiais de acabamento e cores podem ser empregues para criar uma variedade de estímulos, evitando, desse modo, a monotonia do ambiente e favorecendo a apropriação espacial.

Enfim, a configuração personalizada de um espaço, que caracteriza a apropriação, atuará, por sua vez, como referência para a pessoa, permitindo sua orientação e preservação de identidade (CAVALCANTE; ELIAS, 2011).

2.5.2 Identidade

Em relação ao conceito de identidade, Mourão e Cavalcante (2011) o definem como o conjunto de elementos pessoais de um indivíduo (biológicos, psicológicos, sociais etc.) e o modo como este se representa. A identidade é um processo que se modifica durante a vida de cada um, mas que ocorre de forma intensa na infância e na adolescência.

Entendida como subestrutura da identidade, há a noção de identidade do lugar, que se constrói a partir da interação do sujeito com seu entorno físico e social. Essa construção ocorre através de cognições e da criação de vínculos afetivos e de pertencimento com o entorno, o que envolve tempo de vivência no espaço e possibilidade de transformá-lo em busca de satisfação (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Conforme Savi (2008), as pessoas constroem identidades de lugar buscando semelhanças entre o ambiente recém conhecido e o que foi experimentado no passado. A mesma ideia se aplica para as crianças e os adolescentes.

Em vista disso, é importante que haja aspectos familiares nas instituições de acolhimento. A última autora sugere a integração dos acolhidos com as pessoas da comunidade, o uso dos equipamentos de lazer do bairro, incentivo às visitas da família de origem dos acolhidos e a concepção de espaços aconchegantes, com ambientes personalizados.

Hertzberger (1999) afirma que a arquitetura deve permitir que os usuários interfiram nela sempre que possível, com o propósito de reforçar tanto a identidade do lugar quanto e, principalmente, dos próprios usuários. Nesse aspecto, o autor chama a atenção para o risco dos espaços rigorosamente específicos ou neutros, isto é, aqueles da arquitetura funcionalista (em que a forma deriva da função) ou aqueles "capazes" de satisfazer inúmeras necessidades em diferentes épocas e contextos.

Enquanto as soluções do funcionalismo rapidamente tornam-se obsoletas, gerando disfuncionalidade e falta de eficiência, a neutralidade representa, para Hertzberger (1999), a ausência de identidade. Nas palavras do autor (1999, p. 146): "Embora uma formulação flexível adapte-se a cada mudança que surja, não pode ser nunca a melhor e mais adequada solução para nenhum problema [...]". Para o autor, a flexibilidade configura-se como o conjunto de todas soluções inadequadas para um problema.

Os projetos arquitetônicos e urbanos devem possuir capacidade de se adaptar

as mudanças, mas preservar, ao mesmo tempo, sua identidade. Além disso, os projetos devem possuir ampla eficácia, indo além das exigências básicas a fim de responder aos interesses dos diversos usuários individuais.

A esses espaços com ampla eficácia, Hertzberger (1999) denomina como polivalentes. Assim, cada pessoa terá uma reação distinta do espaço, interpretando-o pelo lado pessoal para incorporá-lo ao seu ambiente familiar (HERTZBERGER, 1999). Em suma,

> Deveríamos fazer projetos de tal modo que o resultado não se referisse abertamente a uma meta inequívoca, mas que ainda admitisse a interpretação, para assumir a identidade pelo uso. O que fazemos deve constituir uma oferta, deve ter a capacidade de provocar, sempre, reações específicas; assim, não deve ser apenas neutro e flexível – e, portanto, não-específico -, mas deve possuir aquela eficácia mais ampla que chamamos de polivalência (HERTZBERGER, 1999, p. 152).

Alvar Aalto (1978) também argumenta sobre os problemas que ocorrem em um projeto totalmente funcionalista. Para o autor, criar uma arquitetura que considere as necessidades humanas significa alcançar um funcionalismo além do caráter puramente técnico.

Porém, a racionalidade do funcionalismo não deve ser negada, deve ser ampliada de modo a abranger os diversos aspectos humanos. Afinal, o propósito da arquitetura é harmonizar o mundo material com a vida humana (ALVAR AALTO, 1978).

2.5.3 Espaço e Lugar

A percepção ambiental e a maneira pela qual o homem reage aos estímulos existentes terão grande influência na conexão do sujeito com o seu meio. Como consequência desses processos perceptivos, o indivíduo expressará ou não vínculos afetivos com o ambiente, definindo, desse modo, o que é espaço e o que é lugar (SAVI, 2008).

Yu-Fu Tuan (1983) em seu livro "Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência" afirma que esses conceitos estão interligados e que frequentemente a ideia de espaço se funde com a ideia de lugar. De acordo com o autor, o primeiro significa liberdade, enquanto o segundo, segurança. O ser humano está ligado ao lugar, mas almeja o espaço.

Os lugares são centros nos quais as pessoas atribuem valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas do homem (comer, dormir, descansar). A ideia de espaço é mais abstrata do que a de lugar. O que se inicia como espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o homem conhece esse ambiente e o dota de valor (TUAN, 1983).

Reis-Alves (2007) concorda com o arquiteto Christian Norberg-Schulz quanto à seguinte definição de lugar: "O lugar é a concreta manifestação do habitar humano". O espaço se torna lugar no momento em que ele é ocupado pelo homem, de forma física ou simbólica.

De acordo com Felippe (2010), a criação de espaços deve superar a realidade concreta de matéria para que nasçam lugares. Lugares esses que, na visão da autora, também são os verdadeiros espaços do habitar, capazes de serem significativos para

os seus usuários. Resumindo, o "espaço" é neutro, pensado de forma geométrica e abrangente, enquanto o "lugar" é o espaço ocupado e dotado de valor pelo homem.

Se o ser humano precisa conhecer o espaço e desenvolver sentimentos pelo mesmo para que surja a essência do lugar, a associação desses dois conceitos envolve, portanto, uma dimensão temporal. O tempo é o responsável pelas experiências vividas. Tempo e lugar são elementos básicos do mundo vivo (TUAN, 1983; REIS-ALVES, 2007).

Para Del Rio (2002), as definições de lugar estão sempre relacionadas à qualificação de um espaço particular. Essa qualificação abrange múltiplas escalas geográficas, componentes e estímulos, objetivos e subjetivos. Pode incluir desde a morfologia de um ambiente até a organização social do mesmo, passando por memórias, medos e sensações, como indiferença, ansiedade ou alegria.

No caso das diferentes escalas do lugar, Reis-Alves (2007) cita, por exemplo, a casa. A moradia é o lugar primário do indivíduo, constituindo-se, geralmente, como seu principal ambiente de referência. Porém, dentro da casa, a pessoa pode ter um lugar preferido, como o quarto, que, por sua vez, pode exprimir sua própria personalidade nos aspectos físicos.

O arquiteto Aldo Van Eyck (1962) apud Hertzberger (1999) sugere que os indivíduos façam de cada coisa um lugar, que façam de cada moradia e de cada cidade um conjunto de lugares, pois uma casa é uma cidade reduzida e uma cidade é uma casa com dimensão descomunal.

Segundo Tuan (1983), as crianças possuem noções gerais de espaço e lugar, sendo suas referências espaciais limitadas em comparação aos adolescentes e

adultos. O primeiro "lugar" do bebê é seu cuidador primário. O crescimento da criança é acompanhado por uma transição do apego e dependência de pessoas importantes para o apego em objetos e finalmente em lugares.

Porém, conforme Tuan (1983), quanto mais hostil é o ambiente, maior a dependência das crianças pela proteção dos adultos e, por conseguinte, prolonga-se o processo de desenvolvimento de autonomia e independência. Esse é mais um dos motivos que justificam a necessidade de uma atenção especial ser direcionada às instituições de acolhimento.

Para as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados é fundamental que o sentido de lugar e o ambiente familiar sejam resgatados. Um dos meios para isso é favorecer a socialização dos acolhidos e oferecer espaços onde se sintam seguros e confiantes a fim de que sua autonomia seja desenvolvida continuamente.

De acordo com Savi (2008), a percepção de aconchego depende muito do estabelecimento de vínculo com um lugar. Essa sensação ocorre quando os objetos e espaços são significativos para as pessoas. Mais uma vez, quando o usuário possui a oportunidade de personalizar seu ambiente, a transformação do espaço em lugar é facilitada.

Um dos caminhos para contribuir com o desenvolvimento humano e amenizar os problemas psicológicos das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social é criar áreas que permitam a apropriação espacial, a construção da identidade do acolhido e a oportunidade para que os espaços sejam transformados em lugares.

Enfim, os conceitos de apropriação, identidade e lugar estão diretamente relacionados entre si e com o desenvolvimento humano.

Para finalizar este tópico, é importante ressaltar que a instituição de acolhimento nunca equivale à família, mas o ambiente familiar, a possibilidade de o espaço converter-se em lugar e o sentimento de lar podem aparecer em alguns dos espaços físicos das entidades (BRONFENBRENNER, 1996; SAVI, 2008).

No que se refere ao sentimento de lar e considerando sua importância para o desenvolvimento humano, o subtópico seguinte apresenta algumas definições de casa e lar.

2.5.4 Casa, significado e importância

A moradia digna é um dos direitos das crianças e dos adolescentes, ainda mais quando se analisa a dependência desse grupo social a sua habitação, pois, assim como os idosos, as crianças e os adolescentes necessitam de maior proteção e permanência em casa, de acordo com Mello (2004). Mas afinal, qual é o significado de casa?

A origem desse conceito remonta ao Império Romano. A casa era considerada como sinônimo de cabana e de caráter rural, enquanto domus denominava as habitações urbanas. Devido aos constantes conflitos e a precária condição sanitária da Idade Média, as domus foram reduzidas enquanto a quantidade de casas aumentava. Nas cidades, somente a Igreja, com sua estrutura monumental e resistente, permaneceu

sólida, o que lhes conferia o título de domus do Senhor. A partir de então, domus passou a se referir à Igreja, enquanto casa, à habitação humana (MIGUEL, 2002).

Para Felippe (2010), o habitar é intrínseco a própria existência humana, precede toda arquitetura. Diz respeito à satisfação das necessidades fisiológicas e psicológicas dos indivíduos. Habitar no mundo é ser no mundo, é existir. O ambiente construído pelo homem responde a sua condição essencial de habitar.

A casa de habitação é, desse modo, uma projeção do próprio homem e o reflexo de sua personalidade. Através da residência, o sujeito se opõe ao que é desconhecido e indiferenciado, pois pode qualificar e atribuir valor ao espaço. Consequentemente, a casa torna-se referência para a própria identidade da pessoa, sendo interpretada por Felippe (2010) como "obra primeira da referência existencial".

Segundo Miguel (2002), a casa configura-se como um espaço/forma que deve estar de acordo com o modo de vida de seus habitantes e com o clima do local onde foi construída. Ela registra as mudanças históricas, sociais e o nível de desenvolvimento econômico e técnico de sua região. Os seus moradores podem transformá-la em lar e, nesse aspecto, Miguel (2002) afirma que o uso da palavra lar é frequentemente confundido com o termo casa.

Lar etimologicamente significa a parte da cozinha onde se acende o fogo, vem de lareira. "A lareira primitiva que faz do seu fogo o elemento inseparável da cabana rústica. O fogo que reúne ao seu redor todos os integrantes de um laço familiar, sendo, de um modo figurativo, um manto que aquece e une a todos num mesmo instante" (MIGUEL, 2002).

Fogo, portanto, remete ao símbolo de lar, sendo aquilo que protege e une todos os seus moradores. A casa pode ser compreendida como a terceira pele individual humana e o lar como a pele coletiva (MIGUEL, 2002).

Com base nessa perspectiva, é importante que a instituição de acolhimento ofereça a essência de lar para seus membros, a fim de que se sintam seguros, confortáveis, protegidos e parte fundamental de um todo.

Hertzberger (1999) defende a importância de cada pessoa possuir seu "ninho seguro", isto é, um lugar conhecido onde a pessoa sabe que suas coisas estão seguras e onde possa se concentrar sem o risco de ser interrompido. Nas palavras do autor (1999, p. 28): "Se você não tem um lugar para chamar de seu, você não sabe onde está! [...] todo mundo precisa de alguma espécie de ninho para pousar. "

Percebe-se, desse modo, que a casa possui um grande significado na vida e no cotidiano dos seus moradores. Tanto que as normas que definem o programa de necessidades e os parâmetros para a construção dos abrigos institucionais tentam aproximá-los de uma casa comum.

Porém, Mello (2004) alerta que por mais que as determinações construtivas se aproximem de uma residência tradicional, o cumprimento das diretrizes resulta em uma instituição de pequeno porte, pois, por exemplo, não é comum encontrar até vinte crianças e adolescentes em uma única habitação.

Com o intuito de amenizar a discrepância das entidades de abrigo com as moradias tradicionais e favorecer o desenvolvimento psicológico dos acolhidos, surgem recomendações da Psicologia e da Arquitetura para esses estabelecimentos,

como as de Savi (2008), Mello (2004) e do documento Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009).

2.5.5 Abrigo e as sugestões da Arquitetura e da Psicologia

As recomendações da Arquitetura e da Psicologia para os abrigos institucionais podem contribuir no bem-estar, na sensação de pertencer a um lar e na socialização das crianças, adolescentes e funcionários. Contudo, é preciso que haja um total comprometimento da administração da entidade em apoiar e proteger os acolhidos, de acordo com Savi (2008).

Assim, a Arquitetura deve também ser um estímulo para que o corpo administrativo da instituição trabalhe adequadamente e motivado, visando bons atendimentos e bons acolhimentos. Em um projeto arquitetônico, são numerosos os aspectos que devem ser cuidadosamente pensados, como: materiais, iluminação, escala, e muitos outros. Aspectos que, direta ou indiretamente, impactam na percepção e no comportamento humano.

Em relação à escala, é importante que as dimensões do espaço não ultrapassem o necessário. Hertzberger (1999) argumenta que as coisas devem ser articuladas a fim de que se tornem menores, pois quanto maior a articulação de um espaço, menores são suas dimensões e maior é seu potencial de uso, isto é, diferentes atividades podem ser executadas simultaneamente por grupos pequenos

Para Hertzberger (1999, p. 194): "A articulação conduz, portanto, à 'expansão

da capacidade' e, assim, a um rendimento maior do material disponível''. Acrescenta ainda que os projetos só devem ser grandes quando forem formados por um conjunto unidades reduzidas, já que dimensões exageradas provocam sensações de distância e fragmentação.

Carvalho (2000) afirma que a redução das dimensões dos espaços favorece uma maior proximidade entre as pessoas. Na instituição de abrigo, as características ambientais e a rotina ambiental também influenciam nas atividades de entretenimento e recreação. Especificamente no caso das crianças, Tuan (1983) alega que elas precisam de ambientes em conformidade com o seu tamanho.

Segundo Bronfenbrenner (1996), o ambiente físico das entidades de acolhimento não deve restringir as oportunidades de locomoção e deve possuir uma variedade de objetos para as crianças utilizarem nas suas atividades. Ademais, o autor afirma que a brincadeira, a fantasia e os jogos constituem-se como importantes fatores no desenvolvimento cognitivo das crianças.

No que se refere aos jogos, Mantilla (2011) afirma que eles refletem psicologicamente o cotidiano do homem, fazem parte de todas as culturas, carregam a ideia de ação, possuem regras específicas e estão sempre relacionados com sensações. O jogo pode ser parte do lúdico, porém, nem tudo o que é lúdico é jogo.

Lúdico é um conceito amplo, que perpassa os limites dos jogos e das brincadeiras, deve tornar-se uma dimensão do desenvolvimento humano. Pode ser considerado como uma necessidade básica da mente e do corpo. As atividades que envolvem ludicidade são voluntárias, precisam de decisão própria.

> O termo refere-se à necessidade humana de sentir, expressar, comunicar e produzir emoções primárias (rir, gritar, chorar, gozar) orientadas ao entretenimento, diversão e lazer. Se aceitarmos essa definição, será entendido que a diversão tem um número ilimitado de formas, meios, e satisfações [...] (MANTILLA, 2011, p. 125).

O lúdico está envolvido com o próprio sentido da vida e com a criatividade humana. Permite a criação de espaços ricos em estímulos visuais e sensoriais, através da variedade de cores, formas, linhas e escalas. É preciso que as atividades lúdicas permaneçam presentes da infância até a idade adulta, já que facilitam a aprendizagem, que é um processo constante na vida de todos (MANTILLA, 2011).

Ao conceito de lúdico, acrescenta-se outras definições estudadas neste tópico, como apropriação espacial e transformação de espaços em lugares, que são ferramentas valiosas no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e dos adolescentes. A Figura 06 da página seguinte traz exemplos de espaços lúdicos que podem estimular em seus usuários a apropriação espacial, a criatividade, a socialização e inúmeras atividades de entretenimento.

Considerando que a ludicidade é uma das condições essenciais para o aprendizado, para a criatividade e para as emoções e que as atividades lúdicas dependem de uma motivação para serem iniciadas, as instituições de acolhimento devem oferecer espaços que favoreçam os exercícios lúdicos e suas consequentes sensações, como prazer e diversão.

Para finalizar este capítulo, a partir de todas recomendações estudadas,



Figura 06 - Exemplos de espaços lúdicos. Https://br.pinterest.com, s/d; www.archdaily.com, 2015; www.institutobramante.com.br, s/d; ww12.casa-atelier.com, s/d; www.archdaily.com, 2008; www.ovo.art.br, s/d

no campo da Arquitetura e da Psicologia Ambiental, especialmente com base no trabalho de Savi (2008), que é direcionado à arquitetura dos abrigos institucionais, e no documento normativo de orientações técnicas para serviços de acolhimento a crianças e adolescentes (BRASIL, 2009), o Quadro 03 foi elaborado. O Quadro traz sugestões para cada dependência do abrigo e para a escolha do lote, por exemplo.

Na área da psicologia, se destacam as sugestões de Yunes, Miranda e Cuello (2004), Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a). O trabalho de Campos-de-Carvalho (2006) também é relevante, apesar de focar seu estudo em instituições de educação infantil, os resultados podem ser aplicados nos abrigos institucionais, pois apontam para a influência da disposição do mobiliário no comportamento da criança, isto é, como a locação dos móveis e equipamentos interferem nas ações infantis.

As sugestões da Arquitetura e da Psicologia auxiliam para que haja um olhar sensível na concepção projetual dos abrigos institucionais, tendo em vista a condição peculiar de uma entidade como esta. O objetivo é colaborar para que o impacto da institucionalização no cotidiano das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social seja o menor possível.

Enfim, se conforme Felippe (2010), a intimidade é necessária ao ser humano e ocorre plenamente na sua habitação, essa deve ser, então, um lugar de apego e intimidade protegida, carregada de significados e lembranças, capaz de tornar-se um instrumento positivo no desenvolvimento humano, especialmente no caso aqui tratado, que é de um abrigo institucional (SAVI, 2008).

Quadro 03 – Recomendações da Arquitetura e da Psicologia para abrigos institucionais. Elaborado pela Autora, 2017

ÁREA ÍNTIMA	Dormitórios	• Os quartos devem ter espaços e mobílias individuais para as crianças guardarem objetos pessoais e decorarem da maneira que lhes for conveniente, facilitando a apropriação espacial, a transformação do espaço em lugar e o sentimento de lar; • Recomenda-se a instalação de espelhos para a preservação da imagem; • A decoração deve variar conforme o sexo e a idade dos acolhidos, evitando, desse modo, a padronização; • O mobiliário deve ser compatível com as dimensões adultas e infantis, a fim de favorecer a independência nas crianças; • Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante, tendo no máximo quatro acolhidos por quarto. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio dormitório, a dimensão do mesmo deve ser aumentada para 3,25 m².	ÁREA ADMINISTRATIVA	Sala para equipe técnica	• Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões etc.); • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/ técnicaw da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
				Sala de coordenação/ atividades administrativas	• Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística etc.); • Deve possuir área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo; • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/ técnica da instituição, separada da área de moradia;
	Banheiros	• Deve conter 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 crianças e adolescentes; • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários; • Pelo menos um dos banheiros deve ser adaptado para as pessoas com deficiência.		Sala de reuniões	• Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe profissional interna e, eventualmente, reunião com profissionais externos, voluntários, famílias etc.

ÁREA SOCIAL	Sala de Estar ou similar	• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores; • É preferível que os móveis sejam planejados para evitar tombamento.	Área externa (Varanda, quintal, jardim etc.)	• Deve-se privilegiar os vínculos afetivos entre cuidadores e acolhidos e entre acolhidos de diferentes idades, através da realização de atividades em conjunto. Porém, é importante que a convivência em grupo seja uma escolha e não uma imposição, prevendo-se também áreas que viabilizem a permanência individual. Isso se aplica igualmente aos outros espaços sociais, como sala de estar, jantar, estudos e brinquedoteca; • Os espaços também deverão possibilitar brincadeira e participação dos cuidadores nas atividades, com mobiliário confortável e convidativo; • Para favorecer o convívio comunitário e a socialização dos usuários, recomenda-se o uso de equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura; • Na medida do possível, recomenda-se prever espaços para que os acolhidos recebam seus colegas da vizinhança, da escola etc. na entidade; • Recomenda-se que o paisagismo seja composto de vegetação com diferentes escalas e espécies, areia para brincar, gramado para correr e jogar bola. O intuito é estimular o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças e adolescentes.
	Sala de jantar/ copa	• Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores; • Pode tratar-se de um cômodo independente ou estar anexado a outro cômodo (sala de estar ou cozinha, por exemplo); • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.		
	Ambinte lúdico	• Recomenda-se a criação de espaços lúdicos, como brinquedotecas, de modo a facilitar a interação social e afetiva dos acolhidos com seus cuidadores e outras crianças, estimular a criatividade e as atividades de entretenimento; • O mobiliário deve ser convidativo, flexível, com comodidade e favorecer a apropriação espacial.		
	Encontro	• Sugere-se a criação de um espaço de encontro dos acolhidos com suas famílias, a fim de favorecer o retorno da criança e do adolescente ao seu ambiente de origem;	Sala de estudos	• As atividades de leitura e estudo poderão ocorrer em áreas específicas ou em outros ambientes (quarto, copa etc.);

ÁREA SOCIAL	Espaços para encontro	• Esta infraestrutura pode ser separada ou não do abrigo, mas é preciso que o ambiente seja calmo e tenha privacidade controlada pela equipe profissional, por questões de segurança.	Sala de estudos	• Atenção especial deve ser direcionada aos aspectos ergonômicos adultos e infantis. Os móveis também devem possibilitar personalização e apropriação; • Sugere-se a previsão de espaço para que os cuidadores auxiliem os acolhidos nas tarefas escolares e para que os próprios adolescentes auxiliem as crianças mais novas.
ÁREA DE SERVIÇO	Lavanderia	• Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza; • O espaço deve propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa e banho para o número de usuários atendidos pela entidade.	Cozinha	• Com espaço suficiente para acomodar os atendidos pelo equipamento e os cuidadores/ educadores. O layout e o mobiliário da cozinha devem facilitar o convívio e a ajuda mútua na preparação das refeições e limpeza do local. Para limitar o acesso dos bebês, recomenda-se a instalação de grades removíveis de segurança à meia altura nas portas.
OUTRAS CARACTERÍSTICAS		Lote: preferencialmente plano ou pouco acidentado.		Localização: em áreas residenciais, próximo de serviços de saúde, transporte público, educação e lazer
		Número ideal para atendimento: 10 usuários.		Aberturas: recomenda-se que as portas e janelas sejam amplas para contemplação, iluminação e ventilação natural.
		Dimensões: o abrigo deverá ter dimensões reduzidas, os ambientes deverão ser articulados sem deixar de oferecer qualidade e espaço suficiente para todos os acolhidos. O intuito é favorecer o atendimento individual e a sensação de pertencimento ao lugar.		• A decoração não deve possuir indicações de ordem administrativa; • A criação de zonas circunscritas (mobiliário baixo ou desnível do solo formando pequenas áreas fechadas) favorece interações entre as crianças e oferece sensação de proteção e privacidade.

3

ANÁLISE DE CORRELATOS







Figura 07 - Fachada principal da Casa Vellore. Plataforma Arquitectura, 2016

3.1 CASA VELLORE

A Casa Vellore está localizada em uma área verde no distrito de Vellore, em Tamil Nadu, na Índia. Abriga vinte crianças órfãs e abandonadas. O edifício possui 365,00 m² e foi projetado em 2015. A Figuras 6 apresenta a fachada principal (vista leste) da Casa.

Os autores do projeto foram os arquitetos do grupo Made in Earth. A equipe atua desenvolvendo projetos humanitários em comunidades carentes. O objetivo é valorizar as culturas locais através da implementação de técnicas inovadoras em métodos e materiais tradicionais. Além disso, o grupo prioriza a mão de obra local e incentiva, sempre que possível, o processo de autoconstrução (MADE IN EARTH, 2017).

A Figura 09 da próxima página mostra o organograma definido de acordo com o programa de necessidades, que incluía dormitório para a mãe social, acesso direto para o escritório e local para brincadeiras e convívio.

Para atender as demandas existentes, os arquitetos distribuíram os espaços em cinco

blocos: o que contém dois dormitórios; o administrativo e que abrange o dormitório da mãe social; um outro dormitório; a área de serviço; e, por último, o espaço de convívio e jantar, que conecta todos os ambientes e permite que a mãe social fique atenta às crianças. A área de convívio pode se estender para os dois jardins internos, um mais coletivo – ligado à cozinha - e o outro um pouco mais privado, pois pode ser acessado pelo dormitório da mãe social e pelo dormitório 1.

O sistema estrutural é de pilar, laje e viga de concreto. A alvenaria foi executada com tijolo Jaali, que é um material típico da região e que foi queimado em um forno localizado a 500 m da obra. No perímetro do edifício, os tijolos foram alternados com o intuito de favorecer a ventilação natural e, ao mesmo tempo, ser um elemento decorativo. O piso é de cimento queimado vermelho.

A cobertura é plana no espaço central e de uma água nos outros quatro blocos, como pode ser visto na maquete eletrônica da Figura 10. As portas e janelas são de madeira branca, contrastando com a tonalidade dos tijolos. As Figuras 11, 12, 14 e 13 mostram, nessa ordem, duas perspectivas, a planta baixa, algumas fotografias e as fachadas/ cortes da Casa Vellore.

Figura 08 - Organograma da Casa Vellore. Da Autora, 2017

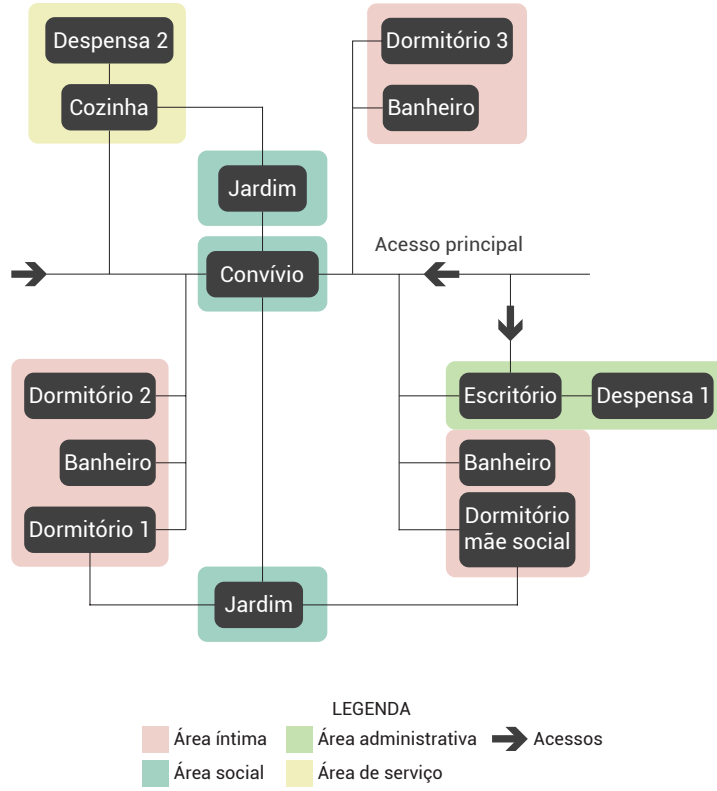






Figura 09 - Perspectivas do projeto da Casa Vellore. Architizer, s/d

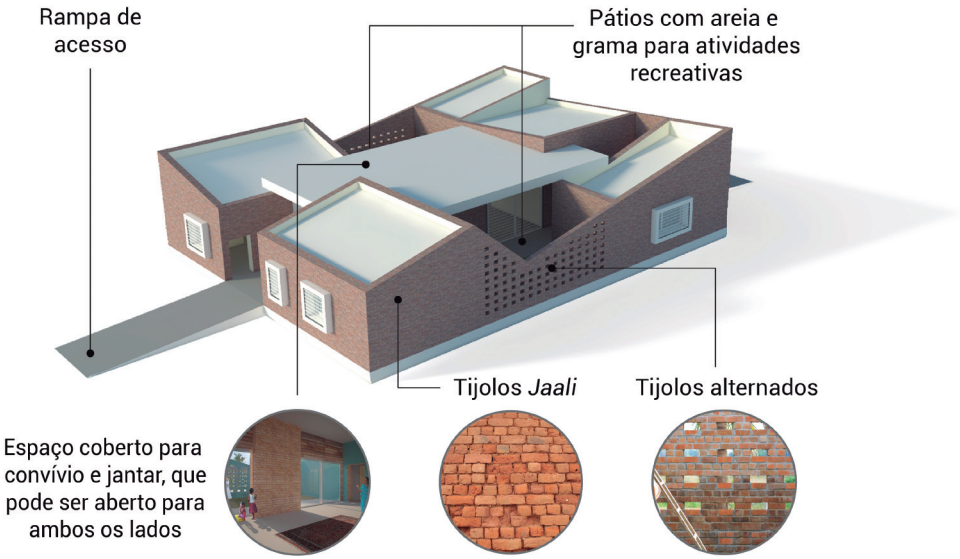
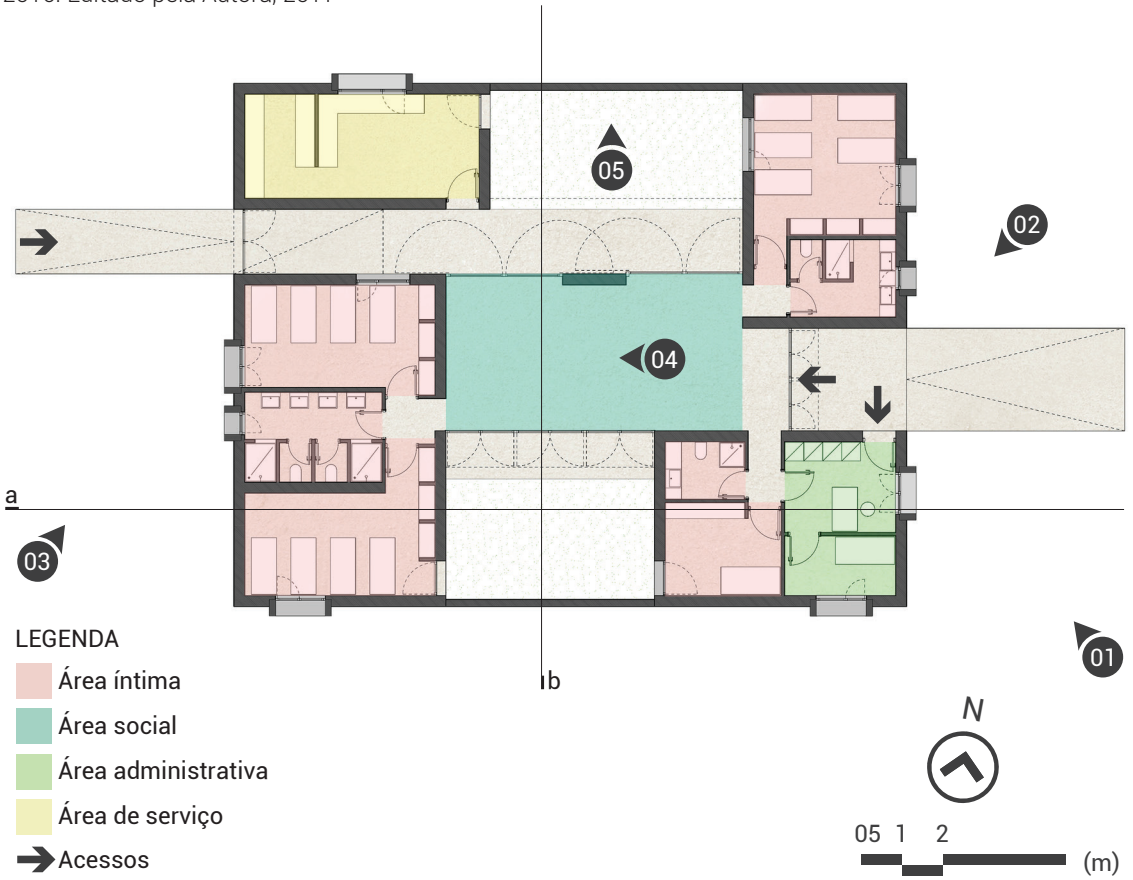


Figura 10 - Maquete eletrônica da Casa Vellore. Plataforma Arquitectura, 2016. Editado pela Autora, 2017

Figura 11 - Planta baixa da Casa Vellore. Plataforma Arquitectura, 2016. Editado pela Autora, 2017

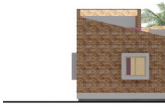




Fachada norte



Fachada sul













Ao lado:

Figura 12 - Fotografias da Casa Rana. Archdaily, 2015; Architizer, s/d

Abaixo:

Figura 13 - Cortes e fachadas da Casa Rana. Archdaily, 2015



Fachada leste



Fachada oeste



Corte aa



Corte bb





Figura 14 - Fachada Sul da Casa Rana. Archdaily, 2015

3.2 CASA RANA

A Casa Rana abriga quinze crianças HIV positivas e oferece-lhes atividades educativas e ensino profissionalizante (Figura 13). O projeto possui 150,00 m² e está localizado em um contexto verde em Tiruvannamalai, no estado de Tamil Nadu, na Índia (Figura 14).

Assim como a Casa Vellore, o projeto foi elaborado pelo grupo italiano Made in Earth em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) indiana Terre des Hommes Core Trust, em 2013, sendo parte de um programa especial de assistência para crianças órfãs e abandonadas de Tamil Nadu.

O programa de necessidades incluía, além dos dormitórios para as quinze crianças e para a mãe social - com guarda roupas embutidos - uma ampla área de convívio, cozinha, despensa, banheiros compartilhados e um pequeno escritório.

Os arquitetos se inspiraram em cores vibrantes e em brinquedos de construção para distribuir os cômodos em 5 blocos coloridos entre duas lajes planas - uma que é o piso elevado e

outra que é a cobertura, por onde é possível caminhar.

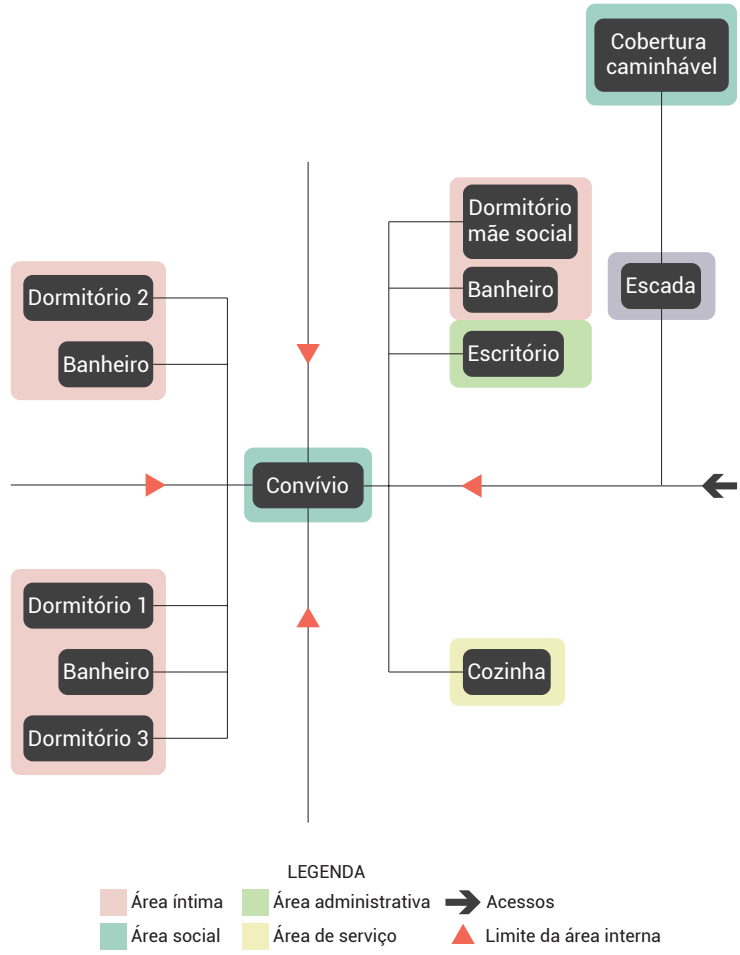
O organograma da Figura 15 traz a composição de cada bloco. As claraboias e chaminés de ventilação natural foram locadas no interior dos volumes coloridos, que foram estendidos para cima da cobertura, fazendo referência a brinquedos de construção.

Uma escada com quatro degraus e uma rampa permitem o acesso à laje do piso e uma outra escada possibilita o acesso à laje da cobertura. Os espaços vazios internos, formado entre os blocos, definem a circulação horizontal, que propicia fluidez e variedade de fluxos. Há quatro portas que limitam a área interna, isto é, que dividem os espaços internos dos corredores, como pode ser visto no organograma ao lado.

O sistema estrutural é de pilar, viga e laje de concreto. Foram utilizados três tipos de revestimentos de piso, dois para os ambientes internos e um para a área externa. As portas e janelas são de madeira. Um invólucro de bambu delimita o edifício, criando um interessante jogo de luz e sombra.

A Figura 16 da página seguinte mostra a planta baixa e a planta de cobertura da Casa Rana; a Figura 17 traz algumas fotografias; a Figura 18 mostra a maquete física; e a Figura 19 apresenta os cortes e as fachadas.

Figura 15 - Organograma da Casa Rana. Da Autora, 2017



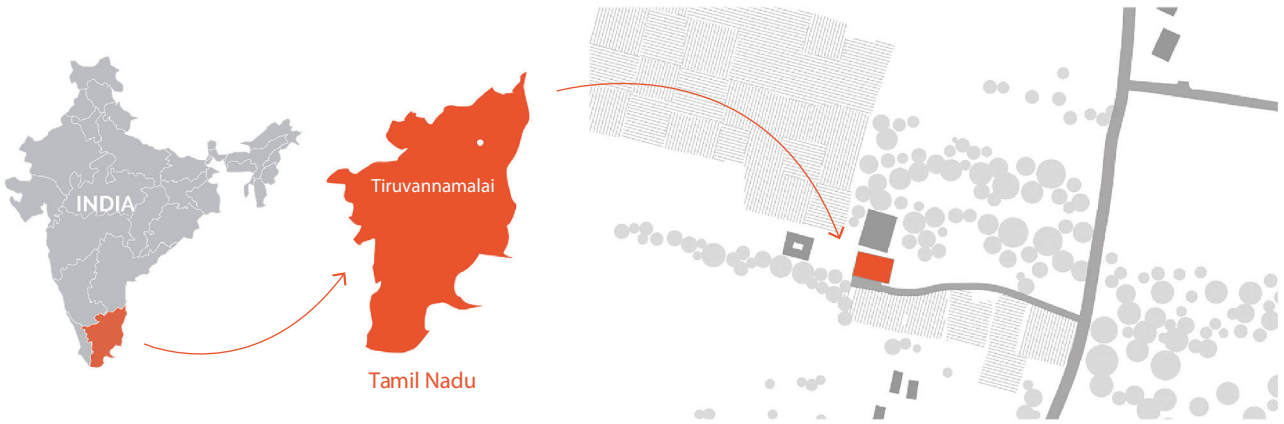
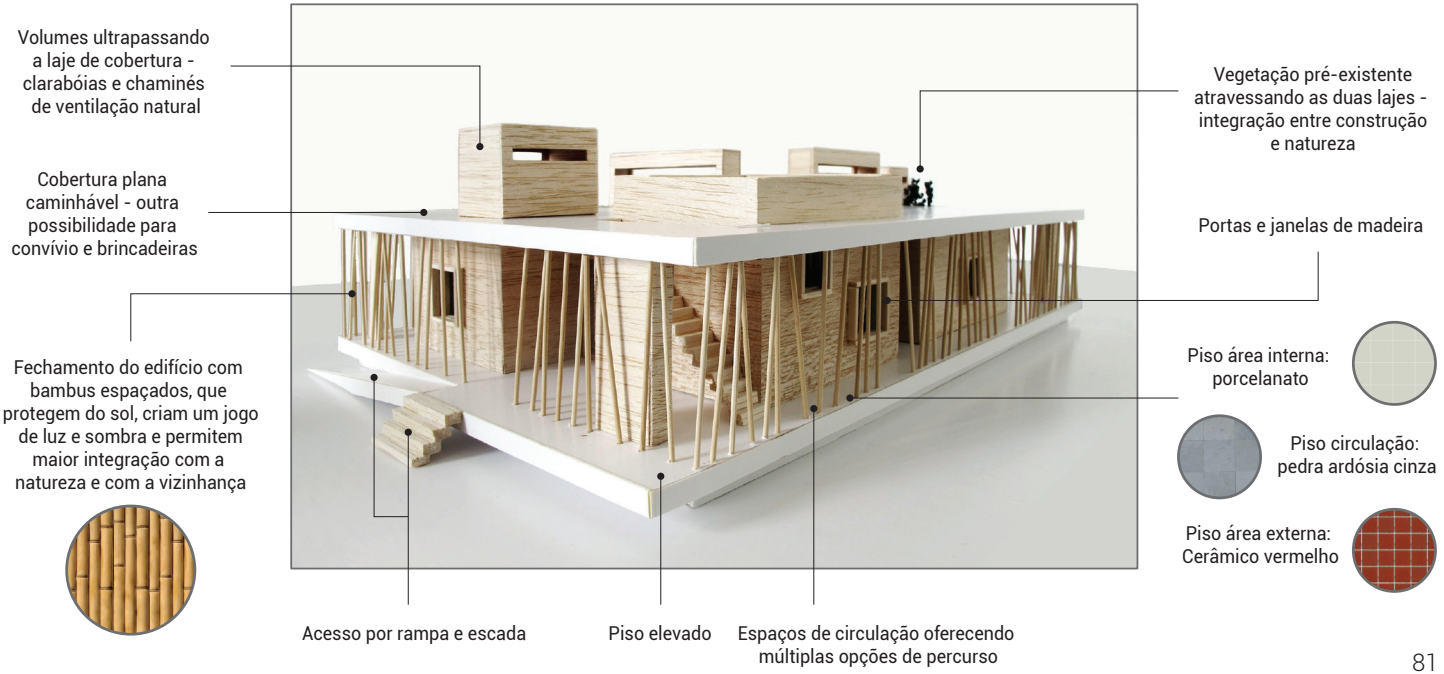


Figura 16 - Implantação da Casa Rana. Archdaily, 2015. Editado pela Autora, 2017

Figura 17 - Maquete da Casa Rana. Archdaily, 2015. Editado pela Autora, 2017



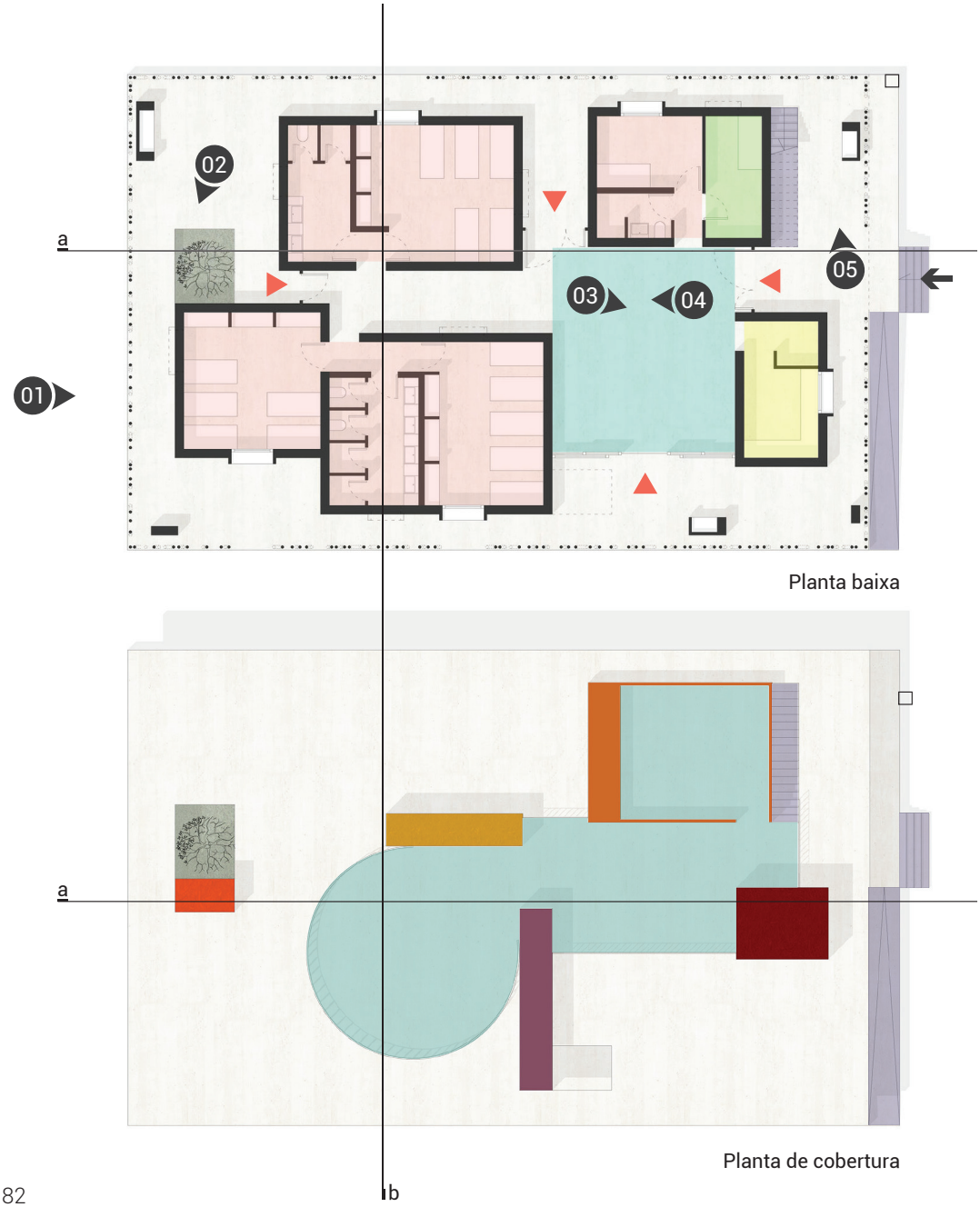


Figura 18 - Planta baixa e planta de cobertura da Casa Rana. Archdaily, 2015. Editado pela Autora, 2017











Ao lado:

Figura 19 - Fotografias da Casa Rana. Archdaily, 2015; Architizer, s/d

Abaixo:

Figura 20 - Cortes e fachadas da Casa Rana. Archdaily, 2015



Corte aa



Corte bb



Fachada norte



Fachada leste





Figura 21 - Fachada principal da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Archdaily, 2015

3.3 CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS DO FUTURO

A Casa de Acolhimento é um centro de atenção 24h para crianças e adolescentes que lutam com problemas sociais e de saúde (Figura 20). O projeto é de 2014, possui 1.500 m² e está implantando em uma área residencial em Kerteminde, na Dinamarca (Figura 21).

O escritório de arquitetura dinamarquês CEBRA foi o responsável pelo projeto. O objetivo do grupo era criar um centro que respondesse às demandas individuais dos acolhidos, mas que também favorecesse as relações sociais e uma ideia de comunidade.

O programa de necessidades é extenso, além dos espaços de uma casa comum (dormitórios, banheiros, cozinha, sala de estar, sala de jantar, área de serviço e despensa), conta com sala de estudo, sala de teatro, *playground*, quadra e outros ambientes flexíveis (Figura 22).

Os arquitetos se inspiraram na estética de uma moradia tradicional dinamarquesa (retangular, com duas águas e sótão) para criar uma aparência

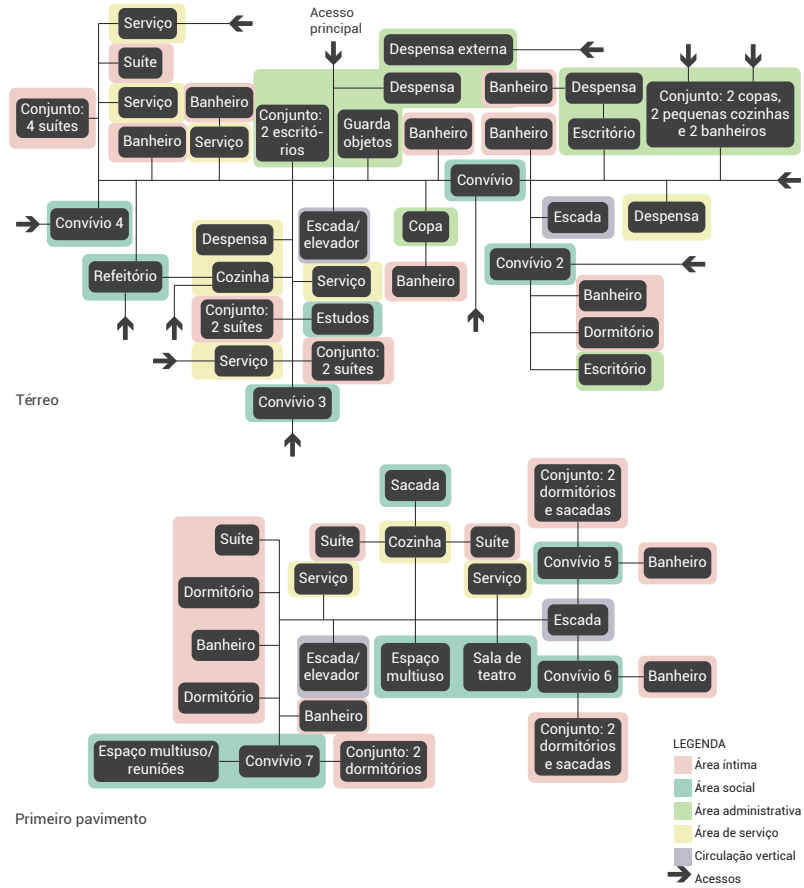
exterior familiar e integrada com as habitações do entorno. A partir da releitura dessas formas, foram projetados quatro blocos residenciais interconectados para os diferentes grupos de acolhidos e com sótãos de dimensões variadas, que recuam ou avançam sobre o volume da residência.

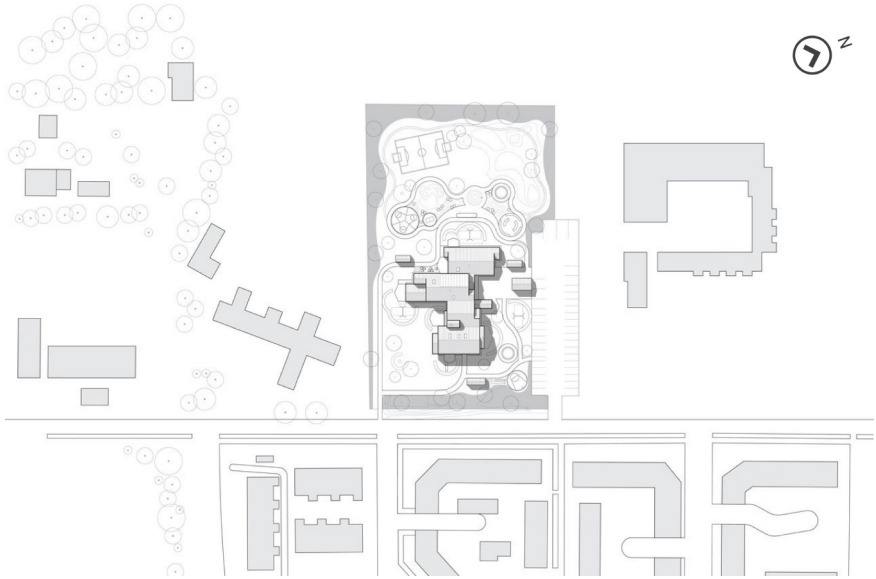
Nos sótãos, é possível que as crianças e os adolescentes exprimam suas próprias personalidades, pois podem decorá-los e utilizá-los de múltiplas maneiras, que variam conforme as necessidades e atividades executadas (leitura, filmes, pintura, artesanato, festas etc). O intuito foi oferecer aos residentes sensação de pertencimento, segurança e acolhimento.

O bloco central contém o acesso principal e está voltado para o estacionamento, permitindo ver quem entra e sai do edifício. A unidade para crianças possui acesso direto para o *playground* e é retraída desde a rua. A unidade dos adolescentes está orientada para a via. Os acolhidos são incentivados a utilizar os espaços públicos da cidade e a se interagirem com os colegas.

O edifício é revestido de azulejo e madeira. As portas e janelas são de aço e vidro. As Figuras 23, 24, 25, 26 e 27 trazem desenhos esquemáticos, a planta baixa, algumas fotografias, e as vistas da Casa.

Figura 22 - Organograma da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Da Autora, 2017



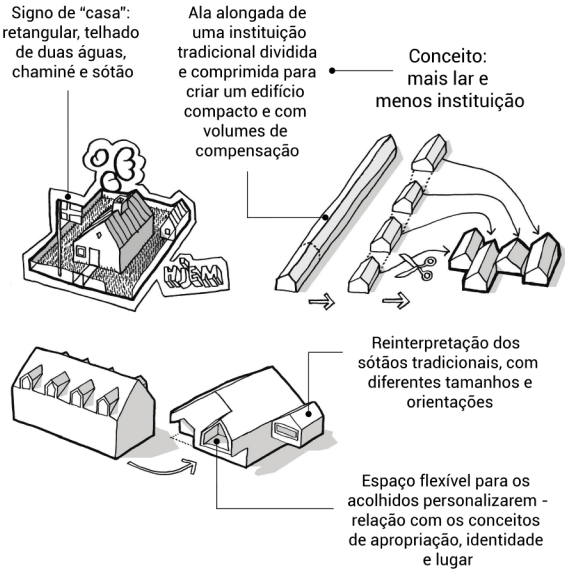


Ao lado:

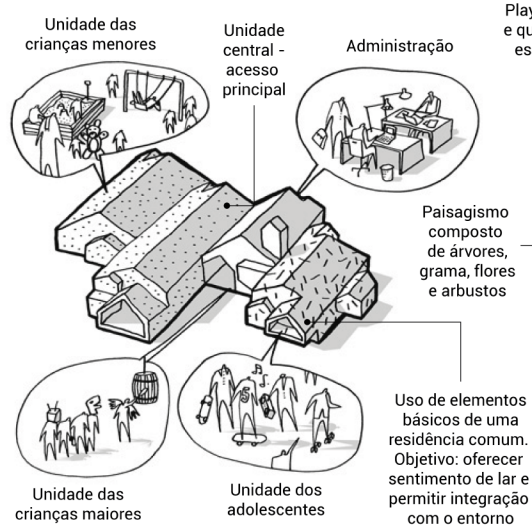
Figura 23 - Implantação da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Architizer, s/d

Abaixo:

Figura 24 - Desenhos esquemáticos da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Architizer, s/d; CEBRA, s/d. Editado pela Autora, 2017



CONCEITO E PARTIDO



ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

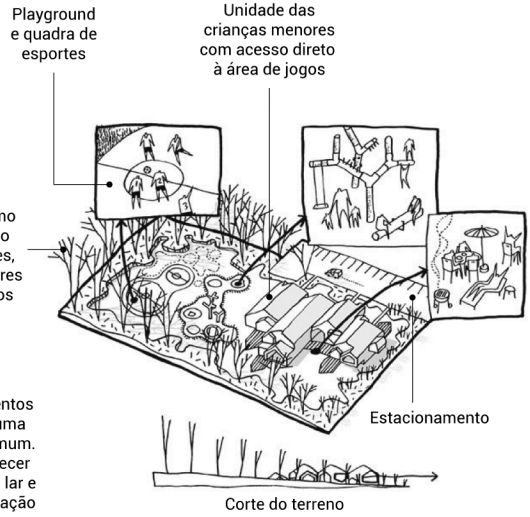
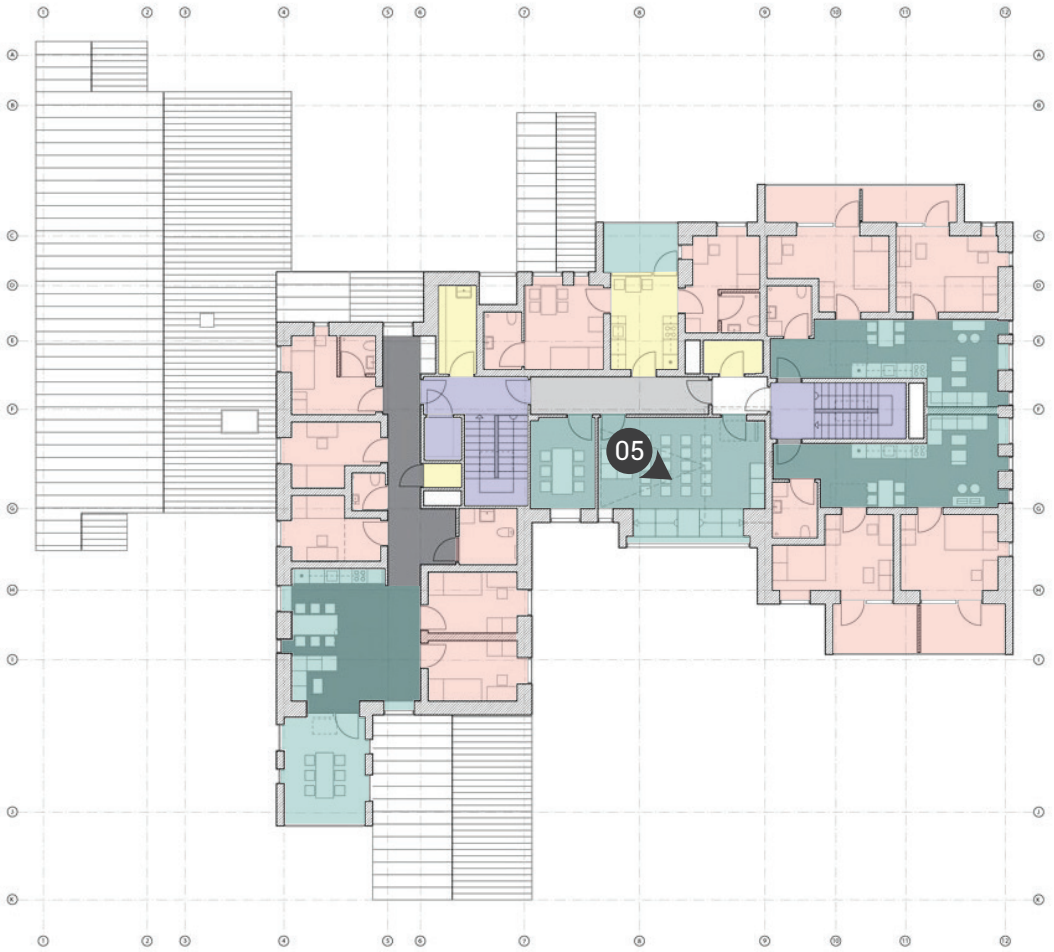


DIAGRAMA DA IMPLANTAÇÃO

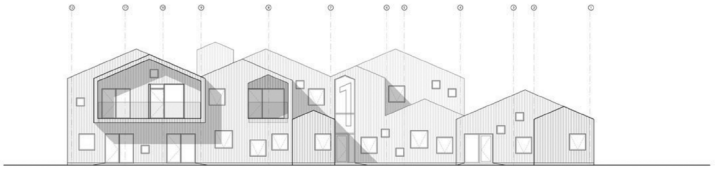

01
Acesso
principal
04
02
03
Planta baixa - térreo
LEGENDA
Área íntima
Área social
Área administrativa
Área de serviço
Circulação vertical
Acessos
N
02 1
5
(m)



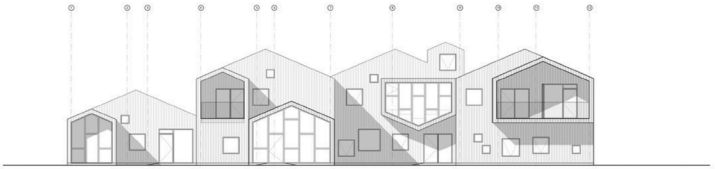
Planta baixa - primeiro pavimento

Na página anterior e ao lado desta página:
Figura 25 - Planta baixa da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Achitizer, s/d. Editado pela Autora, 2017

Abaixo:
Figura 26 - Fachadas norte e sul da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Architizer, s/d



Fachada norte



Fachada sul









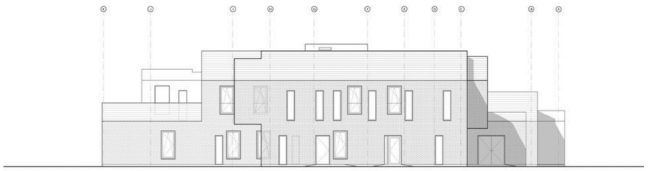


Ao lado:

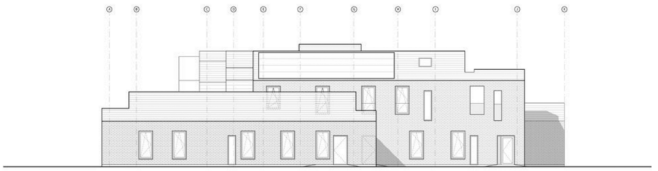
Figura 27 - Fotografias da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Archdaily, 2015

Abaixo:

Figura 28 - Vistas leste e oeste da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro. Architizer, s/d



Fachada leste



Fachada oeste

4

LEVANTAMENTO DE DADOS MUNICIPAIS

4.1 SÃO JOAQUIM DA BARRA

O município de São Joaquim da Barra localiza-se no interior do estado de São Paulo, possui latitude 20º34'53" sul e longitude 47º51'17" oeste, estando aproximadamente a 385 km da capital. A Figura 29 mostra a localização da cidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), São Joaquim da Barra contava 46.512 habitantes no ano de 2010 e, para 2016, a estimativa populacional era de 50.520 habitantes.

Do ponto de vista físico geográfico, o município está localizado no Planalto do Rio Paraná. A cidade sofre influência do clima semiúmido quente, com temperatura média acima de 18°C em praticamente todos os meses do ano, e semiúmido subquente, com média entre 15°C e 18°C em pelo menos um mês do ano (IBGE, 2006; s/d).

Ainda conforme o IBGE (2010), o município possui 410,863 km² de unidade territorial, densidade demográfica de 113,28 hab./km² e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,762, que é considerado um valor alto. Além disso, em 2010, em torno de 28,73% da população tinha idade entre 0 e 19 anos, sendo, desse valor, 50,34% correspondente ao sexo masculino e 49,66% ao feminino.

A origem do município data do início do século XIX. Os primeiros moradores vieram do sul da Província de Minas Gerais. Entretanto, o primeiro povoado de São Joaquim da Barra surgiu apenas em 1898. Aos poucos, o vilarejo se expandiu, impulsionado pelos Trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e pela primeira casa de comércio na via que conectava São Joaquim da Barra com as cidades



Figura 29 - Localização de São Joaquim da Barra/SP.
IBGE, 2016; Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP, 2017. Editado pela Autora, 2017

próximas. Italianos, espanhóis e portugueses também migraram para o recém núcleo urbano, segundo fontes históricas do endereço eletrônico da cidade.

4.2 QUADRO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO

No dia 19 de junho de 2017 foi realizada uma visita técnica ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - que oferece orientação e apoio aos indivíduos que tiveram seus direitos ameaçados ou violados - e no abrigo institucional de São Joaquim da Barra. O objetivo foi obter informações relacionadas ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Não há uma família acolhedora cadastrada no município. Com isso, todas as crianças e adolescentes em risco pessoal e social são encaminhados para a única instituição de acolhimento da cidade, que é da modalidade abrigo institucional. A entidade será descrita com mais detalhes no próximo tópico deste capítulo.

Nessa data, havia quinze crianças e sete adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. Ou seja, vinte e duas crianças e adolescentes estavam institucionalizados, número acima do que o documento "Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" (BRASIL, 2009) recomenda para os abrigos institucionais, que deve ser de no máximo vinte indivíduos.

Os dados obtidos pela pesquisa do CNMP (BRASIL, 2013) e apresentados no capítulo 2.3 são compatíveis com as informações coletadas no município em relação aos principais motivos do acolhimento. A maioria dos casos ocorre devido aos pais ou

responsáveis serem usuários de drogas e/ou álcool, o que, por sua vez, pode resultar em outras causas do acolhimento, como negligência.

No que concerne ao tempo de acolhimento, a coordenadora do abrigo afirmou que é variável. Há crianças que permanecem por poucos meses, enquanto existem outras que já ficaram institucionalizadas por mais de sete anos, isto é, bem além do que o ECA determina. Atualmente, um dos acolhidos estava na instituição há mais de três anos.

Um último e importante relato é que, embora menos de 50% das crianças e adolescentes recebam visita frequente dos pais ou responsáveis, a maioria deles retorna a sua família de origem. Todas as visitas são autorizadas e realizadas apenas nos finais de semana, em um horário pré-definido.

4.3 PROACLE

O Programa de Assistência à Criança Lar e Esperança (PROACLE) é um abrigo institucional provisório e excepcional para crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos de idade incompletos, que foram encaminhados pelo Conselho Tutelar ou pela Vara da Infância e Juventude, em detrimento de ameaça ou violação de seus direitos básicos.

Além do município sede, que é São Joaquim da Barra, o programa atende as cidades de Orlândia, Ipuã, Nuporanga e Dumont, que juntas somam 125.892 habitantes projetados para o ano de 2016 (IBGE, 2010). Segundo o Plano de Trabalho do PROACLE de 2015, a instituição foi fundada em 20 de junho de 1995. Os recursos de manutenção

da entidade são provenientes de doações e de convênio com a Prefeitura Municipal.

Como foi mostrado no tópico anterior, vinte e duas crianças e adolescentes estavam institucionalizados em junho de 2017. Entretanto, esse número foi uma exceção, já que geralmente o PROACLE atende no máximo vinte pessoas, como propõe as leis e normas específicas sobre o tema.

A equipe técnica é composta por coordenadora, duas assistentes sociais, contador, auxiliar de escritório, motorista, nutricionista, psicóloga, duas faxineiras, lavadeira, duas cozinheiras, onze cuidadoras e auxiliares de cuidadoras, divididas em três turnos: quatro no período matutino, quatro no vespertino e três no noturno – há, em média, uma cuidadora para cada grupo de cinco crianças. No total, há vinte e cinco funcionários.

O programa tem como intuito implementar ações de incentivo à reintegração familiar, de origem ou substituta. Quando não houver possibilidade de retorno à família de origem e baixa chance de adoção, o Plano de Atendimento Individual (PIA) será voltado à criação e fortalecimento de vínculos comunitários, ampliação do acesso à educação e qualificação profissional, de forma a favorecer o desenvolvimento progressivo de autonomia do adolescente após atingir a maioridade (PROACLE, 2015).

Em suma, o PROACLE possui objetivos compatíveis com as funções previstas para os abrigos institucionais, como a preocupação com a reinserção familiar da criança e do adolescente. Além disso, entre os objetivos específicos, destaca-se o que se refere ao desenvolvimento de atividades psicopedagógicas, culturais, sociais, esportivas, de lazer e recreação que a entidade pretende promover.

No entanto, ao visitar a instituição e entrevistar a coordenadora do PROACLE, foi percebida uma discrepância com aspectos normativos. O primeiro deles diz respeito ao ambiente físico onde a entidade está situada.

Em janeiro de 2017 foi realizada a primeira visita na instituição, tratava-se de uma casa alugada, sem espaço para recreação e sem acessibilidade. A coordenadora relatou que, justamente pela falta de acessibilidade, uma nova casa seria alugada, estando a mudança programada para as próximas semanas em relação à data da primeira entrevista.

A segunda visita foi realizada na nova sede da instituição, que também é uma casa alugada. Apesar de possuir uma melhor infraestrutura do que a habitação anterior, ainda há problemas de acessibilidade. Logo na entrada da residência há uma rampa seguida por um degrau, o que dificultaria o acesso de algum acolhido com deficiência ou restrição de mobilidade.

Um outro inconveniente notado é que, embora seja uma residência e esteja localizada próxima do centro da cidade, a mesma possui um grande número de cômodos e outros aspectos que diferem de uma residência tradicional.

A instituição possui as seguintes dependências: uma sala para reunião e visita, uma sala de TV, um pátio com garagem, cinco dormitórios, três banheiros para os acolhidos e um para os funcionários, uma ampla cozinha, duas copas, um refeitório, uma lavanderia, uma despensa para alimentos, uma despensa para produtos de limpeza e higiene, uma sala para a equipe técnica, uma sala administrativa, uma varanda cimentada e um pequeno jardim na fachada principal[1].

A coordenadora de entidade relatou a dificuldade de executar o que consta na lei. Em relação ao que deveria ser praticado, a mesma citou: organização institucional e infraestrutura semelhante a uma residência comum, integração entre os próprios acolhidos e entre cuidador/criança, estímulo à participação comunitária, área administrativa isolada da residência e oferecimento de espaços adequados para lazer, estudos e recreação.

Além de possuir muitas dependências, outras características incompatíveis com as recomendações normativas e legislatórias são:

a) A casa é de dois pavimentos. Apesar de possuir três dormitórios no térreo, há o risco de alguma criança se machucar na escada ou de algum acolhido com deficiência não poder usufruir de todo o espaço da mesma;

b) Há uma ampla cozinha semi-industrial;

c) As salas administrativas não possuem área própria, isto é, situam-se entre os espaços das crianças e dos adolescentes, fazendo com que a aparência do local se distancie ainda mais de uma residência comum;

d) Há um elevado número de crianças e adolescentes concentrados em uma única unidade institucional;

e) Há o controle de segurança através de grades nas janelas, muro alto, cerca elétrica e portão de proteção;

f) Faltam espaços apropriados para brincadeiras, lazer e estudos.

[1] É proibido fotografar o local por questões de segurança e privacidade dos acolhidos.

Assim, foi possível constatar que diversos aspectos do abrigo institucional da cidade divergem de uma residência comum, não estimulam a integração entre os próprios acolhidos e entre cuidador/acolhido, não favorecem a vida em comunidade e, portanto, não facilitam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e adolescentes atendidos.

A última questão abordada na entrevista foi em relação aos espaços necessários e desejados para as instituições de acolhimento e que não constam nas leis e normas sobre o tema, bem como alguns detalhes de como funciona a organização espacial do abrigo na prática. De acordo com a coordenadora do PROACLE, o ideal é que a entidade de acolhimento para até vinte crianças e adolescentes possua a seguinte configuração:

g) Ter, no mínimo, seis dormitórios, sendo um deles berçário para bebês de até 2 anos e outro misto para crianças de até 4 anos.

h) Os dormitórios, assim como toda a residência, devem considerar os casos excepcionais em que mais de vinte pessoas são atendidas;

i) Não é necessário dormitório para cuidadoras, pois em cada turno há um conjunto de cuidadoras que dedicam total atenção aos acolhidos.

j) Possuir pelo menos quatro banheiros, sendo três para os acolhidos e um para a equipe profissional;

k) Ter almoxarifados para guardar produtos alimentícios, de higiene,

medicamentos, objetos e roupas doadas.

l) Ter um espaço de brincadeiras das crianças dividido do espaço dos adolescentes, evitando, dessa forma, conflitos e danos nos brinquedos;

m) Administração em local estratégico, de modo a não adentrar nos espaços das crianças e dos adolescentes, mas criar condições para facilitar os funcionários terem controle do que acontece na instituição;

n) Possuir um salão de eventos, pois ocasionalmente cerimônias beneficentes são realizadas para contribuir com a manutenção desse tipo de entidade.

Concluindo, as entrevistas permitiram compreender melhor a dinâmica da organização e do funcionamento de um abrigo institucional. Tanto no que se refere à dificuldade de executar as determinações de leis, quanto à necessidade de se pensar em espaços além do que as normas e especialistas recomendam.

5

ESCOLHA DO LOTE



Como já foi apresentado na fundamentação teórica, é importante que as instituições de acolhimento se localizem em áreas residenciais, próximas de serviços de saúde, transporte público, educação e lazer. Além disso, as entidades não devem se distanciar geograficamente e socioeconomicamente da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos.

A primeira etapa para a escolha do lote foi verificar as áreas institucionais não edificadas da cidade; confirmar se essas áreas estão localizadas em bairros consolidados, isto é, ocupados legalmente e com adequada infraestrutura urbana; e se atentar ao padrão socioeconômico do bairro, já que residências de alto padrão poderiam se distanciar da realidade dos acolhidos e dificultar a integração com a comunidade vizinha.

Na segunda etapa, a partir das diretrizes iniciais definidas na primeira etapa e baseado no trabalho de Mello (2004), três lotes foram escolhidos para serem estudados e analisados conforme os seguintes critérios:

Entorno residencial: diferente das antigas instituições totais, que eram implantadas em terrenos distantes da cidade, os abrigos institucionais remodelados e construídos após o ECA devem se inserir em zonas residenciais. As habitações do entorno, no entanto, não devem destoar da condição socioeconômica dos acolhidos.

Proximidade de escolas e creches: é importante que as instituições de acolhimento estejam próximas de escolas e creches, pois são serviços essenciais de atenção às crianças e adolescentes, segundo Mello (2004). Além disso, a existência de instituições de educação no entorno das entidades pode favorecer a independência

dos adolescentes, que podem caminhar até as escolas sozinhos ou com colegas.

Proximidade de serviços de saúde: tal como as escolas, os postos de saúde são serviços fundamentais para a população. Portanto, a proximidade da entidade de acolhimento com postos de saúde garante um atendimento médico ágil e eficiente nos casos de menor complexidade.

Proximidade de equipamentos de lazer: espaços de lazer nos arredores dos abrigos institucionais contribuem com a socialização e participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade local.

Proximidade de áreas verdes: as áreas verdes com diferentes espécies de vegetação contribuem com o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças e dos adolescentes, conforme Savi (2008). Além disso, o contato e a proximidade com a natureza podem favorecer a educação ambiental.

Proximidade de comércio: a presença de estabelecimentos comerciais, como supermercados, mercados, padarias e farmácias, é importante em qualquer bairro residencial, pois oferecem produtos utilizados frequentemente na manutenção e no cotidiano das residências.

Proximidade de igrejas/templos: as igrejas e templos também podem oportunizar a integração das crianças e dos adolescentes com a comunidade, caso os acolhidos queiram frequentá-los.

Topografia plana ou pouco acidentada: de acordo com as recomendações de especialistas, é preferível a implantação em lotes com topografia plana ou pouco acidentada, dispensando, portanto, a necessidade de degraus e rampas extensas.

A proximidade de pontos de ônibus, apesar de relevante, não foi incluída nos critérios de análise, pois os serviços de transporte público do município são escassos e ineficientes. Talvez, um dos motivos seja o pequeno porte da cidade, que, até o momento, permite a locomoção através de meios de transporte não motorizados (a pé e de bicicleta).

A terceira e última etapa para a definição do lote consistiu em adaptar um sistema de pontuação proposto por Mello (2004), de acordo com a importância de cada critério de estudo e análise dos lotes. O Quadro 4 mostra esse sistema de pontos. A pontuação total entre 24 e 30 pontos indica um entorno ótimo; entre 16 e 23 pontos, bom; entre 8 e 15 pontos, regular; e, entre 0 e 7 pontos, ruim.

Quadro 04 - Pontuação dos critérios de análise. Elaborado pela Autora, 2017

CRITÉRIOS	PONTOS (Mín./ Máx.)
Entorno residencial	0 - 5
Proximidade de escolas e creches	0 - 5
Proximidade de serviços de saúde	0 - 5
Proximidade de equipamentos de lazer	0 - 5
Proximidade de áreas verdes	0 - 3
Proximidade de comércio	0 - 3

Proximidade de igrejas/ templos	0 - 2
Topografia plana ou pouco acidentada	0 - 2
TOTAL	0 - 30

A fim de que os três lotes escolhidos fossem compreendidos em todo o contexto urbano, o mapa da Figura 30 foi elaborado. O mapa contém as regiões dos lotes "A", "B" e "C", as áreas institucionais existentes (edificadas e não edificadas), áreas verdes, localização das escolas, creches e serviços de saúde. As informações foram extraídas do mapa da cidade (arquivo CAD), disponibilizado pela Prefeitura Municipal, e do endereço eletrônico da Secretária da Educação do Estado de São Paulo.

Inicialmente, foram procurados lotes disponíveis na região central da cidade. Entretanto, as poucas áreas institucionais existentes estavam edificadas. Como é possível observar no mapa da próxima página, a maior parte das áreas institucionais estão nas zonas periféricas, ainda mais porque recentemente novos loteamentos foram inaugurados em São Joaquim da Barra.

Desse modo, a busca passou a ser por lotes em bairros providos de comércio e serviços básicos, mesmo que um pouco distantes do centro. Contudo, preferiu-se lotes próximos de alguma via que facilite o acesso à região central. De toda forma, é importante ressaltar que a cidade é considerada de pequeno porte, o que facilita os deslocamentos a pé e de bicicleta



Figura 30 - Mapa temático de São Joaquim da Barra/SP. Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP, 2017; Secretária da Educação do Estado de São Paulo, s/d. Editado pela Autora, 2017

5.1 PONTUAÇÃO E DEFINIÇÃO DO LOTE

O estudo dos três lotes escolhidos está sintetizado no Quadro 5. O quadro contém a pontuação dos lotes em cada um dos oito critérios de análise, permitindo a comparação mais exata entre eles e sua avaliação final de acordo com a somatória dos pontos, que pode variar de 0 a 30.

CRITÉRIOS	PONTOS			
	Mín./ Máx.	LOTE A	LOTE B	LOTE C
Entorno residencial	0 - 5	3	4	4
Proximidade de escolas e creches	0 - 5	5	2	3
Proximidade de serviços de saúde	0 - 5	5	3	5
Proximidade de equipamentos de lazer	0 - 5	2	3	5
Proximidade de áreas verdes	0 - 3	2	1	3
Proximidade de comércio	0 - 3	2	1	3
Proximidade de igrejas/templos	0 - 2	0	1	2
Topografia plana ou pouco acidentada	0 - 2	2	1	1
TOTAL	0 - 30	21	16	26

Quadro 05 – Avaliação dos lotes. Elaborado pela Autora, 2017

Os três lotes estão situados em bairros residenciais. Porém, nenhum deles

possui habitações em todos horizontes ou divisas do terreno. Isso se justifica por estarem inseridos em áreas institucionais, ou seja, compartilham espaço com outros edifícios públicos, como serviços de saúde, escolas etc.

A distância dos lotes com escolas e creches foi menor no lote "A", seguido pelo lote "C". Em relação aos equipamentos de saúde, o primeiro e o último lote alcançaram as melhores pontuações, pois estão localizados em áreas institucionais com Unidade Básica de Saúde (UBS) construída. Quanto à disponibilidade de espaços de recreação, o lote "C" foi o melhor avaliado, enquanto o "A" teve a menor pontuação.

Os lotes "A" e "C" tiveram vantagens quanto à proximidade de áreas verdes, especialmente o "C", pois há uma ampla área verde na frente da fachada oeste, com árvores e arbustos de portes e espécies variadas. Em relação à proximidade de estabelecimentos comerciais, o lote "B" apresentou a menor pontuação, já que não há nenhuma mercearia ou mercado no entorno imediato.

O lote "C" situa-se na mesma área institucional que uma igreja e por isso recebeu a maior nota no critério correspondente. No entanto, esse fator merece uma observação, já que existem diferentes crenças e religiões no país. Por fim, no que se refere à topografia das áreas estudadas, o lote "A" recebeu a maior nota, porque seu desnível varia 4,00 m, enquanto os outros ("B" e "C") possuem desnível de 6,00 m e 5,00 m, respectivamente.

No total, o lote "A "alcançou 21 pontos, sendo seu entorno classificado como bom. O lote "B" obteve a menor pontuação em relação aos demais, com 16 pontos, porém, ainda categorizado como bom. Já o lote "C" atingiu 26 pontos, o que indica

um entorno ótimo. De acordo com esse sistema de pontuação, o lote "C" foi o melhor avaliado e, portanto, foi escolhido para a implantação do projeto.

5.2 O LOTE

O lote escolhido localiza-se na rua Armando Colombini, no bairro Jardim Santa Lúcia, a sudeste da cidade. Devido à extensão dessa área institucional, uma área de 3.480,76 m² e perímetro de 244,00 m foram delimitados para este trabalho. As residências do bairro seguem um padrão construtivo médio, não destoando, por conseguinte, da realidade das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Na vista leste do lote há diversas habitações unifamiliares e esse foi o principal motivo pela definição dos limites do mesmo, tendo em vista que a dimensão da área institucional permitiria outras escolhas. Na divisa norte do lote, há uma UBS e, adjacente a essa, uma igreja Católica, seguida de uma praça. No contorno sul e oeste do lote, tem-se a visão para uma ampla área verde, como já foi mencionado.

Em relação à proximidade de serviços de educação, na direção noroeste do lote, há uma escola e uma creche a cerca de 0,85 km do mesmo, conforme dados do *Google Maps*. Além disso, perto dessas escolas, há uma outra UBS e uma outra instituição de educação infantil. Na direção nordeste do lote há uma creche com distância aproximada de 0,55 km. A 0,21 km do lote, há uma quadra de esportes aberta e a 0,50 km do lote, há uma outra quadra de esportes e um pequeno parque infantil.

Quanto à presença de estabelecimentos comerciais, há uma padaria no

sentido norte da rua Armando Colombini, um supermercado no cruzamento da rua Joana Deieno Meneghini com a rua José Miguel e um outro supermercado a mais ou menos 0,65 km do lote.

Para as Zonas Urbanas (ZU), a Lei municipal 036/2007 de São Joaquim da Barra estabelece um recuo frontal de 4,00 m para uso residencial e zero para os demais, taxa de ocupação máxima de 70%, coeficiente de aproveitamento máximo 2,00 e taxa de permeabilidade mínima de 10%. No recuo frontal e para o uso residencial, é permitida a utilização de até 60% da testada para construção de abrigo para automóveis.

A Figura 31, das páginas 112 e 113, apresenta as curvas de nível do lote e de seu entorno imediato; as dimensões das fachadas norte, sul, leste e oeste; o caminho do sol nos solstícios de verão e inverno; a direção predominante dos ventos, que é sudeste; a indicação dos locais próximos em que há equipamentos públicos de lazer, serviço de saúde e estabelecimentos comerciais. Além disso, o mapa especifica os pontos e ângulos visuais das fotografias tiradas pela Autora em uma visita de campo realizada no dia 07/07/2017.

Através da imagem, é possível observar que o desnível do lote, embora varie de 624,00 m a 628,00 m, é suave, pois as curvas de nível estão espaçadas, o que reduz a declividade. A topografia é um pouco mais íngreme apenas no sentido horizontal do lote, o que favorece a vista para a área verde e para a sutil *skyline* da cidade.

A Figura 32 da página 114 exibe cinco fotografias do lote e de seu entorno imediato. Na primeira imagem, tem-se a vista para a área verde citada anteriormente, estando o observador de frente para a testada do lote.

A segunda imagem mostra a declividade do lote, sua divisa com a UBS ao fundo e a sutil *skyline* da cidade na lateral esquerda da imagem. Na terceira, é possível observar o entorno residencial na direção leste do terreno. Na quarta imagem, tem-se a visão do lote a partir da rua Giane Luiz Teodolino, que é uma rua sem saída. Finalmente, a quinta e última imagem mostra a praça que está situada na mesma área institucional do lote e de frente para a Igreja.

Apesar de pouco arborizada, notou-se que a praça é ocupada pelos moradores do bairro. Na data do trabalho de campo, havia adultos, adolescentes e crianças brincando, jogando bola e conversando. Havia também crianças e adolescentes soltando pipa na área institucional em questão e outras jogando bola na quadra de esportes localizada a dois quarteirões e meio do lote.

Essa apropriação do espaço público é um ponto extremamente positivo para este trabalho, pois facilitaria a integração dos acolhidos com a comunidade e o uso dos equipamentos de lazer da vizinhança.

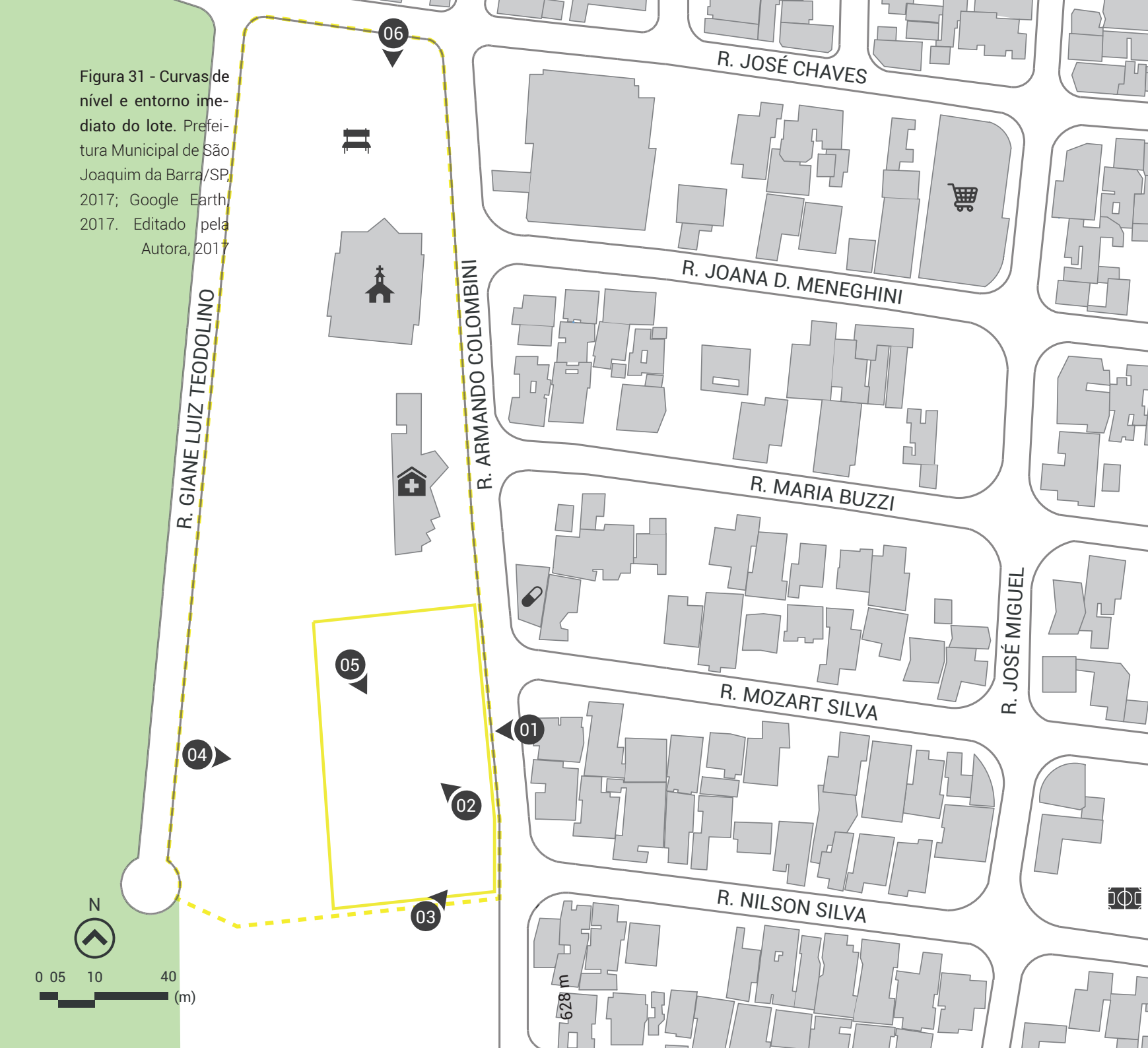
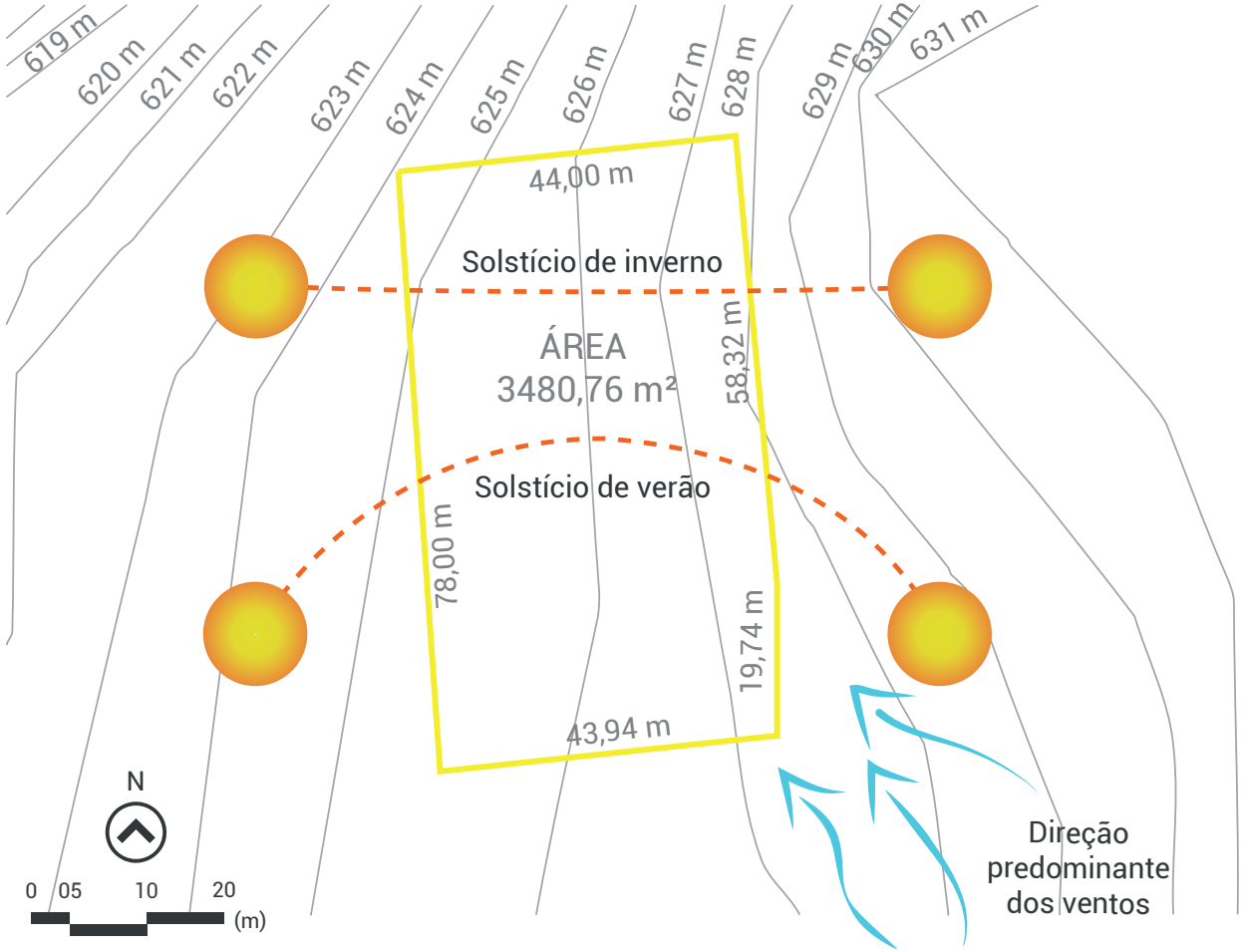


Figura 31 - Curvas de nível e entorno imediato do lote. Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP, 2017; Google Earth, 2017. Editado pela Autora, 2017



LEGENDA

- Área institucional
- Delimitação do lote
- Curvas de nível
- Área verde
- Praça
- UBS
- Farmácia
- Supermercado
- Quadra de esportes
- Igreja
- Fotografias e localização



Figura 32 - Fotografias do lote e de seu entorno. Da Autora, 2017

6

ESTUDO PRELIMINAR



6.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi elaborado a partir do estudo teórico e das visitas técnicas realizadas no abrigo institucional de São Joaquim da Barra/SP. Optou-se pela disposição do extenso programa em quatro blocos, sendo dois residenciais, um administrativo e um social.

Uma residência deve acomodar um grupo de onze pessoas e a outra, de nove, totalizando vinte crianças e adolescentes acolhidos. O objetivo dessa divisão foi facilitar o atendimento personalizado e em menores grupos. Porém, o abrigo deve ser capaz de atender até vinte e três usuários, considerando os casos de acolhimento emergencial. Prever uma capacidade máxima além desse valor poderia gerar um efeito oposto ao esperado, isto é, de aglomeração de pessoas.

Cada moradia deve ser destinada preferencialmente a uma faixa etária. Desse modo, evita-se a divisão por sexo, que é algo não recomendado pelas normas, e pode-se criar ambientes considerando os diferentes níveis de desenvolvimento físico e psicológico dos acolhidos. A primeira habitação é para bebês e crianças – de 0 a 10 anos. A segunda para pré-adolescentes e adolescentes – de 11 a 17 anos.

Além dos cômodos essenciais de uma casa, foram previstos espaços lúdicos compatíveis com a idade dos moradores, facilitando a apropriação espacial e a transformação do espaço em lugar. Na casa dos bebês e das crianças, há brinquedoteca. Na dos adolescentes, área de jogos.

O bloco administrativo deve contar com sala de atendimento individual, sala da

coordenação, da administração, da psicologia, da assistência social, sala de reuniões, sala de estudos para videoconferências e minicursos de capacitação dos funcionários, almoxarifado, despensa de medicamentos, depósito de doações, cozinha/copa, sala de estar e banheiros. A finalidade de se criar um bloco específico para a administração foi não restringir as oportunidades de locomoção dos acolhidos em suas casas e para reduzir as dimensões residenciais.

No bloco social, foi previsto um refeitório, salas de encontro com as famílias, cozinha, lavanderia com passadeira, despensa de alimentos, despensa de produtos de limpeza, banheiros e sala dos funcionários. Como cada residência possui sua cozinha e sala de jantar particular, o prolongamento do refeitório (área social) pode ser utilizado, eventualmente, para cerimônias beneficentes, a fim de contribuir com a manutenção da entidade e para atividades diversas, como aulas de desenho, dança, yoga etc.

Portanto, pretende-se que esse espaço de socialização seja aberto à comunidade, estendendo-se para a área externa. Quando não houver atividades sendo realizadas, o bloco social continuará útil para os membros do abrigo, pois, como foi mencionado, o refeitório é no mesmo ambiente. Inicialmente, pensou-se em projetar salas específicas para cada tipo de atividade, mas isso resultaria em espaços subutilizados, reforçando o caráter institucional do abrigo.

Como foi ilustrado no capítulo 5, existem diferentes equipamentos de lazer na região do lote, como praça, quadra de esportes e parque infantil. A fim de oferecer atividades diversificadas para as crianças e para os adolescentes da instituição e da comunidade, foi pensado um pequeno cinema ao ar livre para a área exterma. São

Joaquim da Barra ainda não possui cinema, o que torna a proposta mais significante. Há também estacionamento, espaço para brincadeiras, espaço para reintegração familiar e ambientes para o cultivo de horta orgânica, o que favorece a educação ambiental.

Pré-dimensionamento

O Quadro 06 abaixo traz o programa de necessidades e o pré-dimensionamento dos ambientes, elaborado com base nos documentos normativos para os abrigos institucionais (BRASIL, 2009; 2015), nas recomendações da Arquitetura e da Psicologia, na NBR 9050/2015 e no livro Arte de Projetar em Arquitetura, de Neufert (2004).

Quadro 06 – Programa de necessidades e pré-dimensionamento. Elaborado pela Autora, 2017

Bloco	Ambiente	Quantidade	Área individual (m²)	Área total (m²)	Bloco	Ambiente	Quantidade	Área individual (m²)	Área total (m²)
CASA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS	Dormitórios	4	14,00	175,00 + 10% de área de circulação = 192,50	CASA DOS ADOLESCENTES	Dormitórios	4	16,00	175,00 + 10% de área de circulação = 192,50
	Banheiros	2	6,00			Banheiros	2	6,00	
	Fraldário	1	2,90			Sala de estar	1	22,00	
	Sala de estar	1	22,00			Sala de estudos	1	17,00	
	Sala de estudos	1	17,00			Sala de jogos	1	22,00	
	Brinquedoteca	1	27,00			Cozinha jantar	1	18,00	

	Cozinha/jantar	1	18,00			Lavanderia	1	5,00	
	Lavanderia	1	5,00			Varanda/garagem	1	15,00	
	Varanda/garagem	1	15,00		BLOCO SOCIAL	Refeitório	1	40,00	208,60 + 10% de circulação = 229,46
BLOCO ADMINISTRATIVO	Sala de atendimento individual	1	10,00	162,10 + 10% de circulação = 178,31		Área social	1	50,00	
	Sala da coordenação	1	12,00			Sala de encontro com a família	2	16,00	
	Sala da administração	1	14,50			Cozinha	1	15,00	
	Sala do (a) psicólogo (a)	1	16,00			Despensa de alimentos	1	4,00	
	Sala da assistência social	1	14,50			Lavanderia/passadeira/despensa de produtos de limpeza	1	12,00	
	Sala de estudos	1	22,00			Rouparia	1	7,00	
	Sala de reuniões	1	20,00			Banheiros	2	12,00	
	Almoxarifado	1	6,00			Banheiros dos funcionários	2	2,55	
	Despensa de medicamentos	1	3,00			Sala dos funcionários	1	15,00	
	Depósito de doações	1	12,00			Cinema ao ar livre	1	65,00	
	Cozinha/copa	1	12,00			Playground	1	45,00	
	Sala de estar	1	15,00			Horta orgânica	1	30,00	
	Banheiros	2	2,55			Espaço de encontro com a família	4	10,00	
						Estacionamento	1	130,00	

TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA = 792,77 m²	TOTAL DE ÁREA NECESSÁRIA = 1.102,77 m²
Observação: não está computada as áreas das paredes na área total.	

6.2 ORGANOGRAMA E FLUXOGRAMA

A entidade deve possuir dois acessos, um social, para funcionários, familiares e visitantes do abrigo, e outro particular, voltado especificamente para os moradores e cuidadores das unidades habitacionais. A área externa integra todos os blocos, contando, como foi mencionado, com espaços de encontro dos acolhidos com suas famílias, espaço para brincadeiras, cinema ao ar livre, horta orgânica e estacionamento. A Figura 33 traz o organograma e fluxograma geral do abrigo e a Figura 34, das páginas 121 e 122, traz o organograma e fluxograma de cada unidade da instituição.

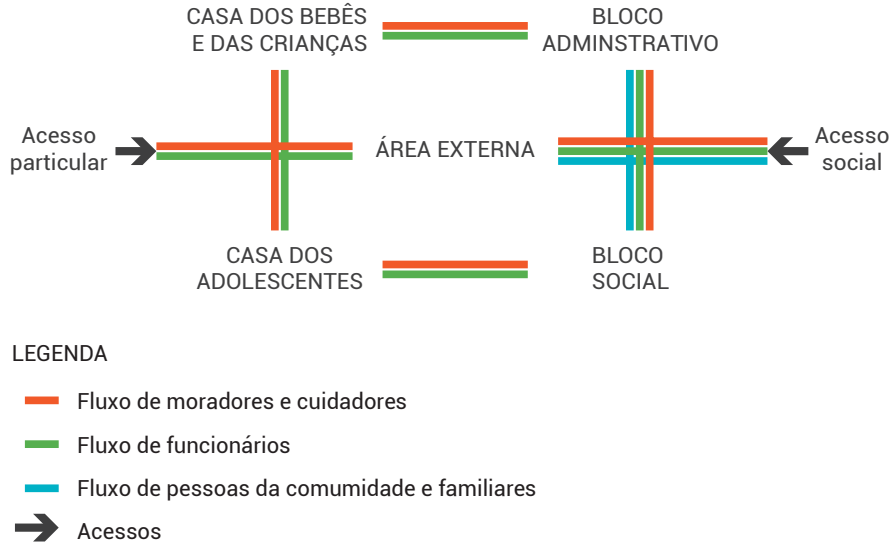


Figura 33 - Organograma e fluxograma geral do abrigo. Da Autora, 20177

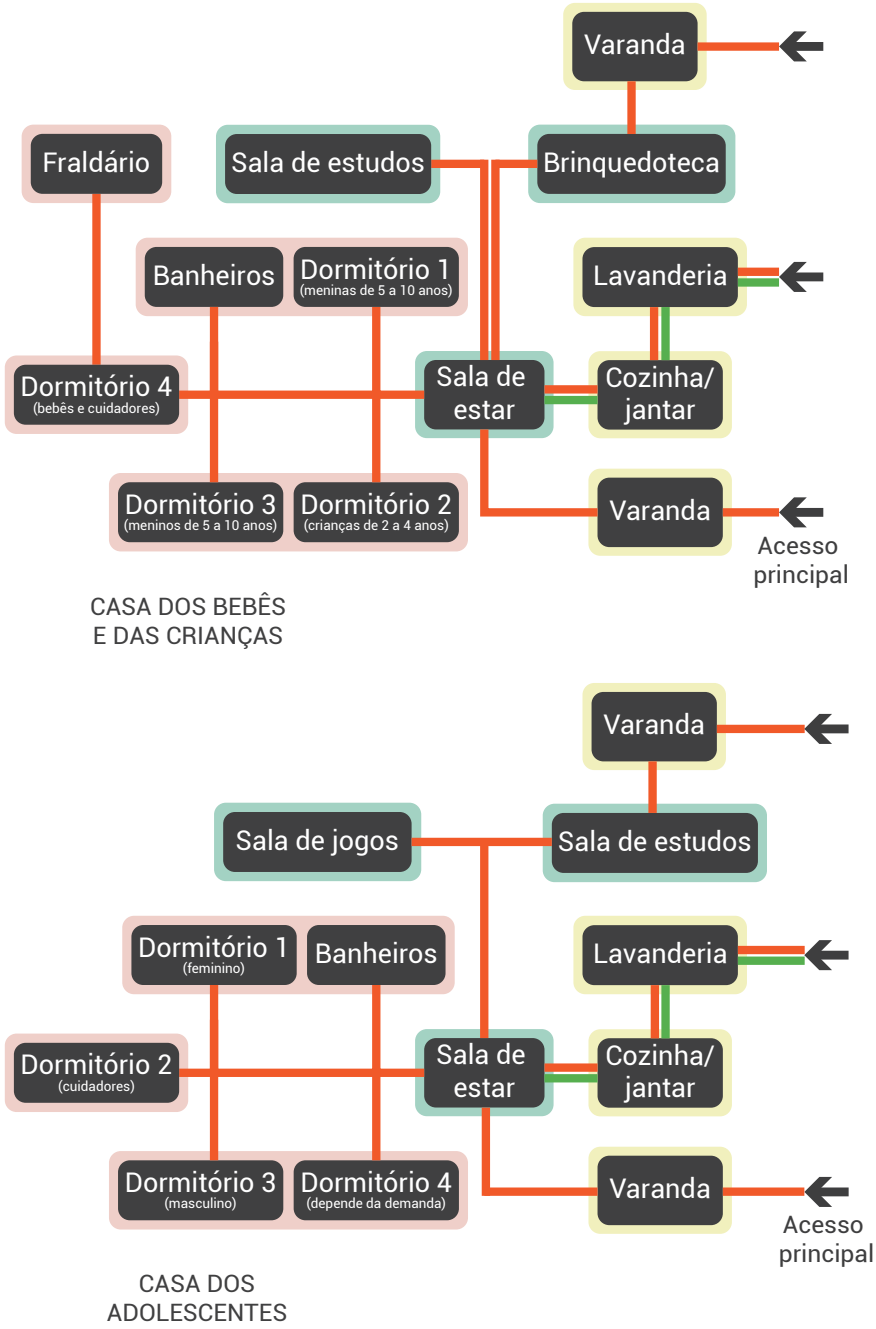
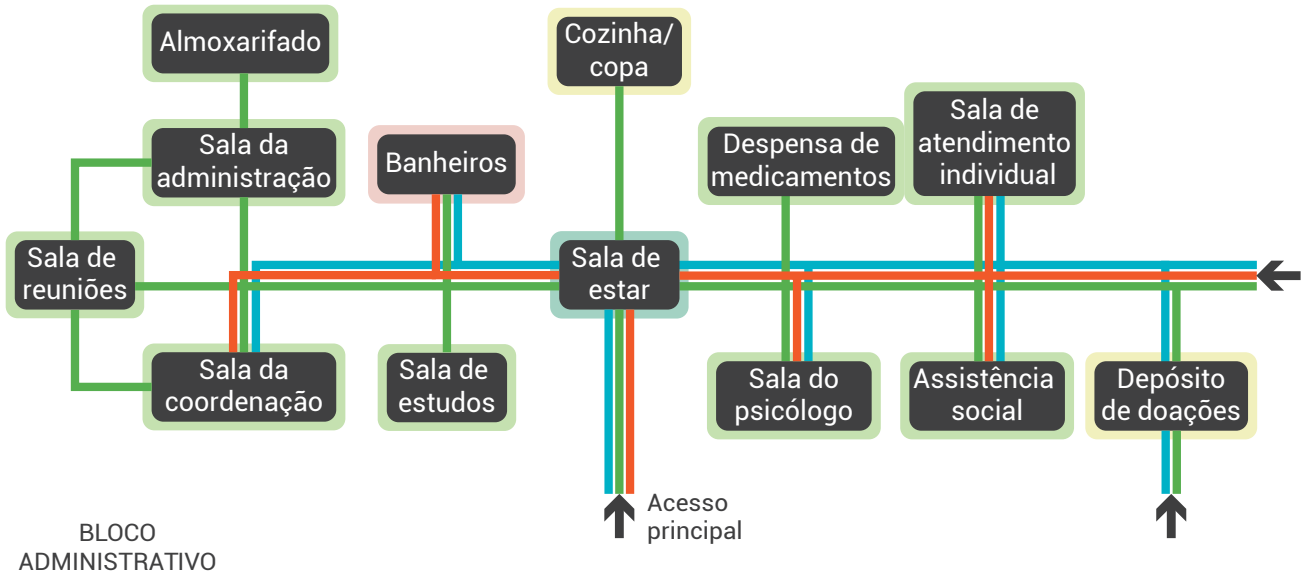
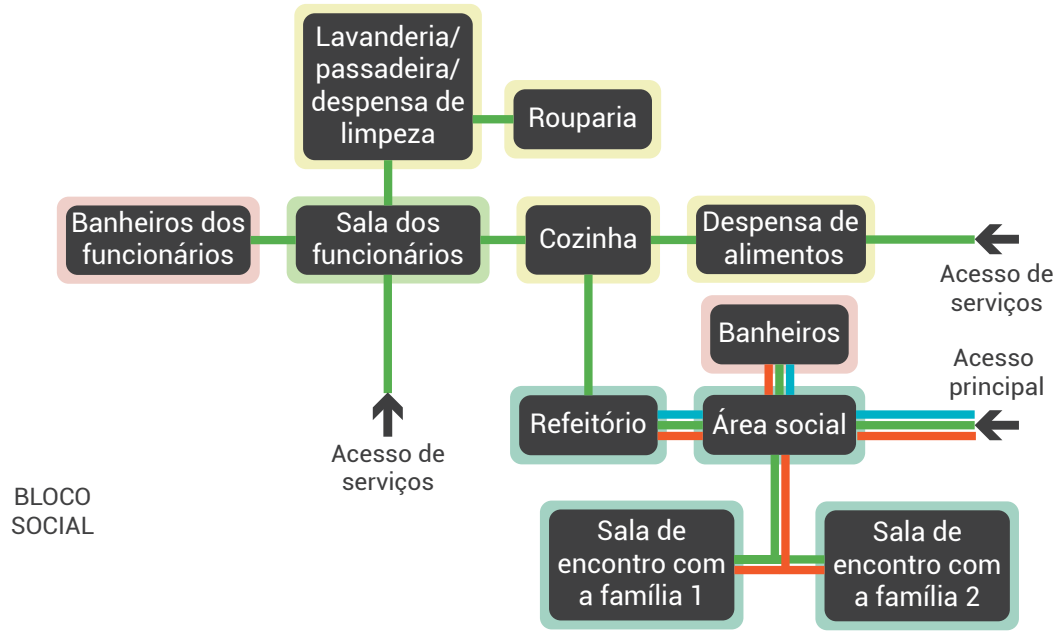


Figura 34 - Organograma e fluxograma de cada unidade do abrigo. Da Autora, 2017


Almoxarifado
Cozinha/ copa
Sala da administração
Banheiros
Despensa de medicamentos
Sala de atendimento individual
Sala de reuniões
Sala de estar
Sala da coordenação
Sala de estudos
Sala do psicólogo
Assistência social
Depósito de doações
Acesso principal
BLOCO ADMINISTRATIVO


Lavanderia/ passadeira/ despensa de limpeza
Rouparia
Banheiros dos funcionários
Sala dos funcionários
Cozinha
Despensa de alimentos
Acesso de serviços
Banheiros
Acesso principal
Refeitório
Área social
Acesso de serviços
Sala de encontro com a família 1
Sala de encontro com a família 2
BLOCO SOCIAL

O organograma e o fluxograma das casas dos bebês/crianças e dos adolescentes foram pensados de modo a harmonizar as necessidades individuais com as coletivas. Ambas possuem o acesso principal nas varandas, sendo restrito aos moradores e cuidadores. O acesso e a circulação também são limitados nos espaços lúdicos, de estudos e na área íntima. O motivo foi reduzir ao máximo a sensação de estar em uma unidade institucional, possibilitando a privacidade e o sentimento de lar.

Apenas na lavanderia foi previsto o acesso de funcionários. Esse acesso deve facilitar o (a) funcionário (a) da lavanderia do bloco social transportar as roupas da unidade até as residências e vice-versa. O mesmo acesso permite que as cozinhas particulares sejam abastecidas de alimentos e utensílios domésticos, sem a necessidade de os funcionários transitarem pela sala e constranger, mesmo sem intenção, a privacidade dos moradores.

A circulação dos funcionários se estende, no máximo, até a sala de estar, considerando os casos em que, por exemplo, a coordenadora ou a psicóloga tiver que conversar com todos os acolhidos. Porém, recomenda-se que isso ocorra somente em último caso e que os diálogos entre funcionários e crianças aconteçam prioritariamente no bloco administrativo.

Cada residência possui quatro dormitórios. Na casa dos bebês e das crianças, os dormitórios são organizados da seguinte maneira: um quarto para meninas de 5 a 10 anos; um para meninos de 5 a 10 anos; um misto de 2 a 4 anos; e um misto de 0 a 2 anos, com cama ou sofá para cuidadores. Na casa dos adolescentes, a divisão é a seguinte: um dormitório feminino; um masculino; um quarto dos cuidadores; e um

dormitório que dependerá da demanda, isto é, se terá mais meninos ou meninas na residência.

Os integrantes da casa dos adolescentes devem ter acesso livre à casa dos bebês e crianças e vice-versa. O objetivo é permitir a socialização e a preservação de vínculos afetivos com irmãos ou amigos de outra faixa etária.

É importante lembrar que a divisão dos acolhidos em duas habitações foi com o intuito de favorecer o atendimento individual e personalizado, porém, ainda assim, preservar os laços sociais e de afeto entre todos os acolhidos. Portanto, as relações sociais entre as crianças e os jovens devem ser incentivadas, não só na área externa ou no bloco social, mas também nas suas casas. Para isso, a casa dos bebês e das crianças deve ser próxima da casa dos adolescentes e os espaços residenciais devem ser pensados considerando os moradores e os visitantes da outra moradia.

Embora o acesso às residências seja restrito aos acolhidos e cuidadoras, se os moradores concordarem, amigos e colegas de escola das crianças e adolescentes podem visitá-los em suas casas. A indicação não foi feita no fluxograma, pois o "fluxo de pessoas da comunidade" inclui, por exemplo, adultos voluntários ou que participam dos eventos beneficentes da instituição. A abertura das moradias a essas pessoas poderia afetar a privacidade das crianças e dos adolescentes.

A ideia do bloco administrativo é que seja "a casa dos funcionários", como se fosse uma casa vizinha das demais, onde os visitantes (acolhidos, familiares e pessoas da comunidade) podem ter acesso até um determinado ponto. A sala da administração, de estudos e a sala de reuniões devem ser entendidas como a área

íntima de uma residência, na qual apenas seus moradores têm acesso. Já as salas de estar, da coordenação, da assistência social, da psicóloga e de atendimento individual podem ser consideradas como a área "social" do bloco, aberta aos visitantes.

O bloco social deve ser uma composição de espaços restritos aos funcionários (lavanderia/ passadeira/ despensa de produtos de limpeza, rouparia, cozinha ampla, despensa de alimentos, sala e banheiros), salas com entrada permitida somente para os acolhidos e suas famílias – com a supervisão da equipe técnica, se assim for necessário – e outros ambientes destinados a todos os membros, familiares, pessoas da comunidade, voluntários e visitantes do abrigo.

Enfim, a partir desse estudo preliminar, a concepção do projeto arquitetônico se iniciou e será apresentada no capítulo a seguir.

7

PROJETO



7.1 DIRETRIZES PROJETUAIS

As diretrizes projetuais foram organizadas em cinco tópicos, como metas gerais e metas específicas para o projeto, sendo apresentadas a seguir.

1. Compatibilizar lei e prática (ECA; BRASIL, 2009; BRASIL, 2015; e práticas observadas no abrigo institucional de São Joaquim da Barra/SP).

Na área externa e no bloco social:

- Criar espaços seguros e integrados com a comunidade;
- Com ambientes de encontro das crianças e adolescentes com suas famílias (de origem, visando à reintegração familiar, ou substituta, quando os acolhidos estiverem em fase de adaptação para posterior adoção), sem interferir nos espaços residenciais;
- Com cinema ao ar livre e área social de uso múltiplo, a fim de incentivar a realização atividades culturais, de lazer e recreação para os acolhidos e para as pessoas da comunidade;
- Oportunizar a participação comunitária sem afetar a privacidade das crianças e adolescentes abrigados.
- Possibilidade de eventos beneficentes serem promovidos para contribuir com a manutenção da entidade.

No bloco administrativo:

- Implantar em local específico, separado das residências;
- Com visibilidade para a área externa do abrigo.

Nas residências:

- Número de usuários atendidos pelo equipamento: vinte crianças e adolescentes. Capacidade máxima de atendimento: vinte e três crianças e adolescentes, considerando os casos de acolhimento emergencial;
- Oferecer assistência personalizada e individualizada, mas manter irmãos e amigos de diferentes idades unidos;
- Criar ambientes adequados para estudos;
- Projetar espaços de brincadeiras e jogos compatíveis com os diferentes níveis de desenvolvimento psicológico dos acolhidos. Isto é, criar espaços lúdicos em conformidade com as faixas etárias atendidas.

2. Ter como base alguns aspectos existentes na Análise de Correlatos.

Da Casa Vellore:

- Uso de métodos e materiais tradicionais;

- Espaços de brincadeiras com areia e grama.

Da Casa Rana:

- Uso de cores e formas atrativas, remetendo a objetos infantis;
- Uso de materiais alternativos/locais, como o bambu, para proteger de sol e, ao mesmo tempo, compor um jogo de luz e sombra;
- Permitir a integração com a natureza.

Da Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro:

- Releitura da forma básica de uma casa tradicional;
- Com espaços que podem ser personalizados pelos acolhidos.

3. Trabalhar com as recomendações da Arquitetura e da Psicologia para os abrigos institucionais.

- Favorecer a criação de vínculos afetivos entre os acolhidos e cuidadores e entre os próprios acolhidos;
- Compor a área ao ar livre com nichos, permitindo a socialização e a realização de diferentes atividades em grupos menores;
- Projetar local de incentivo à capacitação dos funcionários;

- Projetar espaços individuais e que possam ser personalizados pelos acolhidos:

  Conceitos fundamentais:

  a) Apropriação espacial [territorialidade e privacidade];

  b) Identidade pessoal e do lugar;

  c) Transformação de espaço em lugar;

  d) Casa e lar.
- Mobiliário adequado às dimensões infantis e adultas;
- Espaços com Ludicidade.

4. Proporcionar conforto ambiental.

- Aproveitar a ventilação natural. As aberturas devem permitir a ventilação cruzada;
- Aproveitar a luz natural e proteger as fachadas com maior incidência de radiação solar.

5. Vista para a área verde

7.2 CONCEITO E PARTIDO

Durante muito tempo, as crianças e os adolescentes em vulnerabilidade social foram submetidos a um atendimento despersonalizado, autoritário e estigmatizado, como se não bastasse as inúmeras dificuldades enfrentadas antes do ingresso na

instituição. Por outro lado, as falhas do passado devem ser encaradas como lições futuras.

Assim, o funcionamento e a arquitetura das instituições totais devem ser o exemplo do que NÃO repetir. Isto é, que o confinamento dos antigos recolhimentos, colégios internos e asilos seja agora uma maior participação dos acolhidos na vida da comunidade. Que a autoridade seja transformada em respeito pelas crenças e opiniões de todos. Que o atendimento despersonalizado passe a ser o mais individualizado possível.

Entretanto, as instituições de acolhimento lidam com um impasse constante em seu cotidiano: harmonizar as demandas infantojuvenis de afeto com o princípio da provisoriedade dessa medida de proteção. Se o acolhimento é temporário, os laços afetivos entre membros e cuidadores/funcionários do abrigo precisam ser incentivados? Não seria uma nova ruptura de vínculos afetivos após o desligamento institucional?

Não se pode esquecer que entre as principais causas do acolhimento institucional estão a negligência, o abandono e a violência cometida pelos pais ou responsáveis. Isso reforça a necessidades das crianças e adolescentes terem uma fonte de apoio próxima e organizada, que os ajude a lidar com os obstáculos e a construir suas histórias.

Além disso, como foi apresentado na fundamentação teórica, especialistas ressaltam que os vínculos afetivos atuam expressivamente no desenvolvimento humano e na aprendizagem. A revisão bibliográfica também mostrou que muitos

jovens visitavam o abrigo após o desligamento institucional, mantendo as relações de afeto ali construídas.

Portanto, as entidades de acolhimento devem reconhecer seu importante papel na rede de apoio social das crianças e adolescentes atendidos. Assim como afirmam as leis, o acolhimento institucional deve ser provisório e excepcional, mas as relações sociais e de afeto ali formadas podem ser duradouras, aliadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

E como a Arquitetura pode contribuir com este delicado processo? Para responder essa questão, voltemos ao tópico "Arquitetura e Psicologia" do capítulo 2 (página 47).

Apropriação espacial, identidade pessoal e do lugar, transformação de espaço em lugar, casa e lar são conceitos ligados entre si e com o desenvolvimento humano. Todos, em maior ou menor grau, referem-se à criação de vínculos com o ambiente e sua personalização de acordo com as necessidades pessoais de cada um.

É nesse momento que a Arquitetura se manifesta, podendo contribuir para que essas percepções humanas ocorram nos acolhidos e nos funcionários do abrigo. É claro que inúmeros outros fatores estão envolvidos na problemática, como o fator tempo, as características próprias de cada indivíduo e o empenho dos funcionários da entidade.

O ideal é a que institucionalização seja realmente temporária. Mas, enquanto isso, a entidade atua como a morada para as crianças e os adolescentes atendidos. Deve, por conseguinte, proporcionar-lhes a essência de lar, que inclui: acolhimento,

privacidade, tranquilidade, proteção, liberdade de expressão e a sensação de ser parte de um todo.

Afinal, se conforme Hertzberger (1999), todo ser humano precisa de um "ninho seguro" para pousar, para muitas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, infelizmente, a instituição de acolhimento é uma das poucas possibilidades de terem, por um dado momento, um lugar seguro, onde mesmo após o desligamento institucional possam voltar.

Determinados aspectos físicos do ambiente podem facilitar a criação de vínculos afetivos entre as pessoas e das pessoas com os lugares. Aspectos como: ludicidade; objetos e espaços confortáveis, convidativos e adequados às dimensões infantis e adultas; espaços para socialização de grupos menores; entre outros. Os espaços da entidade também devem favorecer a reintegração familiar e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Por isso, a Arquitetura surge como uma das respostas para aliar as demandas infantojuvenis com a provisoriedade dos abrigos institucionais. Demandas que vão além do básico (saúde, descanso e alimentação) para incluir proteção e laços afetivos. O intuito é que, enquanto houver a necessidade de acolhimento institucional, os usuários se sintam moradores do abrigo e parte fundamental de um todo.

Sob essa ótica, este trabalho cria seu conceito e partido arquitetônico, que se traduz no termo "VINCU**LAR**". No caso deste TFG, "vincular" é a união de vínculo afetivo e lar. Palavras aparentemente simples, mas que carregam uma amplitude de significados na vida humana e, em especial, na vida das crianças e adolescentes em

risco pessoal e social. Portanto, todas as ações do processo projetual devem ter como premissa favorecer a criação de vínculos afetivos e a sensação de estar em um lar.

7.3 PROCESSO CRIATIVO

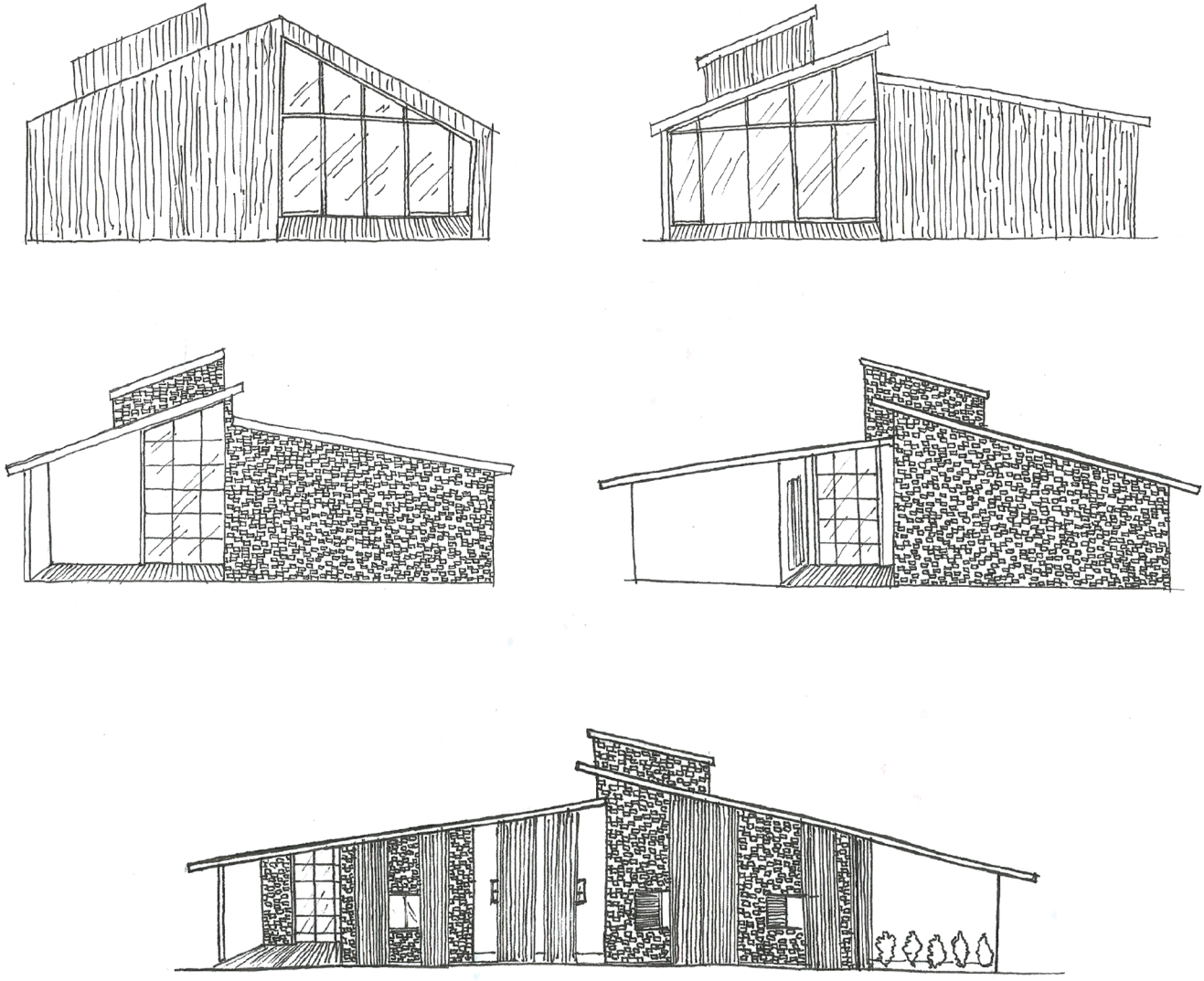
A concepção do projeto arquitetônico se iniciou pela volumetria, apresentada nos croquis da Figura 35. O primeiro procedimento foi pensar quais elementos de uma moradia tradicional brasileira poderiam ser usados e reinterpretados no corpo volumétrico. O intuito foi trazer aspectos familiares para todos os edifícios, que deveriam dialogar entre si. O telhado de duas águas ou uma água, a forma retangular e a varanda foram considerados elementos básicos de uma casa comum e que, portanto, deveriam estar presentes na volumetria.

Nas casas e no bloco administrativo, a ideia foi projetar duas varandas cobertas e opostas uma da outra. A primeira delas seria a "social", isto é, na fachada do edifício em que terá o acesso principal. A segunda varanda teria o acesso para a brinquedoteca, no caso das crianças, o acesso para a sala de estudos, no caso dos adolescentes e um acesso facilitado ao depósito de doações, no bloco administrativo.

Para criar uma composição de formas e proporcionar iluminação natural às casas, pensou-se em acrescentar um jardim de inverno ao projeto. O jardim estaria no interior de um volume estendido em relação ao telhado e acompanhando a forma inclinada do mesmo.

Um outro importante aspecto pensado foi como articular a proteção das

Figura 35 - Croquis das volumetrias.



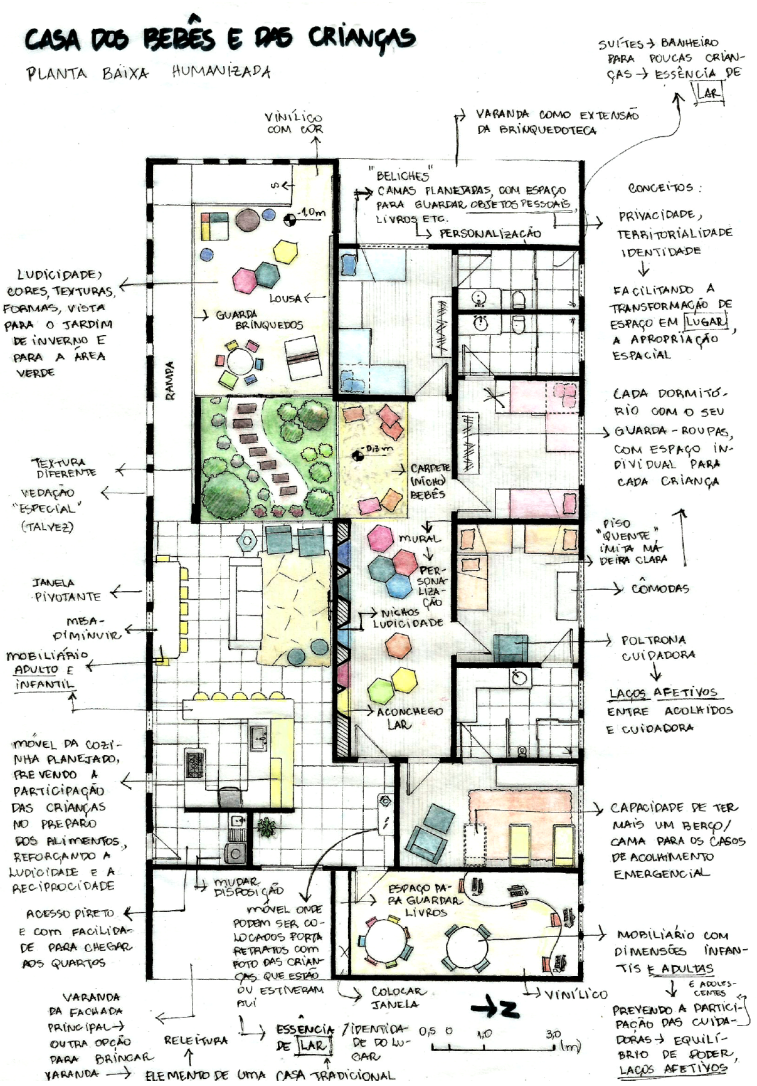
fachadas oeste com a volumetria proposta. Nessa questão, tinha-se uma dualidade de objetivos, que, de certo modo, se contradiziam. O objetivo número um era proporcionar conforto ambiental e o objetivo dois era permitir a vista para a área verde, que está justamente na frente da face oeste do lote. Para solucionar o impasse, optou-se pela colocação de brises horizontais alternados, não só na fachada oeste, mas sim em todas as vistas, pois esses elementos, além de protegerem do sol, criam um jogo de luz e sombra e favorecem a privacidade sem negar o contato com a área social.

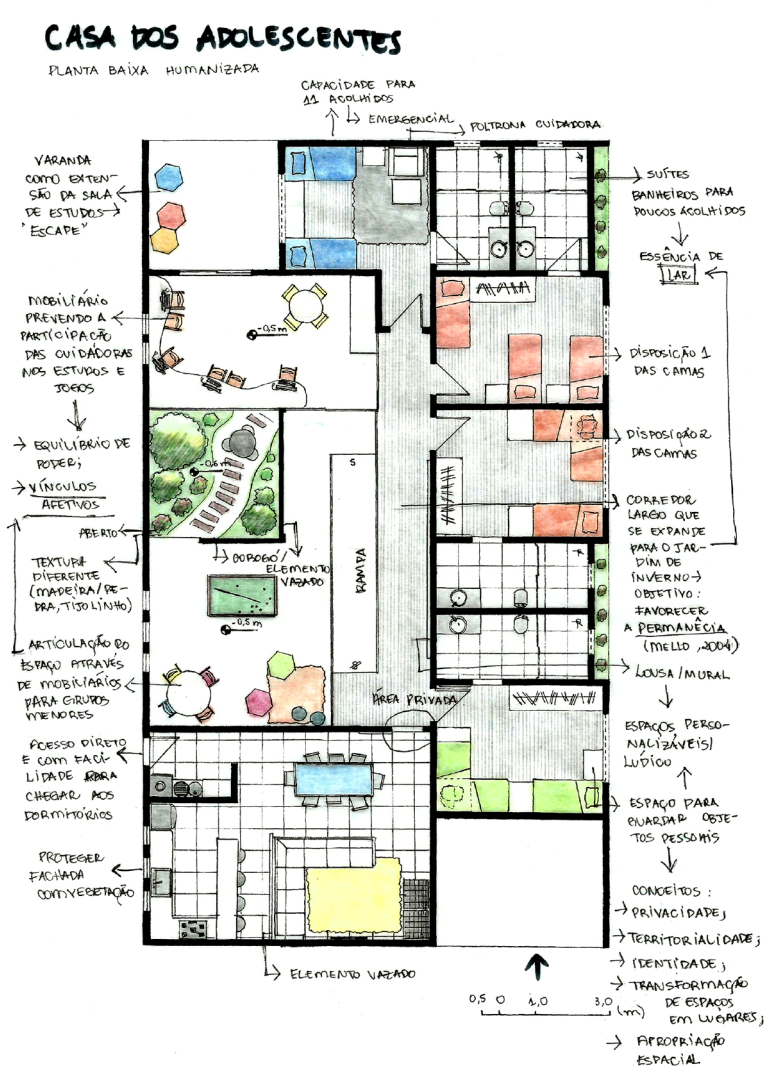
Quanto à materialidade, o objetivo foi utilizar materiais tradicionais para remeter aos aspectos físicos presentes na grande maioria das casas brasileiras, que são: o concreto na estrutura, o tijolo cerâmico na vedação e a madeira no piso. Além desses, pensou-se em utilizar o vidro, pela permeabilidade visual, e a madeira nos brises.

A segunda etapa foi iniciar a elaboração das plantas baixas e ajustar as volumetrias com as dimensões necessárias para cada um dos ambientes. É importante ressaltar que as teorias discutidas no capítulo "Fundamentação Teórica" nortearam todo o processo de desenvolvimento do projeto arquitetônico. A Figura 36 traz os estudos em esboços e as correções que deveriam ser aplicadas posteriormente, quando as plantas baixas fossem definidas.

Concomitantemente à criação das plantas baixas, pensou-se nos mobiliários, que deveriam reafirmar as diretrizes projetuais, o conceito e o partido adotado. A Figura 37 traz perspectivas de alguns desses mobiliários e espaços internos. Procurou-se aplicar especialmente os conceitos de ludicidade, privacidade e apropriação espacial.

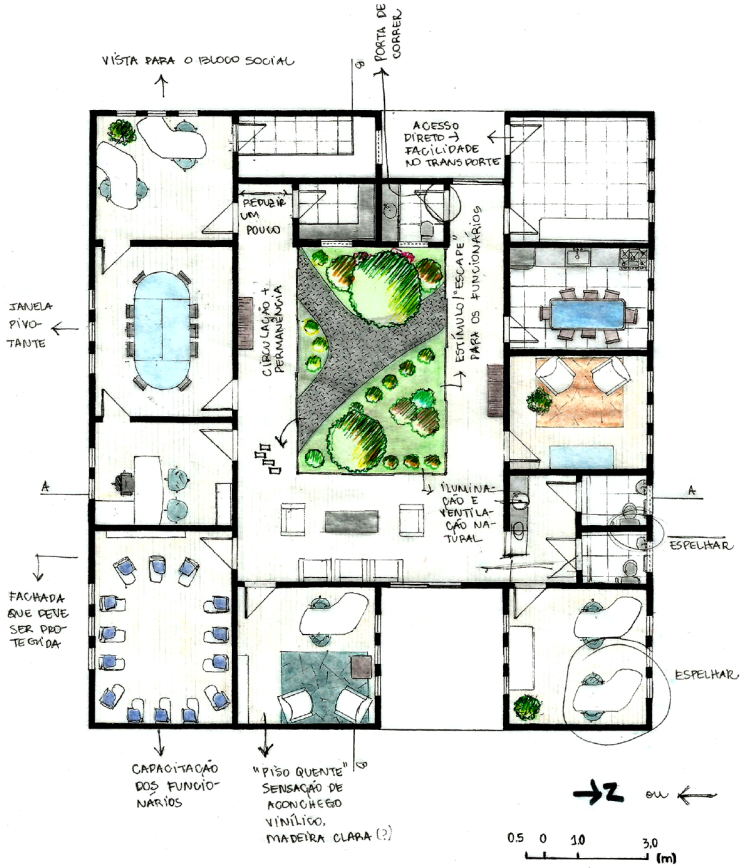
Figura 36 - Croquis das plantas baixas.





BLOCO ADMINISTRATIVO

PLANTA BAIXA HUMANIZADA



BLOCO SOCIAL

PLANTA BAIXA HUMANIZADA

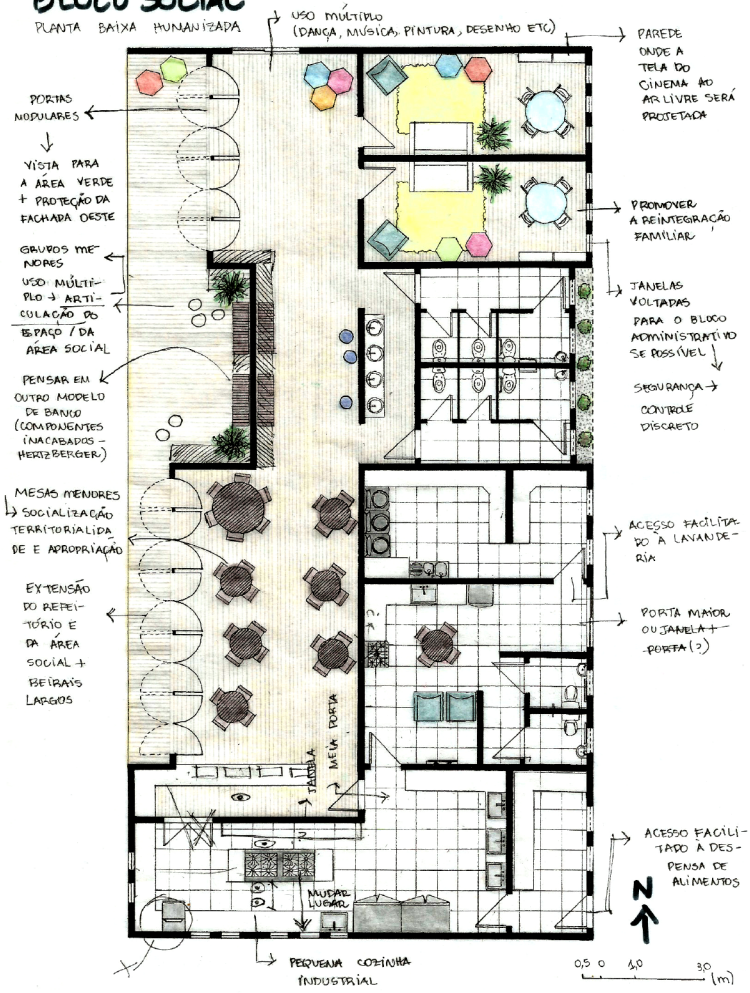
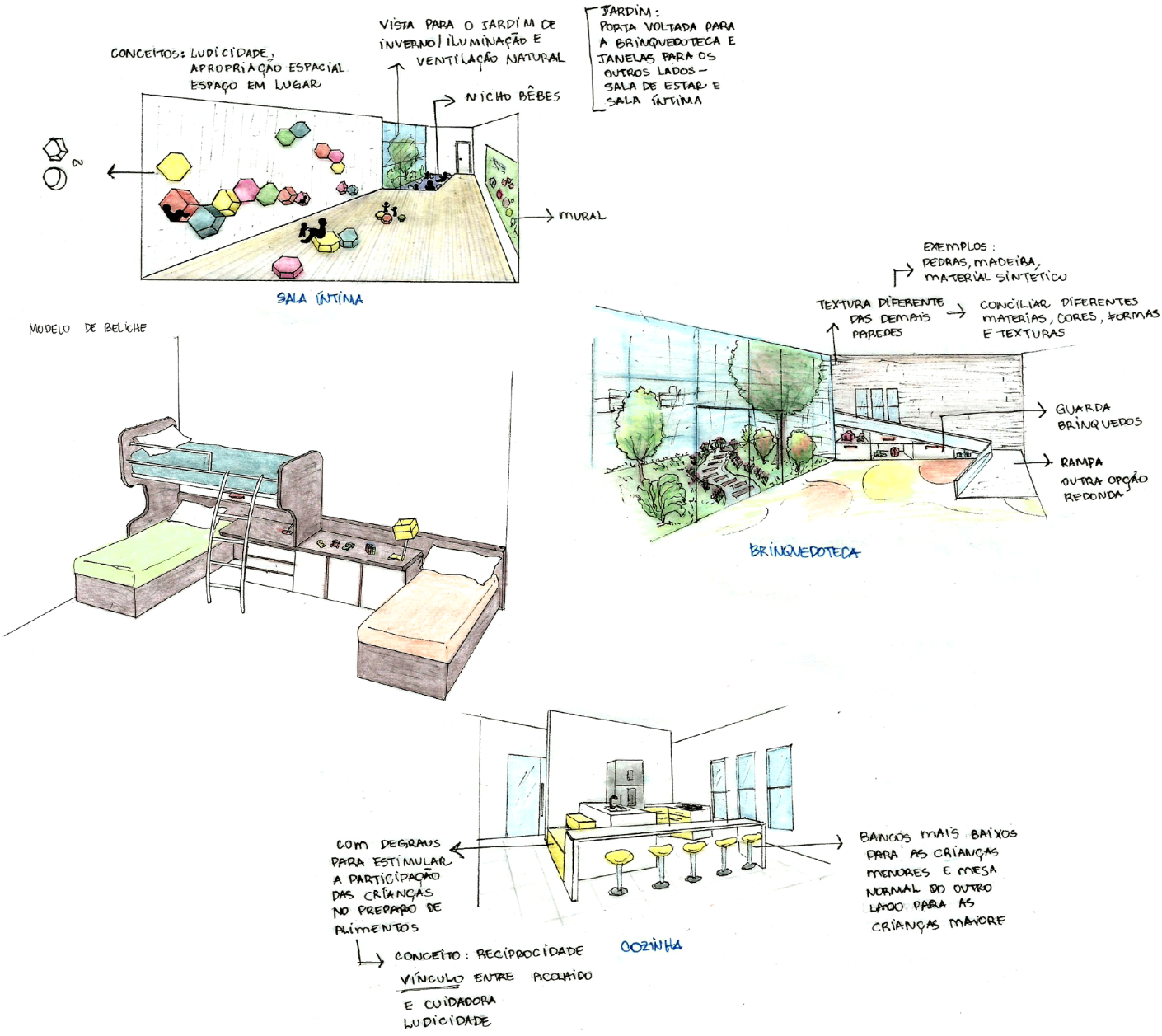


Figura 37 - Croquis dos espaços internos e mobiliários.



7.4 PROPOSTA

O primeiro aspecto pensado foi a setorização. As residências deveriam ficar próximas uma da outra para manter o elo e a convivência com amigos e irmãos de outra faixa etária. Além disso, ambas deveriam ser voltadas para a via pública, tal como as outras residências do entorno. Assim, as duas moradias foram implantadas mais próximas das faces norte e leste do lote.

Opostamente a essa ideia, era preferível que o bloco social e o estacionamento estivessem um pouco mais recuados da rua para não acentuar o caráter institucional do abrigo. Uma outra problemática foi evitar que o bloco social causasse uma socialização forçada nos acolhidos, isto é, deveria se situar mais próximo do bloco administrativo, tendo em vista a importância da privacidade nas residências.

Como já estava previsto no programa de necessidades, os espaços deveriam ser articulados para favorecer a realização de diferentes atividades por grupos menores e incentivar a reintegração familiar. Deste modo, pensou-se na criação de uma série de nichos elevados ou rebaixados em relação ao desnível do lote e vinculados entre si através de rampas e degraus, como referência ao conceito e partido adotado. Os nichos possuem dimensões variadas, podendo ser palco para conversas, exercícios e brincadeiras com mais ou menos integrantes.

Para circundar esses caminhos conectados e trazer o conceito de lúdico para a área externa entre os blocos, foi pensado um paisagismo com espécies que despertassem os cinco sentidos do corpo humano (visão, olfato, paladar, tato e audição).





Figura 38 - Perspectiva da área externa das unidades.

A visão pelas cores predominantes, sendo elas: verde, amarelo, laranja, rosa e branco. A audição por plantas que atraissem o canto dos pássaros. O olfato pelo perfume das flores. O tato pelas diferentes texturas. O paladar pelas árvores frutíferas e pela horta orgânica.

Para vencer o desnível do lote, os blocos foram locados em diferentes cotas, considerando o nível 0 como o nível da rua. A casa dos bebês e das crianças e a casa dos adolescentes foram projetadas em dois níveis, a primeira com uma diferença de 1,00 m entre os níveis e a segunda com uma diferença de 0,50 m.

A Figura 38, ao lado, traz uma perspectiva da área externa. As Figuras 39 a 41 trazem a implantação, a planta de cobertura e a planta de piso do paisagismo. A Figura 42 traz as espécies do paisagismo e a Figura 43 outras perspectivas do abrigo.


RUA ARMANDO COLOMBINI
Acesso particular
0,00 m
-0,70 m
-1,65 m
-1,00 m
-1,00 m
-1,95 m
-2,30 m
-1,02 m
-1,65 m
-2,15 m
-2,20 m
-3,00 m
-3,00 m
-3,00 m
-3,00 m
-3,00 m
-2,70 m
-0,50 m
-1,52 m
1,73 m
1,74 m
1,37 m
1,46 m
1,53 m
1,15 m
1,50 m
1,70 m
1,70 m
2,40 m
1,85 m
1,80 m
1,46 m
1,53 m
1,55 m
sobe i: 7,90 %
sobe i: 7,05 %
sobe i: 8,12 %
sobe i: 6,29 %
sobe i: 2,31 %
sobe i: 7,95 %
sobe i: 8,03 %
sobe i: 6,73 %
sobe i: 7,34 %
sobe i: 2,52 %
sobe i: 8,32 %
sobe i: 1,78 %
sobe i: 7,59 %
sobe i: 8,06 %
sobe i: 6,40 %
sobe i: 8,08 %
sobe i: 7,37 %
sobe i: 2,90 %
sobe i: 5,73 %
i: 20 %
Placas solares
Cinema ao ar livre
Central de gás
1
2
3
4



Figura 39 - Implantação do abrigo.

LEGENDA

1. CASA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS
2. CASA DOS ADOLESCENTES
3. BLOCO ADMINSTRATIVO
4. BLOCO SOCIAL

Níveis

Sentido e inclinação do telhado
i: 20 %

sobe
i: x %
Sentido e inclinação da rampa

Telha cerâmica

Deck de madeira plastificada

Pisograma de concreto

Piso intertravado de concreto

Grama esmeralda

Seixo branco

Pedrisco

N

ESCALA: 1:250


1
2
3
4



Figura 40 - Paisagismo - Planta de cobertura.

LEGENDA

1. CASA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS
2. CASA DOS ADOLESCENTES
3. BLOCO ADMINSTRATIVO
4. BLOCO SOCIAL

- Telha cerâmica
- Deck de madeira plastificada
- Pisograma de concreto
- Piso intertravado de concreto
- Grama esmeralda
- Seixo branco
- Pedrisco
- Espécies A, B ou C
- Espécies D ou E
- Espécies F, G ou H
- Espécies I ou J

N

ESCALA: 1:250


1
2
3
4



Figura 41 - Paisagismo - Planta de piso.

LEGENDA

1. CASA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS
2. CASA DOS ADOLESCENTES
3. BLOCO ADMINSTRATIVO
4. BLOCO SOCIAL

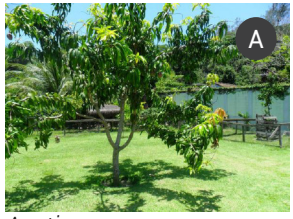
- Telha cerâmica
- Deck de madeira plastificada
- Pisograma de concreto
- Piso intertravado de concreto
- Grama esmeralda
- Seixo branco
- Pedrisco
- Tronco das espécies arbóreas
- Espécies I ou J
- Espécies K, L, M ou N
- Espécies O, P ou Q
- Espécies R, S ou T
- Espécies U, V, W, X ou Y

N

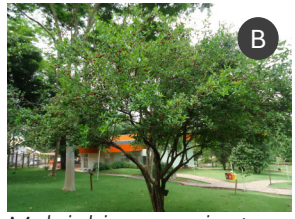
ESCALA: 1:250

Figura 42 - Catálogo de Paisagismo. Google Imagens, 2017

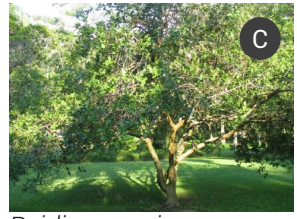
Árvores/Arbustos



Araticum annona spp - Pé de conde



Malpighia emarginata - Aceroleira



Psidium guajava - Goiabeira



Myrciaria cauliflora - Jabuticabeira híbrida



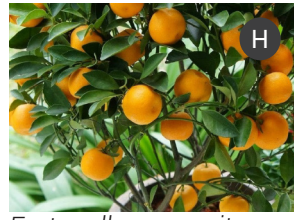
Tecoma stans - Ipê-de-jardim



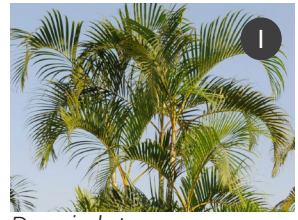
Morus - Amoreira



Punica granatum - Romãzeira



Fortunella margarita - Laranjinha Kinkan

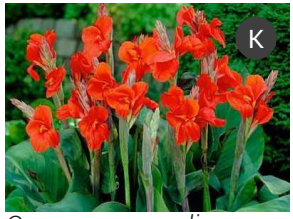


Dypsis lutescens - Palmeira areca



Cycas revoluta - Cica

Flores



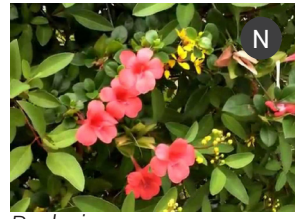
Canna x generalis - Bananeirinha de jardim



Hibiscus rosa-sinensis - Hibisco



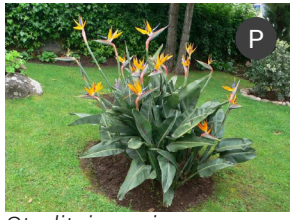
Ixora coccinea compacta - Ixora compacta



Barleria repens rosea - Barléria



Gloxinia sylvatica - Semânia



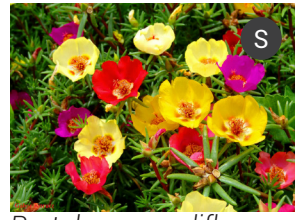
Strelitzia reginae - Ave do paraíso



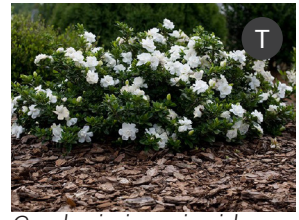
Hemerocallis fulva - Lírio de São José



Hemerocallis flava - Lírio de São José

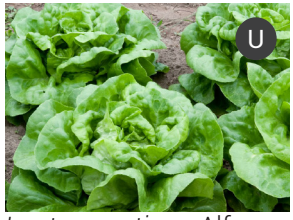


Portulaca grandiflora - Onze horas



Gardenia jasminoides - Gardênia

Sugestões para a horta



Lactuca sativa - Alface



Brassica oleracea - Couve



Mentha - Hortelã



Ocimum basilicum - Manjericão



Abelmoschus esculentus - Quiabo



Figura 43 - Perspectivas do abrigo.





Figura 44 - Fachada principal.

Simultaneamente à definição dos macros aspectos do projeto, as plantas baixas das quatro unidades foram resolvidas e estão apresentadas nas próximas páginas, juntamente com as plantas baixas humanizadas, os cortes e as fachadas de cada edifício.

A Figura 44, ao lado, traz outra perspectiva do abrigo. A imagem mostra, no primeiro plano, o fechamento da instituição, necessário por questões de segurança. Para proteger e ao mesmo tempo permitir visibilidade para a rua, o fechamento foi pensando alternando a alvenaria e a madeira.

A Figura 45 traz perspectivas da casa dos bebês e das crianças. A Figura 46, da casa dos adolescentes. A Figura 47, do bloco administrativo. A Figura 48 mostra o bloco social. Finalmente, a Figura 49 mostra uma perspectiva do pôr do sol.

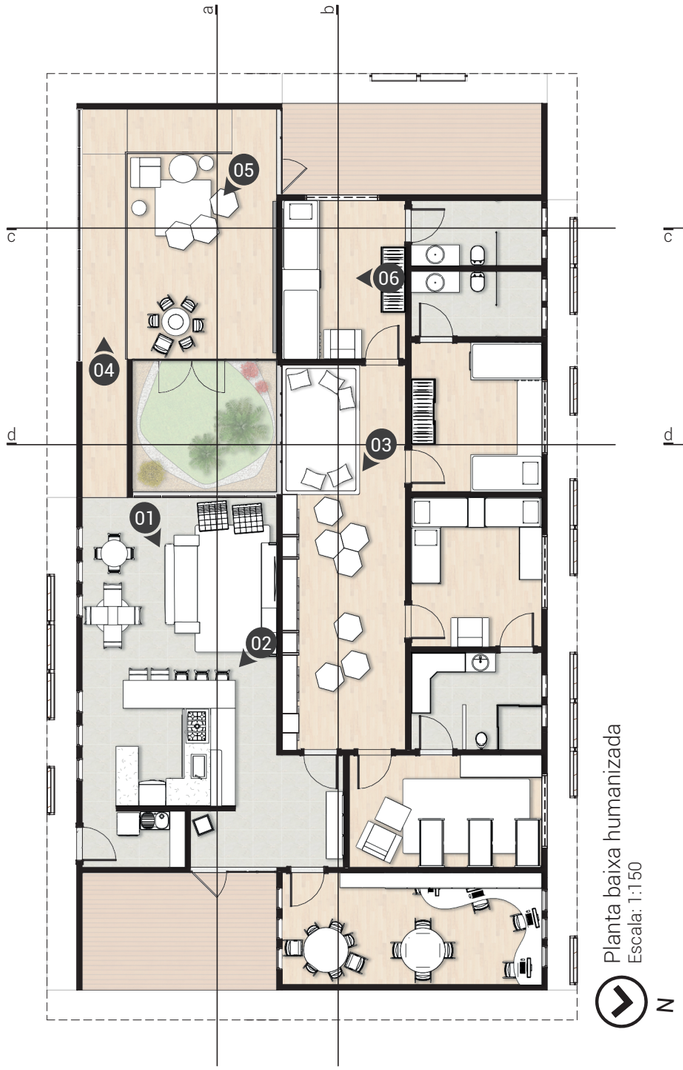
CASA DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS



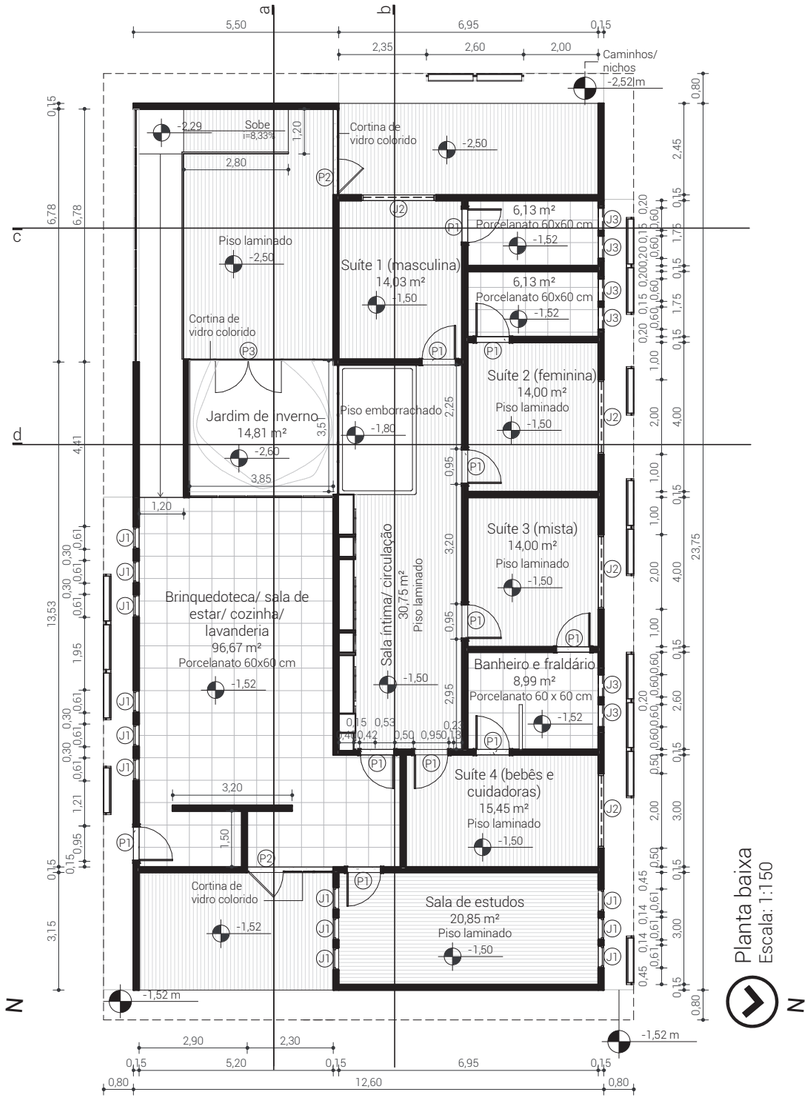
A concepção projetual da Casa dos bebês e das crianças teve como principal direcionador o conceito de ludicidade. O objetivo foi que o lúdico ultrapassasse os aspectos construtivos em si para incluir o mobiliário e a própria disposição desse.

A fim de oferecer múltiplas possibilidades e espaços para brincadeiras, além do que já estava previsto no estudo preliminar, foi criada uma sala íntima em vez de um típico corredor para o acesso aos dormitórios. Pensando nos bebês e nas crianças menores, uma área desse espaço foi rebaixada e revestida com piso emborrachado, com vista para o jardim de inverno.

A estrutura é em concreto armado, a vedação em alvenaria de tijolos cerâmicos. As portas e janelas são de madeira, aço pintado de preto e vidro colorido. O intuito foi associar a imagem de uma moradia tradicional aos elementos relevantes para o adequado desenvolvimento psicológico dos moradores.



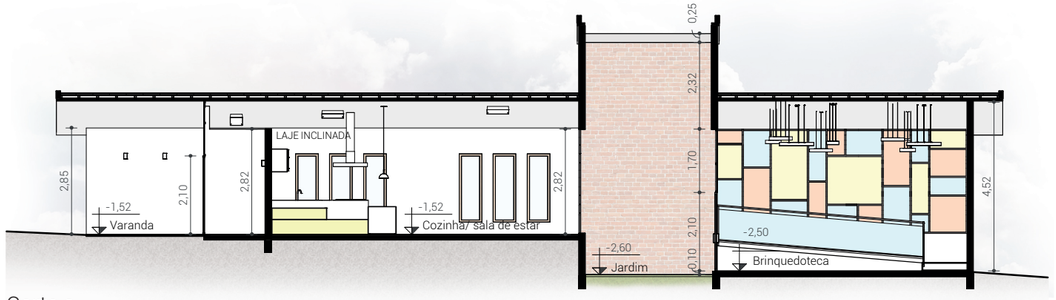
Planta baixa humanizada
Escala: 1:150



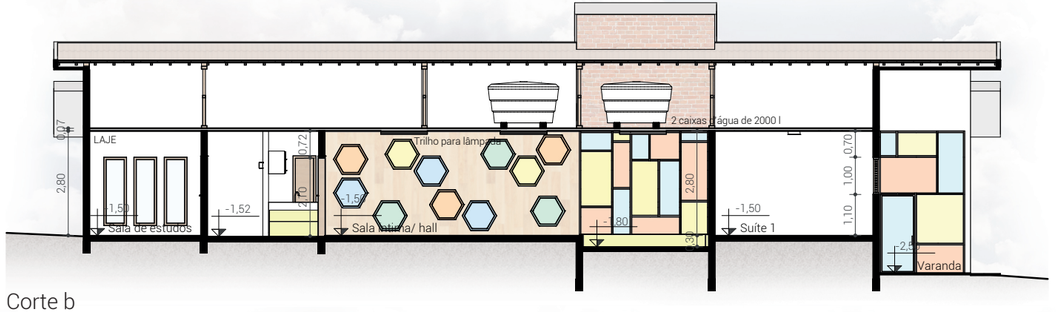
Planta baixa
Escala: 1:150

QUADRO DE PORTAS (P) E JANELAS (J)			
Código	Altura	Largura	material
P1	2,10 m	0,90 m	madeira
P2	2,10 m	0,90 m	alumínio e vidro
P3	2,10 m	1,75 m	alumínio e vidro
J1	1,83 m	0,61 m	madeira e vidro
J2	1,00 m	2,00 m	madeira e vidro
J3	0,60 m	0,60 m	madeira e vidro

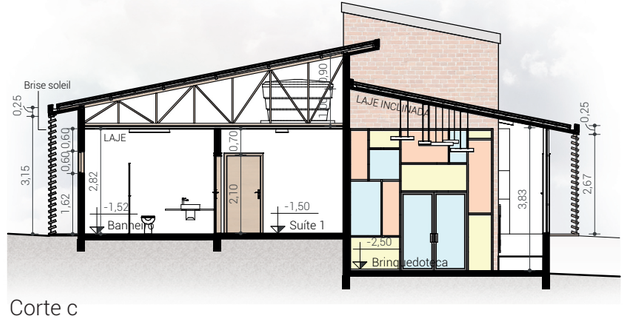
Nas paredes cortina, algumas peças de vidros devem ser fixas (os elementos com menores alturas de peitoril, em detrimento da segurança dos acolhidos) e outras possíveis de serem abertas para ventilação natural.



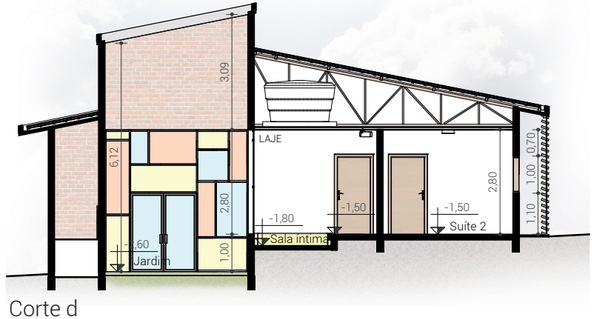
Corte a
Escala: 1:150



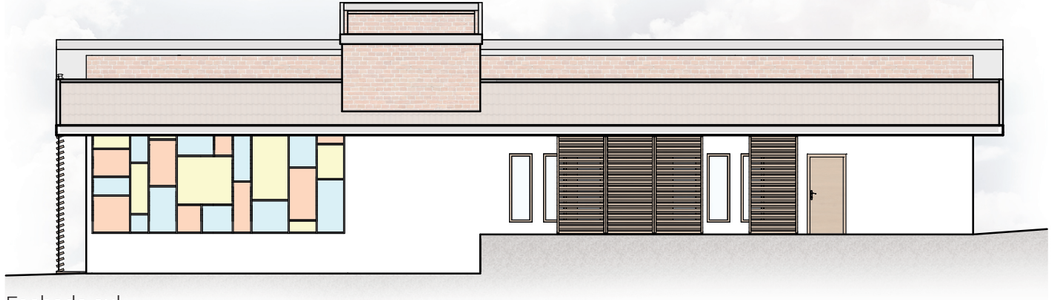
Corte b
Escala: 1:150



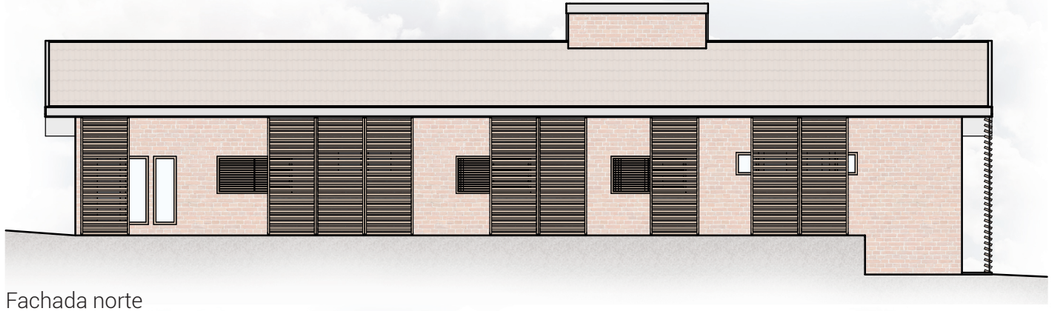
Corte c
Escala: 1:150



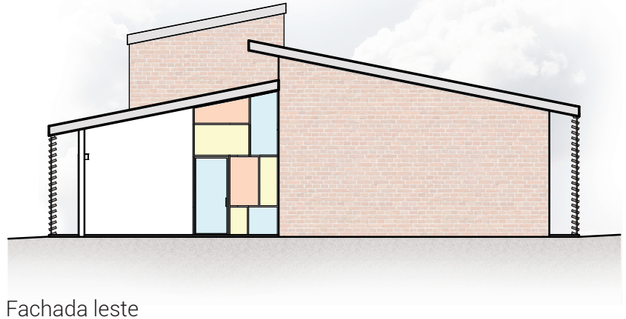
Corte d
Escala: 1:150



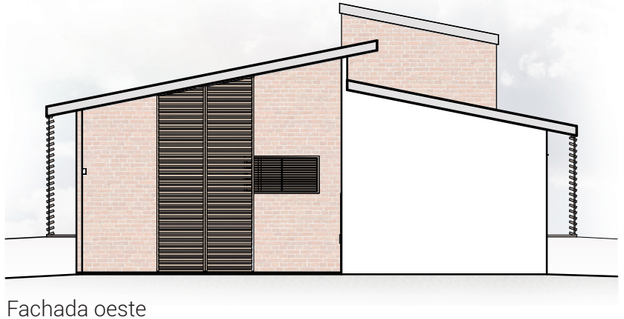
Fachada sul
Escala: 1:150



Fachada norte
Escala: 1:150



Fachada leste
Escala: 1:150



Fachada oeste
Escala: 1:150

CASA DOS ADOLESCENTES

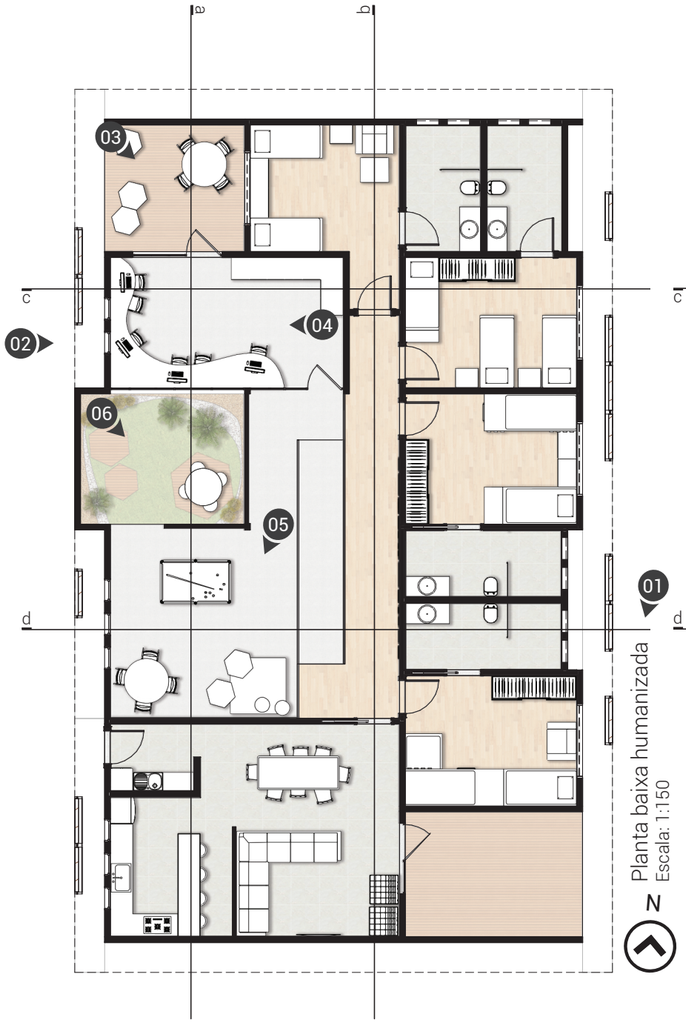


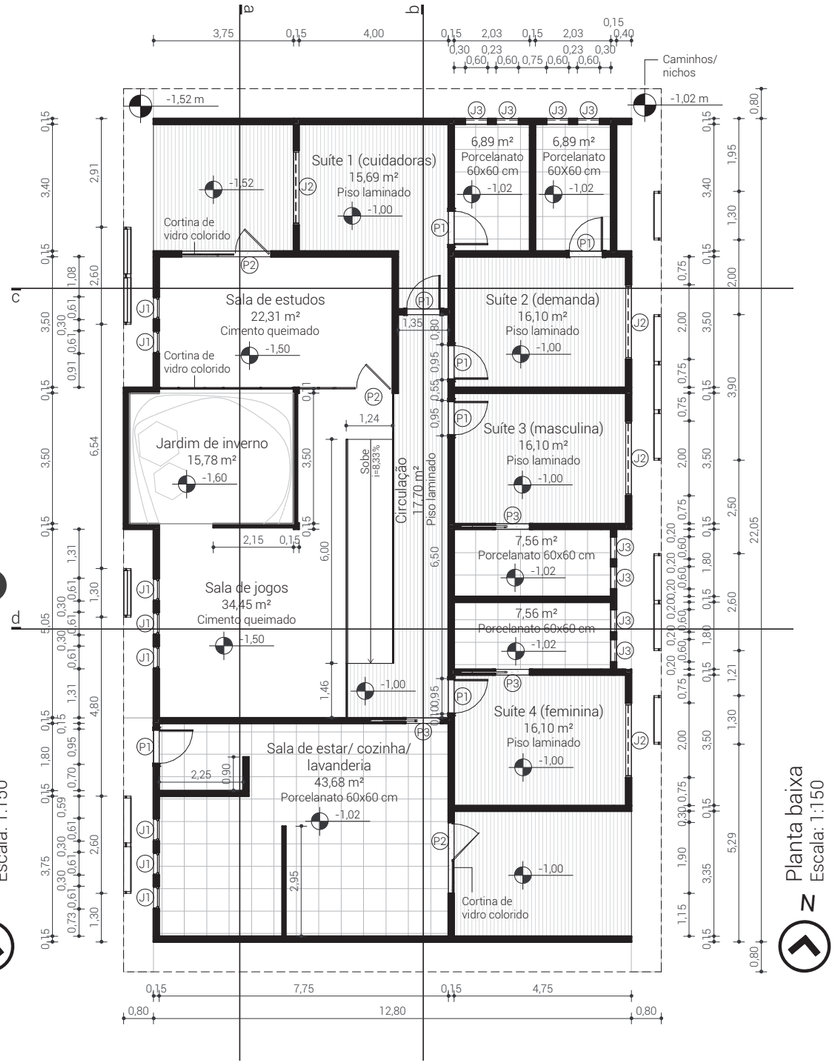
Na Casa dos adolescentes, o conceito norteador foi o de apropriação espacial e locais de permanência. O corredor para os dormitórios se estende para a sala de jogos e para o jardim de inverno, conectados por rampa.

Na sala de jogos, uma das paredes deve ser pintada com tinta própria para criar o efeito lousa, possibilitando a personalização do espaço pelos próprios acolhidos. O cobogó, na cor amarela, cria um diálogo com outros elementos construtivos, como a parede de tijolos aparentes e a parede cortina.

A materialidade e a estrutura se equiparam à Casa dos bebês e das crianças e aos outros blocos do abrigo. As cores dos vidros - amarelo, laranja e azul - representam, respectivamente, sensações de otimismo, alegria e harmonia.

Em ambas as residências, a organização do mobiliário procurou articular os espaços, além de prever a participação das cuidadoras nas atividades de lazer e estudos.

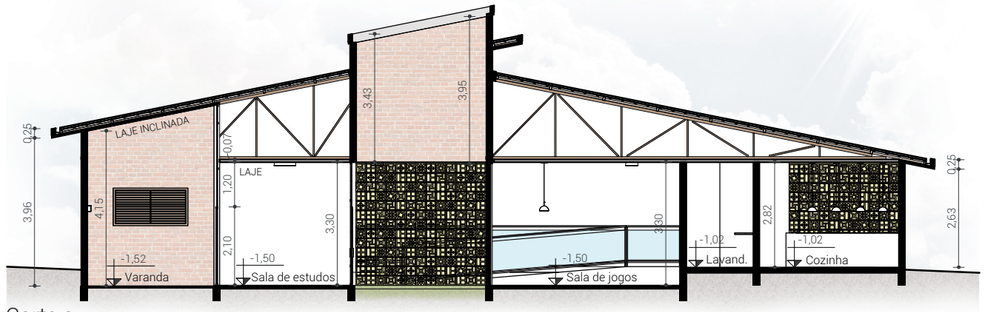




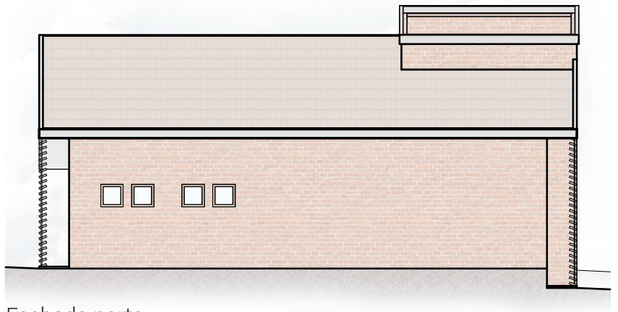
QUADRO DE PORTAS (P) E JANELAS (J)			
Código	Altura	Largura	material
P1	2,10 m	0,90 m	madeira
P2	2,10 m	0,90 m	alumínio e vidro
P3	2,10 m	0,90	madeira
J1	1,83 m	0,61 m	madeira e vidro
J2	1,00 m	2,00 m	madeira e vidro
J3	0,60 m	0,60 m	madeira e vidro

Em todos os blocos, os brises cotados na planta baixa técnica são fixos e os brises não cotados são móveis. Ambos possuem 1,30 m de largura.

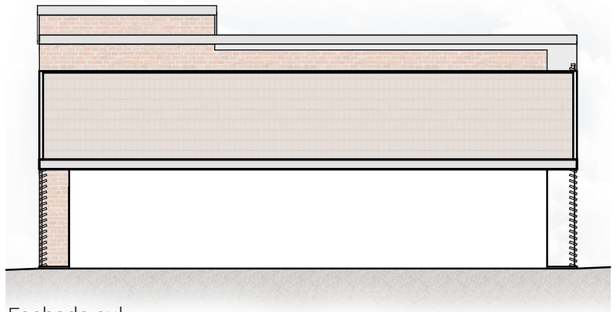
As peças do cobogó possuem dimensões 25 cm x 25 cm.



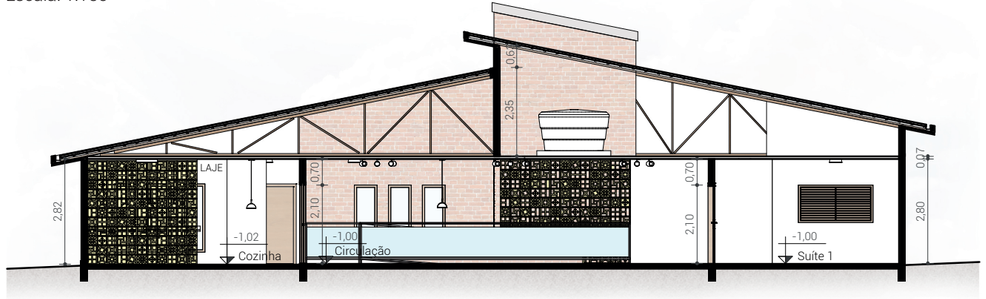
Corte a
Escala: 1:150



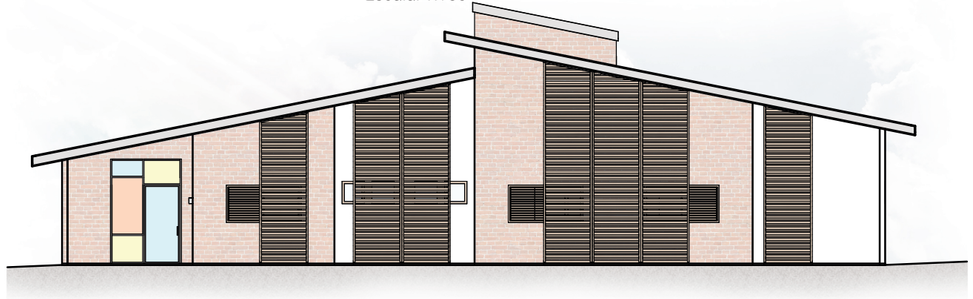
Fachada norte
Escala: 1:150



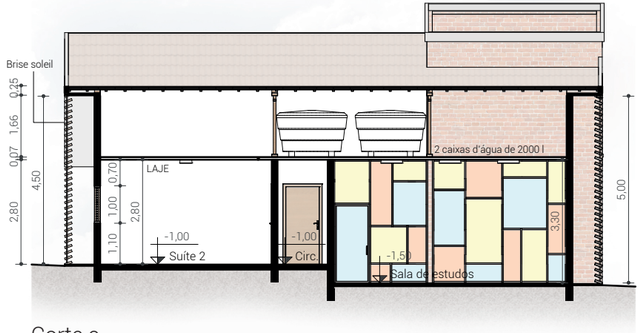
Fachada sul
Escala: 1:150



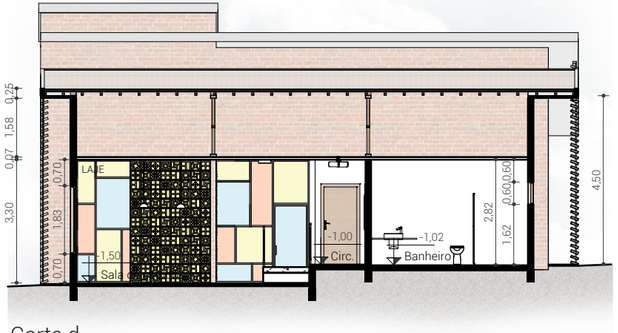
Corte b
Escala: 1:150



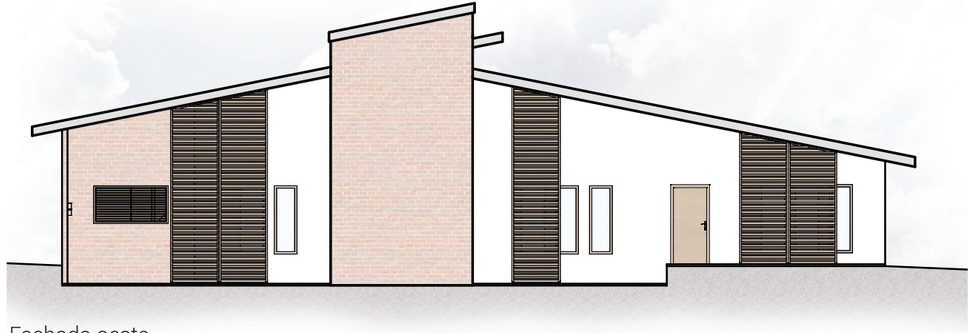
Fachada leste
Escala: 1:150



Corte c
Escala: 1:150



Corte d
Escala: 1:150



Fachada oeste
Escala: 1:150

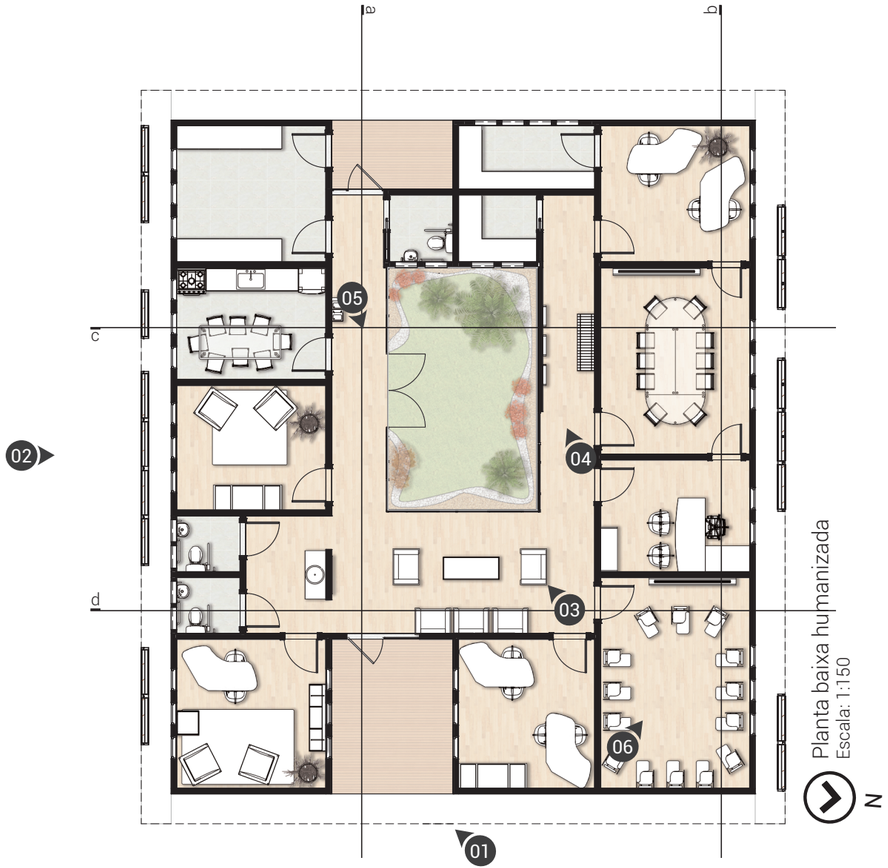
BLOCO ADMINISTRATIVO



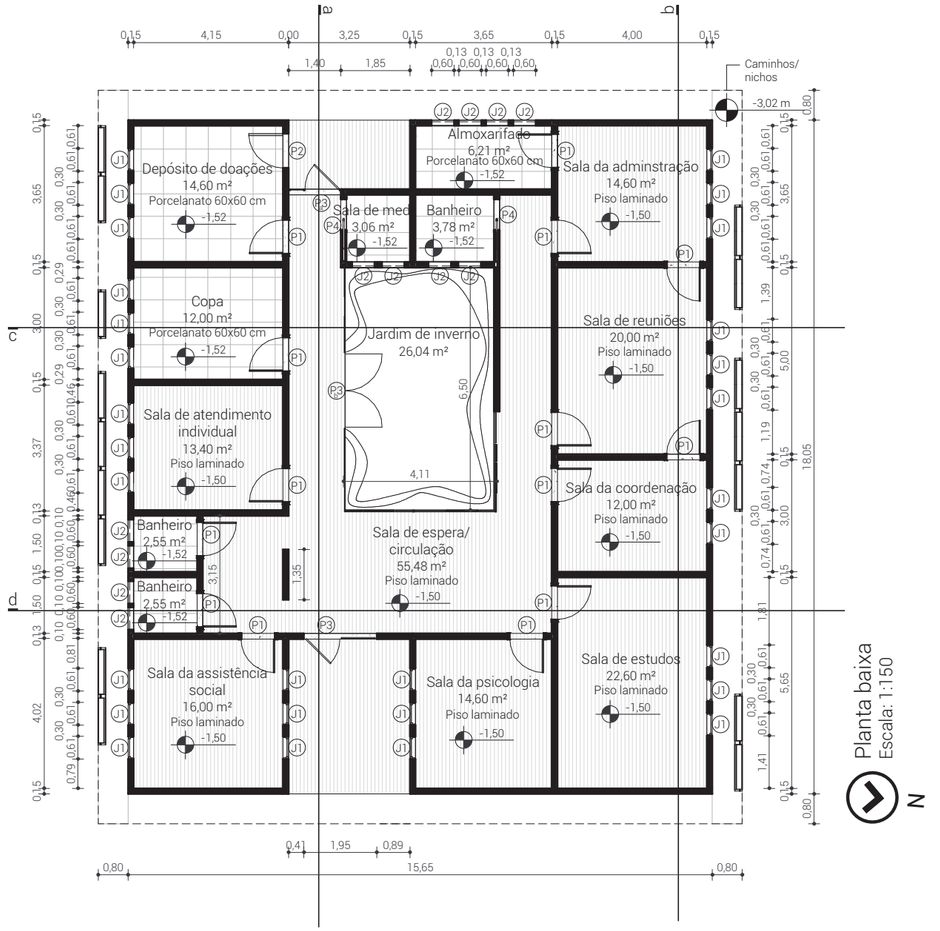
No Bloco administrativo, a ideia foi projetar um espaço que atuasse como um estímulo para o trabalho dos funcionários, o que impacta diretamente no atendimento às crianças, adolescentes, visitantes e familiares.

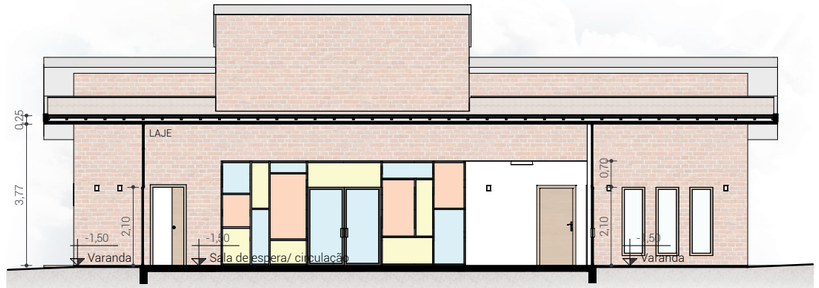
A partir disso, foi proposto um amplo jardim no centro do edifício, com parede de tijolos aparentes e paredes cortina, seguindo a mesma linguagem estética das unidades residenciais. O jardim, que pode ser acessado pela circulação/ sala de espera, funcionaria como um "escape" da intensa rotina de trabalho.

Além disso, há uma quantidade significativa de aberturas no bloco, com vista para o paisagismo e nichos da área externa. As janelas, que possuem peitoris com 0,27 m de altura, além de favorecerem a iluminação e a ventilação natural, permitem um controle discreto dos blocos.

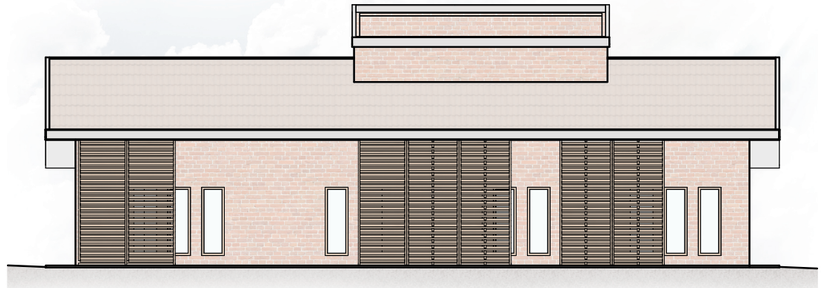


QUADRO DE PORTAS (P) E JANELAS (J)			
Código	Altura	Largura	material
P1	2,10 m	0,90 m	madeira
P2	2,10 m	0,915 m	alumínio
P3a	2,10 m	0,90 m	alumínio e vidro
P3b	2,10 m	0,90 m	alumínio e vidro
P4	2,10 m	0,90 m	madeira
J1	1,83 m	0,61 m	madeira e vidro
J2	0,60 m	0,60 m	madeira e vidro

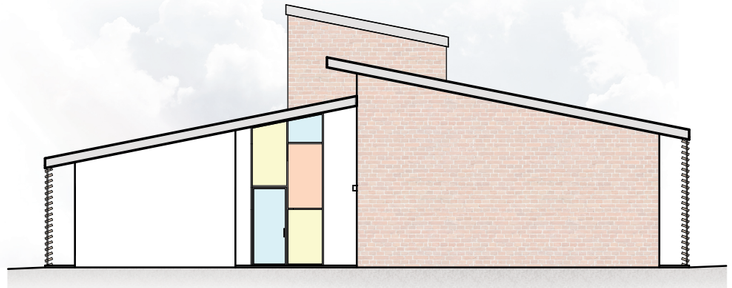




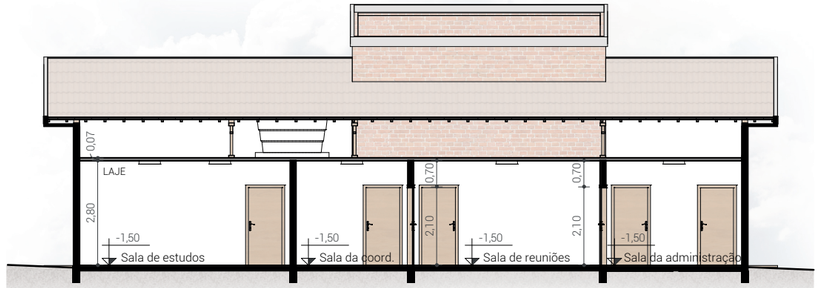
Corte a
Escala: 1:150



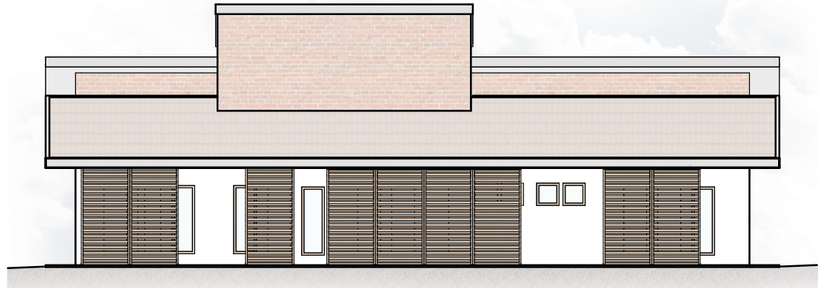
Fachada norte
Escala: 1:150



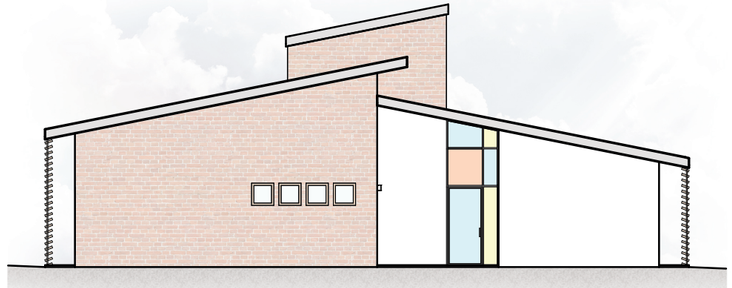
Fachada leste
Escala: 1:150



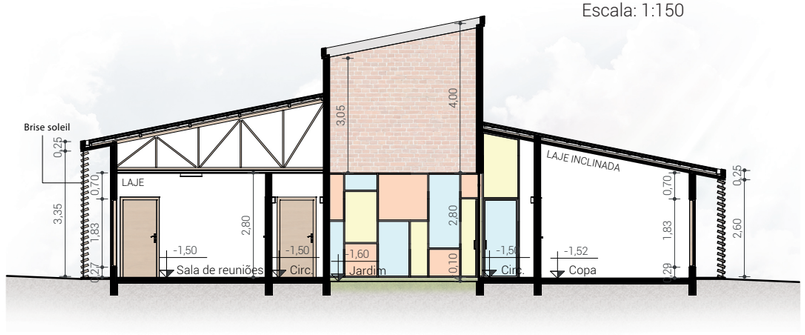
Corte b
Escala: 1:150



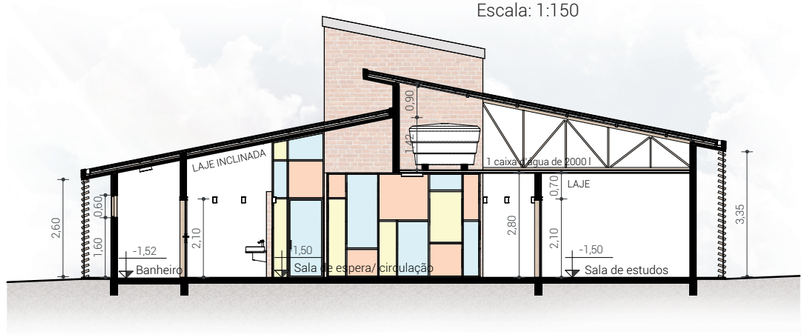
Fachada sul
Escala: 1:150



Fachada oeste
Escala: 1:150



Corte c
Escala: 1:150



Corte d
Escala: 1:150

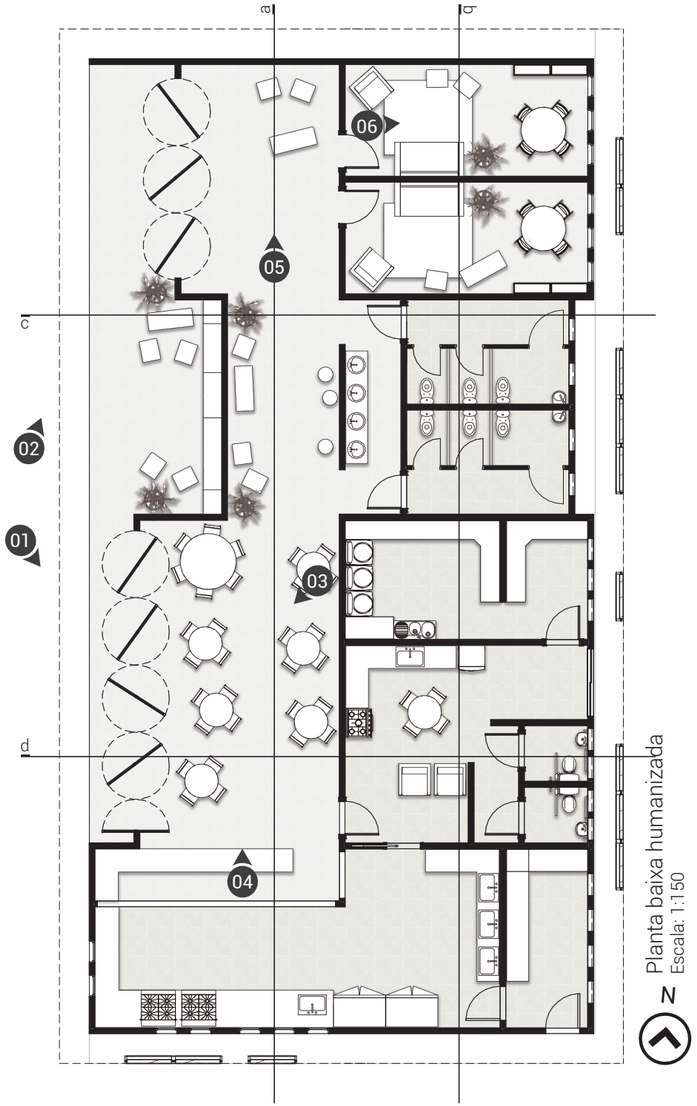
BLOCO SOCIAL



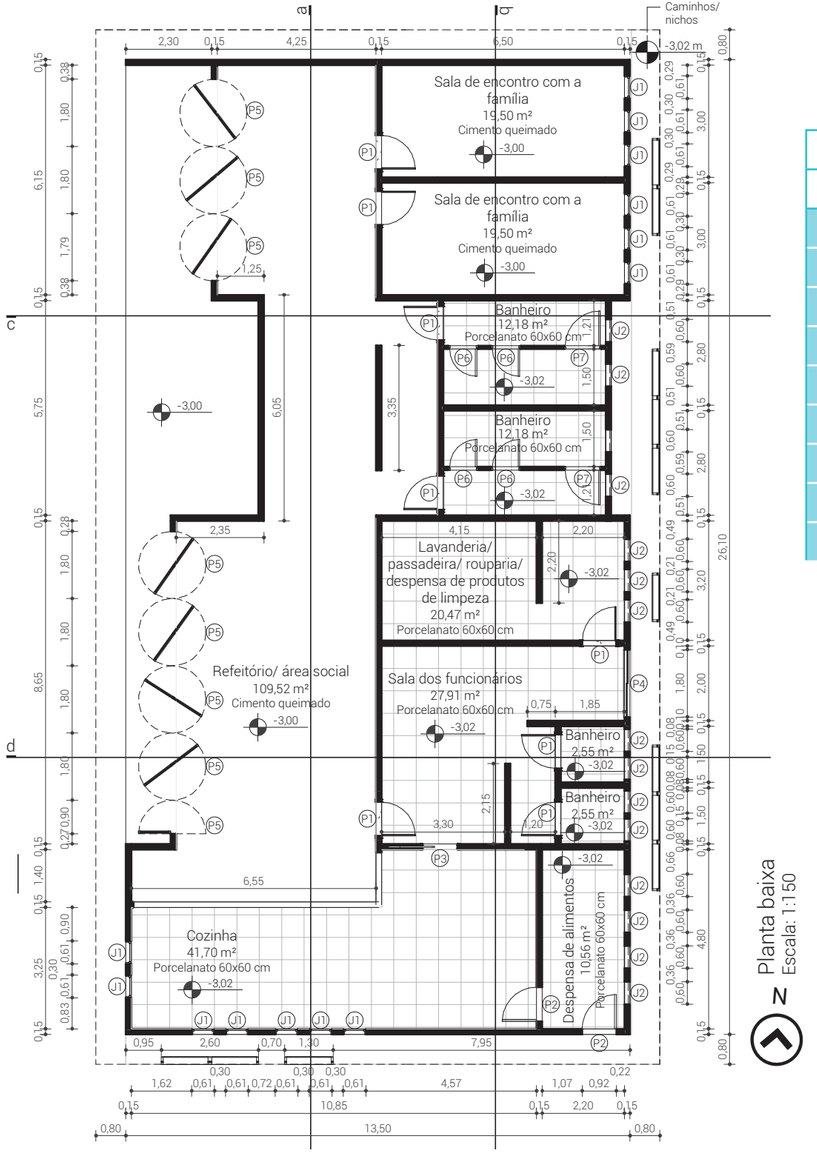
Finalmente, no Bloco social, foi preciso conjugar intenções projetuais que, a princípio, pareciam contraditórias entre si. O primeiro objetivo foi permitir a expansão do refeitório para quando houver eventos beneficentes no abrigo. No entanto, essa ampliação não poderia se aproximar de um típico refeitório das instituições totais.

Para solucionar o impasse, foram pensadas paredes para "quebrar" a linearidade espacial, criando uma sutil segmentação entre o refeitório e a área de atividades. Outra solução foi definir um mobiliário para grupos menores, com mesas para quatro ou seis pessoas.

Uma segunda questão foi permitir a vista para a área verde e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente da radiação solar. Para isso, foram propostas portas modulares de madeira, que também funcionam como brises horizontais.

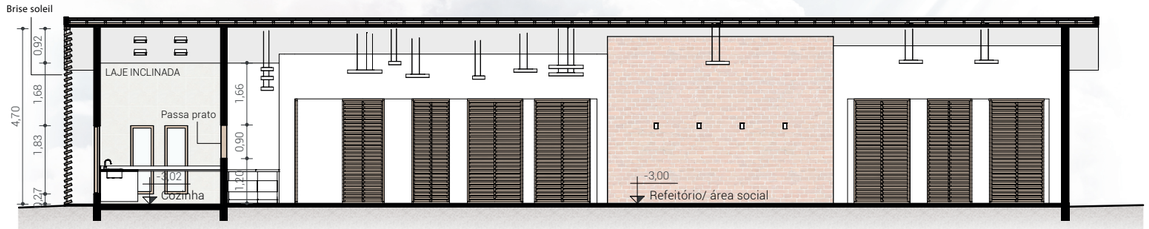


Planta baixa humanizada
Escala: 1:150



Planta baixa
Escala: 1:150

QUADRO DE PORTAS (P) E JANELAS (J)			
Código	Altura	Largura	material
P1	2,10 m	0,90 m	madeira
P2	2,10 m	0,915 m	alumínio
P3	2,10 m	0,90 m	madeira
P4	2,10	1,80 m	alumínio e vidro
P5	2,80	1,80 m	madeira
P6	1,80 m	0,80 m	laminado
P7	1,80 m	0,90 m	laminado
J1	1,83 m	0,61 m	madeira e vidro
J2	1,00 m	2,00 m	madeira e vidro



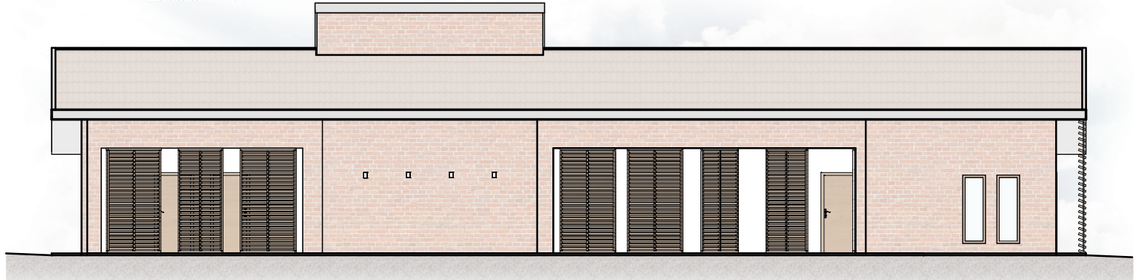
Corte a
Escala: 1:150



Fachada leste
Escala: 1:150



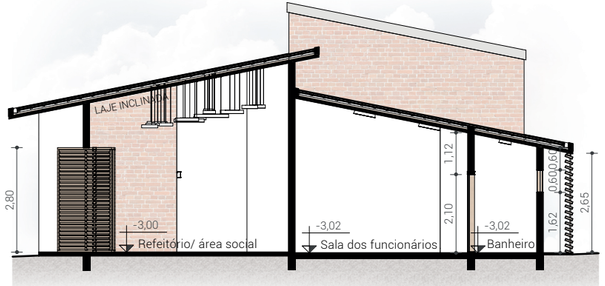
Corte b
Escala: 1:150



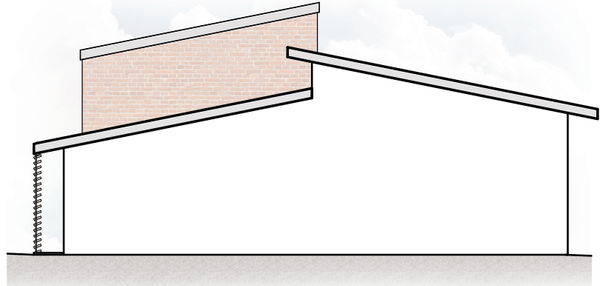
Fachada oeste
Escala: 1:150



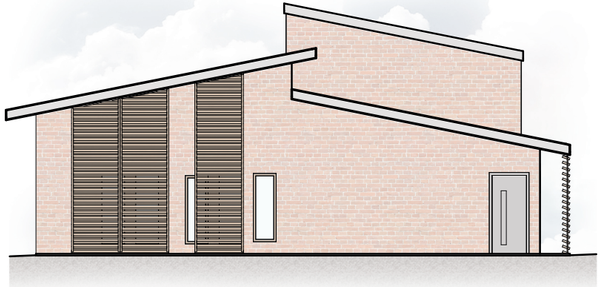
Corte c
Escala: 1:150



Corte d
Escala: 1:150



Fachada norte
Escala: 1:150



Fachada sul
Escala: 1:150

Figura 45 - Perspectivas da Casa dos bebês e das crianças.





Figura 46 - Perspectivas da Casa dos adolescentes.

Figura 47 - Perspectivas do Bloco administrativo.



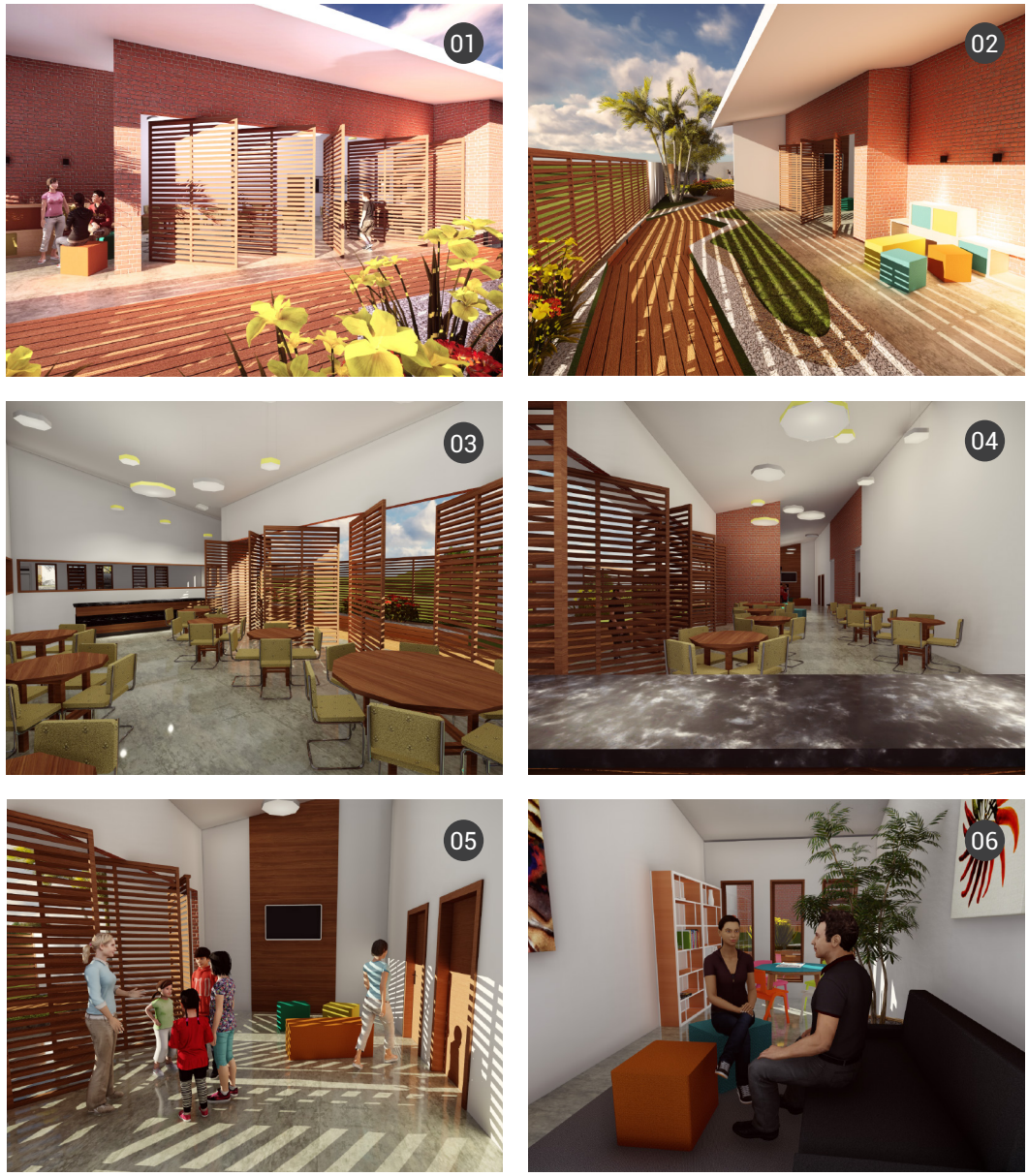


Figura 48 - Perspectivas do Bloco social.



Figura 49 - Perspectiva do pôr do sol.

8

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Como foi apresentado ao longo deste caderno, ainda nos dias atuais, muitas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no Brasil carecem de um atendimento personalizado e que coloque como prioridade suas necessidades psicológicas, além das biológicas. Melhorar as condições de vida dessas pessoas envolve uma série de esforços e agentes.

A Arquitetura pode e deve ser um desses agentes, aliando conforto e oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos, através da modulação dos espaços. Afinal, a percepção do ambiente físico afeta diretamente o comportamento e as sensações humanas.

Como já foi enaltecido outras vezes neste trabalho, o acolhimento institucional deve ser provisório e excepcional. É preciso que haja um incentivo constante para a reintegração familiar. No entanto, enquanto isso não ocorre, o abrigo é o ambiente mais próximo e seguro desses jovens.

Abrigar deve ir muito além do sentido denotativo da palavra, para incluir conceitos como o de lar, de lugar e de apropriação do espaço. Com base nessas ideias, o projeto arquitetônico de um abrigo institucional para São Joaquim da Barra foi desenvolvido. Todos os espaços foram pensados de modo a articular a teoria e a prática vivenciada nos abrigos institucionais.

Enfim, considerando a importância da contribuição da Arquitetura para harmonizar as múltiplas demandas infantojuvenis, espera-se que haja uma maior participação de estudantes e profissionais da área para promover uma melhoria na qualidade de vida das crianças e adolescentes em risco pessoal e social.

REFERÊNCIAS



AALTO, A. **La humanizacion de la Arquitectura**. 2ª. ed. Barcelona: Tusquets Editores, 1982. 80 p.

ARCHDAILY. Casa de Acolhimento para Menores. **Archdaily**, 2015. Disponivel em: <http://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ARCHDAILY. Casa Rana / Made in Earth. **Archdaily Brasil**, 2015. Disponivel em: <http://www.archdaily.com.br/br/778446/casa-rana-made-in-earth>. Acesso em: 5 jun. 2017.

ARCHITIZER. Casa Rana. **Architizer**. Disponivel em: <https://architizer.com/projects/casa-rana/>. Acesso em: 5 jun. 2017.

ARCHITIZER. Children's Home of the Future. **Architizer**. Disponivel em: <https://architizer.com/projects/childrens-home-of-the-future/>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ARCHITIZER. Vellore House. **Architizer**. Disponivel em: <https://architizer.com/projects/vellore-house/>. Acesso em: 16 maio 2017.

ARPINI, D. M. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p. 70-75, 2003. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a10.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de janeiro, p. 148. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RELATÓRIO DA RESOLUÇÃO Nº 71/2011. **Um Olhar mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País**. Brasília. 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília. 2009.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 51. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 488 p. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretária Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social**. Brasília, p. 51. 2015.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Experimentos Naturais e Planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 267 p.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. Psicologia ambiental e do desenvolvimento: o espaço em instituições infantis. In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia Ambiental**: Entendendo as relações do homem com seu ambiente. 2ª rev. ed. Campinas: Alínea, 2006. Cap. IX, p. 181-196.

CARVALHO, A. M. Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2000. ISSN 0102-7972.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 329-352, set. 2007a.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, Canoas, n. 25, p. 20-34, jan./jun. 2007b.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63-69.

CEBRA. Children's Home of the Future. **Cebra Architecture**. Disponivel em: <http://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CASA). A Fundação: História. **Fundação CASA**, 2010. Disponivel em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-fundacaohistoria&d=83>. Acesso em: 26 maio 2017.

DEL RIO, V. Integrando a Psicologia e a Arquitetura e Urbanismo por meio do Projeto. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. **Projeto do Lugar**: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002. p. 203-210.

FELIPPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**: São Joaquim da Barra. Disponivel em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354940>. Acesso em: 05 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE mapas**. Disponivel em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-

cartograficas/malhas-digitais.html>. Acesso em: 12 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE mapas temáticos**. Disponivel em: <http://mapas.ibge.gov.br/tematicos>. Acesso em: 12 jul. 2017.

JAUCZURA, R. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 99-106, jan./jun. 2008.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011.

MADE IN EARTH. Made in Earth Onlus - About us. **Made in Earth**. Disponivel em: <http://www.madeinearth.it/>. Acesso em: 15 maio 2017.

MANTILLA, R. S. R. **Arquitetura – Jogo – Percepção. A casa como elemento Lúdico**. 2011. 169 p. Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331 p.

MELLO, S. G. O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo. In: IPEA; CONANDA. **O direito à convivência famíliar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Cap. 5, p. 135-166.

MIGUEL, J. M. C. Arquitextos. Casa e lar: a essência da arquitetura. **Vitruvius**, 2002. Disponivel em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>. Acesso em: 8 jul. 2017.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.
MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade do Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-216.

MUNHOZ, F. C.; GARCIA, A. Caracterização da velocidade e direção predominante dos ventos para a localidade de Ituverava - SP. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 23, n. 1, p. 30-34, 2008.

NEUFERT, E. **Neufert**: Arte de projetar em Arquitetura. 17ª Edição renovada e ampliada. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2004.

PLATAFORMA ARQUITECTURA. Casa Vellore / Made in Earth. **Plataforma Arquitectura**, 2016. Disponivel em: <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/781458/casa-vellore-made-in-earth>. Acesso em: 15 maio 2017.

REIS-ALVES, L. A. D. Arquitextos. O conceito de lugar. **Vitruvius**, 2007. Disponivel em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>. Acesso em: 8 jun. 2017.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª. rev. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 335 p.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2004. 96 p.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012.

SÃO JOAQUIM DA BARRA. **Lei nº 036**, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre o

Parcelamento, Edificação, Uso e Ocupação do Solo e dá outras providências. [S.l.]. 2007.

SÃO JOAQUIM DA BARRA. Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra. **Cidade**. Disponivel em: <http://www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br/index.php/cidade>. Acesso em: 27 maio 2017.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, jan./abr. 2006.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 407-415, jul./set. 2010.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: A Perspectiva da Experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 441-449, jul./dez. 2008.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um Olhar Ecológico para os Riscos e as Oportunidades de Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Institucionalizados. In: KOLLER, S. H. **Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Pesquisa e Intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Cap. XVIII, p. 197-218.

FCT UNESP - Arquitetura e Urbanismo